UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Campus Bauru



# FRAGMENTOS DE UMA TERRA LATINO-AMERICANA

## Um estudo literário acerca da propriedade fundiária

Gustavo Henrique Peres

Bauru
2025

GUSTAVO HENRIQUE PERES

# FRAGMENTOS DE UMA TERRA LATINO-AMERICANA:

## UM ESTUDO LITERÁRIO ACERCA DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

Trabalho Final de Graduação apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Bauru, para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Canditado: Gustavo Henrique Peres
Orientador: Prof. Dr. Estevam V. Otero

Bauru - SP

2025

P437f

Peres, Gustavo Henrique

Fragmentos de uma terra latino-americana: um estudo literário acerca da propriedade fundiária / Gustavo Henrique Peres. — Bauru, 2026.

157 p.: il.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientador: Estevam Vanale Otero

1. Literatura latino-americana. 2. Crítica literária. 3. Propriedade da terra. 4. Civilização moderna. 5. Urbanização. I. Título.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meu sincero agradecimento ao professor Estevam, meu orientador, porque este trabalho não teria "pé nem cabeça" sem a sua dedicação minuciosa. Muito obrigado por sempre embarcar nas minhas loucuras com tanto entusiasmo, por ter acreditado nas minhas ideias e por ter caminhado ao meu lado em cada etapa.

Um agradecimento muito especial ao professor Arthur, cujas sugestões foram fundamentais para que este trabalho ganhasse a profundidade que conquistou.

Aos meus amigos e colegas de classe, em especial à Júlia, ao Luiz e ao Willian, que deram um verdadeiro sentido à minha vida universitária.

Por fim, dedico este trabalho à minha mãe. Agradeço a ela por toda a dedicação e sacrifício, pelos incontáveis dias gastos em hospitais, por todo o cuidado, amor e carinho. Este trabalho existe, acima de tudo, por sua causa.

Todo bibliófilo já constatou o modo misterioso como livros engrandecem livros, e fragmentos se comunicam com fragmentos. Os livros, como as pessoas, existem de maneira mais feliz em sociedade.

— Benjamin Moser, 2018

## RESUMO

Este trabalho articula uma dupla concepção de "fragmento" para analisar a questão fundiária latino-americana: primeiro, como categoria metodológica de recorte do objeto imagético e, segundo, como realidade socioespacial. Em outras palavras, a investigação busca significados nas tensões entre **fragmentos do imaginário artístico e literário** justapostos em mosaicos de imagens e citações, de maneira a decifrar as condições sociais, econômicas e políticas da **fragmentação do próprio território em regiões desiguais**. A intenção foi demonstrar como essa configuração espacial fragmentada tem sua gênese na economia exportadora, centrada no latifúndio de raízes coloniais, a qual cindiu a terra conquistada de acordo com as divisões produtivas; lógica que, por sua vez, foi perpetuada pelas elites regionais para manter sua hegemonia, resultando por fim em cidades marcadas pela mesma cisão e pelas opressões que a acompanham.



Palavras-chave: América Latina, Arcaico, Elite, Latifúndio, Literatura, Modernidade



## ABSTRACT

This work articulates a dual conception of "fragment" to analyze the land question in Latin America: first, as a methodological category for delimiting the imagetic object, and second, as a socio-spatial reality. In other words, the investigation seeks meanings in the tensions between **fragments of the artistic and literary imaginary** juxtaposed in mosaics of images and quotations, in order to decipher the social, economic, and political conditions of the **fragmentation of the territory itself into unequal regions**. The intention was to demonstrate how this fragmented spatial configuration has its genesis in the export economy, centered on the latifundium of colonial roots, which divided the conquered land according to productive divisions—a logic that was, in turn, perpetuated by regional elites to maintain their hegemony, ultimately resulting in cities marked by the same schism and the oppressions that accompany it.



Keywords: Latin America, Archaic, Elite, Latifundium, Literature, Modernity

# Sumário


**11 1. Um percurso histórico e conceitual sobre a propriedade da terra**

12 1.1. *A* naturalização da propriedade privada no ideário liberal

16 1.2. *A* gênese da propriedade privada e suas violências segundo o materialismo histórico-dialético

22 1.3. Uma terra a conquistar e o avanço continuado das fronteiras latino-americanas

**39 2. É sólido... e não desmancha no ar**

48 2.1. O arquétipo do herdeiro ilustrado que retorna à terra arcaica

54 2.2. O arcaico nas figuras vilanescas dos caudilhos e coronéis

62 2.3. Um horizonte de oportunidades e perigos nos espaços fronteiriços

68 2.4. Pontes e estradas em direção ao sonho da modernidade

74 2.5. Uma esperança filha da barbárie

80 2.6. Impulsos, inundações e sonhos frustrados

84 2.7. O casamento entre o arcaico modernizado e a modernidade decorativa

94 2.8. Fragmentos de uma terra conquistada

102 2.9. Nostalgias de uma terra fragmentada

**109 3. Um epílogo sobre a fragmentação na urbanização brasileira**

114 3.1. Do latifúndio colonial às cidades fragmentadas

119 3.2. *A* produção sistemática do "caos" urbano

123 3.3. Uma poesia a um futuro possível

**127 *A*pêndices**

**149 Referências**

150 Bibliografia

152 Iconografia

# 01

# UM PERCURSO HISTÓRICO E CONCEITUAL SOBRE *A* PROPRIEDADE DA TERRA

Marciano, mulato esbodegado, regalou-se, entronchando-se todo e mostrando as gengivas bangelas:

— O senhor tem razão, seu Padilha. Eu não entendo, sou bruto, mas perco o sono assuntando nisso. A gente se mata por causa dos outros. É ou não é, Casimiro?

Casimiro Lopes franziu as ventas, declarou que as coisas desde o começo do mundo tinham dono.

— Qual dono! gritou Padilha. O que há é que morremos trabalhando para enriquecer os outros.

Graciliano Ramos (2024): *S. Bernardo.*

— Justiça! É justo que todos tenham o mesmo? Os malandros o mesmo que os trabalhadores? Os tontos o mesmo que os inteligentes? Isso não acontece nem com os animais! Não é uma questão de ricos e pobres, mas de fortes e fracos. Estou de acordo que todos devemos ter as mesmas oportunidades, mas essa gente não faz nenhum esforço. É muito fácil estender a mão e pedir esmola! Eu acredito no esforço e na recompensa. Graças a essa filosofia, cheguei a ter o que tenho. Nunca pedi um favor a ninguém e não cometi nenhuma desonestidade, o que prova que qualquer um pode fazê-lo.

Isabel Allende (2023): *A casa dos espíritos.*

## 1.1. A naturalização da propriedade privada no ideário liberal

A propriedade privada é um "direito" conquistado daqueles que a possuem, enquanto os outros têm apenas a própria força de trabalho para vender e, com muito "esforço", podem alcançar eles mesmos a condição de proprietários. Para o senso comum as coisas sempre foram assim, sempre tiveram dono, o que sustenta-se dentro das perspectivas individuais limitadas a seu próprio tempo e espaço, alimentadas por ideologias liberais que mascaram a realidade, por exemplo, com discursos meritocráticos que acobertam as violências diretas ou indiretas dos processos de acumulação.

A ideologia neoliberal hoje domina as iniciativas da política econômica mundial, ecoando ideias e argumentos bem anteriores, como uma paródia das mesmas justificativas para o enriquecimento de poucos mediante a exploração de muitos. Pode-se encontrar um ponto de partida desses ecos ideológicos no liberalismo lockeano[1] que naturaliza a moral e os bons costumes em uma "lei natural", cuja origem é ora divina ora um interesse coletivo da humanidade. Ambos os casos funcionam de pressuposto de uma moralidade intrínseca ao estado natural dos humanos, despertada pela razão comum a todos eles. Em outras palavras, em uma comunidade de homens dotados dessa razoabilidade, mais do que iguais e livres, todos são "igualmente livres" para agir sem precisar pedir permissão a qualquer pessoa e, naturalmente, sem prejudicar não apenas a vida e liberdade como as posses dos outros. Todo desvio nessa sociedade idealizada é individualizado aos vícios e impulsos de criminosos passíveis de punição em nome da humanidade. Qualquer pessoa de bom juízo, como executora da "lei natural", pode reprimir o malfeitor sempre seguindo a proporcionalidade do mal causado, apesar de apenas à vítima caber exigir reparação.

Aí estão as raízes do fetichismo da autodefesa que anseia a liberdade de atirar em algum suspeito que pule a cerca, que desrespeite a demarcação da propriedade privada. Eis uma primeira contradição, pois a propriedade privada obstaculiza a liberdade e igualdade porque o direito de ação livre esbarra na obrigação de pedir permissão para agir sobre o que pertence ao próximo. Para contornar isso, Locke constrói um argumento outra vez embasado em motivos inatos: o mundo criado por Deus para uso comum torna-se propriedade pelo trabalho voltado à sobrevivência. Portanto, essa mudança do comum em individual ocorre quando acrescenta-se aos bens naturais o esforço do corpo do indivíduo: "Basta o gesto simples de coletar e comer uma fruta" (Kuntz, 1998, p. 115). Acima de tudo, ao coletar a fruta se toma posse dela dispensando qualquer consentimento de outros, o que se justifica pela necessidade básica de ingeri-la, ou seja, desde um estágio primitivo, o trabalho naturalmente gera propriedade.

Essa lógica estende-se sem dificuldade para a propriedade da terra quando a extensão dela limita-se ao mínimo exigido para a subsistência da pessoa. A terra pertence àquele que nela trabalha para sobreviver. Mas, em uma segunda e principal contradição, esse argumento não abrange qualquer atividade cujo intento não é a sobrevivência de quem a realiza, como as *plantations* nas colônias da época de Locke. Ele não basta para justificar essa propriedade da terra com o objetivo de produção agrícola de larga escala, a qual com certeza não produzia para o consumo direto dos proprietários e menos ainda dos escravizados.

Todavia, este é o xis da questão do objetivo liberal: nunca procurou-se restringir a propriedade aos limites da sobrevivência, **apenas intencionava-se separá-la das outras invenções humanas em um esforço de naturalização que eleva a propriedade privada acima de qualquer instituição social**, principalmente o Estado. Nessa linha, a comparação entre a propriedade do estado natural com a moderna sempre toma o sentido de esta representar um progresso em relação àquela. Por exemplo, a *planta-*

1 Com base em ensaio escrito por Kuntz (1998).

*tion* justificava-se em um argumento de eficiência, de que em uma fazenda corretamente administrada a colheita é muito maior quando comparada à de pequenas propriedades separadas, portanto há benefício coletivo. Isso compõe a sustentação da realidade mercantil e colonial ao colocar o comércio como possibilitador do acesso a essa produção eficiente: “O que se troca, supostamente, não se desperdiça. O excedente de um acaba servindo, pelo intercâmbio, para suprir a necessidade do outro” (Kuntz, 1998, p. 118).

De certa maneira o pensamento liberal assume o absurdo de tomar isso como justificativa para o mercantilismo, mesmo que este em nada configurasse um comércio de excedente de artigos de subsistência, quando na verdade buscava suprir a demanda de produtos exóticos ao continente europeu e acumular riquezas no processo. Locke, de certa forma, também naturaliza a acumulação ao entender a prosperidade material como o devido fruto do trabalho sacramentado como virtude no direito divino de tirar o máximo de proveito do mundo, criado para tal fim. Para ele, o único obstáculo racional entre aqueles que trabalham com diligência e a riqueza seria a perecibilidade dos produtos. Não há razão para uma pessoa acumular alimentos produzidos além do necessário porque estragam. Mas, com a invenção das moedas metálicas e do comércio, esse problema terminou.

Além disso, convém um adendo contemporâneo: essa ideia de eficiência empregada em fundamentar a propriedade privada da *plantation* escravista reaparece parodiada no discurso atual de que sem o agronegócio latifundiário, sem agrotóxicos e fertilizantes químicos, a humanidade passaria fome, quando, da colônia até hoje, o intuito máximo continua a ser enriquecer o proprietário independente de custos humanos e ambientais.

Em suma, elabora-se uma igualdade e uma liberdade como compostos de uma moralidade naturalizada que instrumentaliza a sobrevivência, mais da humanidade do que do indivíduo, por meio de um benefício generalizado da propriedade privada engendrada pela maior das virtudes, o trabalho. Isso suaviza a desigualdade econômica e incorre em ocultações ideológicas de exploração do proletariado que muito trabalha sem nada acumular.

Em contrapartida, as ideias hobbesianas[2] subvertem os conceitos liberais de igualdade e liberdade ao utilizá-los como base de sua caracterização de um estado natural humano nada virtuoso, no qual todos são iguais porque ninguém tem diferenças físicas ou mentais suficientes para estar por padrão invulnerável à violência, restando apenas a desconfiança mútua entre as pessoas guiadas por vaidade, por egoísmo, por realizar os próprios desejos materiais ou passionais. Nesse contexto, é direito natural de cada um caber-se de todos os meios que julgar necessários para preservar a própria vida, inclusive em detrimento do próximo, resultando em uma guerra generalizada e interminável. Hobbes nega uma sociabilidade natural.

Porém, esse mesmo julgamento racional de busca pela autopreservação leva à conclusão de que um estado constante de conflito é impróprio à sobrevivência, logo, deve-se buscar a paz e, quando ela não for possível, resta servir-se da guerra. E quem quer paz precisa limitar seu direito natural, abrir mão do direito a todas as coisas e permitir-se a mesma liberdade que os outros se permitem. Então as pessoas trocam o terror desesperado do estado natural pelo temor respeitoso do poder estatal representado na figura suprema do Leviatã. O Estado age em nome de seus súditos, a despeito de estar acima deles e não precisar atender seus caprichos, e recebe a responsabilidade de garantir sua segurança e conforto por meio da regulação e monopólio da força, assim como utilizando o controle, restrição e compatibilização dos projetos individuais.

Uma das formas de ação do Estado para garantia da pacificação e sobrevivência dá-se pela distribuição das terras seguindo única e exclusivamente o juízo estatal. Com isso, determina-se a origem da propriedade privada no Estado, considerando que não se pode chamar de próprio aquilo que se toma e se mantém com uso da força e que está sujeito às incertezas do confronto generalizado, no qual qualquer propriedade é tão vulnerável a ser assaltada ou depredada quanto seus donos. Apenas o Estado possibilitaria a manutenção da propriedade privada e essa, ao olhos liberais, talvez seja a ideia mais maldita de Hobbes:

> E aqui podemos entender por que Hobbes é, com Maquiavel e em certa medida Rousseau, um dos pensadores mais "malditos" da história da filosofia política — pois, no século XVII, o termo "hobbista " é quase tão ofensivo quanto "maquiavélico". Não é só porque apresenta o Estado como monstruoso, e o homem como belicoso, rompendo com a confortadora imagem aristotélica do bom governante (comparado a um pai) e do indivíduo de boa natureza. Não é só porque subordina a religião ao poder político. Mas é, **também**, porque nega um direito natural ou sagrado do indivíduo à sua propriedade. No seu tempo, e ainda hoje, a burguesia vai procurar fundar a propriedade privada num direito **anterior** e **superior** ao Estado: por isso ela endossou Locke, dizendo que a finalidade do poder público consiste em proteger a propriedade (Ribeiro, 2011, p. 62, grifos no original).

2 Com base em dois ensaios: aquele já citado de autoria de Kuntz (1998) e outro escrito por Ribeiro (2011).

## 1.2. *A* gênese da propriedade privada e suas violências segundo o materialismo histórico-dialético

Em consonância com Hobbes no quesito da desnaturalização de construções e convenções sociais, Engels escreveu *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2019). Fundamentado em estudos antropológicos com povos indígenas — que, embora hoje um tanto questionados, eram efervescentes nessa época da criação da sociologia e basearam uma leitura expandida do materialismo histórico-dialético — ele vai defender a centralidade do processo de produção, e o controle de seus meios, na definição das estruturas familiares, das organizações coletivas e dos aparatos políticos, bem como as intersecções entre tais camadas da sociedade.

Engels exemplifica suas ideias por meio de sociedades europeias antigas, gregas e romanas, e os invasores delas, os povos germânicos, em comparação com povos indígenas contemporâneos ao autor, dentre os quais os iroqueses. *A* comparação objetiva buscar nesses povos tribais remanescentes características que revelassem o passado "primitivo" das nações "civilizadas" da Europa, um tempo anterior à família, à propriedade privada e ao Estado.



O autor analisa a subsistência — ou seja, a produção apenas dos animais, plantas e objetos necessários para manutenção e reprodução da vida — em tribos comunais e matriarcais, nas quais os laços de parentesco eram determinados pela descendência materna, porque era impossível descobrir com certeza a paternidade nas relações não-monogâmicas que ocorriam entre membros de *gens* distintas (grupo descendente de uma linhagem feminina). O coração da subsistência estava no ambiente doméstico dominado por mulheres, enquanto aos homens cabia a caça e a pecuária. Os objetos destinados às atividades domésticas pertenciam às mulheres e o gado e as armas para caça eram dos homens, o que teria desempenhado um papel decisivo na mudança da dominação de gênero e nascimento do patriarcado associado ao advento da propriedade privada.

*A*pesar do conteúdo antropológico e social apresentado por Engels em muito estar superado pela ciência atual, o valor atemporal de seu estudo está em entender **a virada de chave que ocorre quando passe-se a produzir além do essencial ao sustento da vida, a produção de excedente, que culmina no surgimento da propriedade privada.** O autor indica o excedente da pecuária e, posteriormente, da agricultura como fonte do processo de acumulação para qual (1) a família patriarcal monogâmica engendra-se de forma a garantir hereditariedade das posses; (2) o trabalho escravo no modelo antigo passa a ser utilizado de maneira a possibilitar o manejo da maior quantidade de gado e lavoura, marcando a primeira divisão de classes que seria seguida pela divisão dos que têm posses e dos que não têm e depois por todas as outras; (3) o comércio do excedente de produtos para subsistência torna-se uma consequência constante a ponto de surgir uma classe que dedica-se apenas à atividade comercial sem participar de forma alguma da produção, uma classe de comerciantes germe de um futuro capitalismo; (4) o Estado aparece como um substituto das instituições gentílicas capaz de dominar e abafar o conflito aberto e inevitável das novas classes, ainda que os direitos dos proprietários sejam maiores em discrepância ao resto da sociedade, o que permanece uma tendência histórica da proteção estatal da propriedade privada.

No caso específico da propriedade da terra, Engels aponta que, durante a transição de arranjos familiares, a família patriarcal e escravista em estágio de consolidação primeiro atuava como uma cooperativa de cultivo e pastagem cuja terra continuava a ser de uso comunitário, evidentemente para os membros livres da família. Estes subdividiam a terra de forma periódica, divisões que acabaram tornando-se permanentes. Com isso, a propriedade fundiária também centrou-se na individualidade do núcleo familiar dentro do qual garantia-se a transmissão da posse por meio da herança seguindo a linhagem masculina.





Entretanto, essa concepção de propriedade privada não pode ser transferida para a atualidade sem incorrer em anacronismos, afinal as características dela, como qualquer invenção social, advém das condições de cada época e de cada lugar. Dentre essas especificidades temporais e locais, a perspectiva do materialismo histórico-dialético elege a economia e os meios de produção como fio condutor das transformações pelas quais passa a propriedade privada.

Esse enfoque teórico aparece no panorama apresentado por Engels da queda do Império Romano Ocidental para os bárbaros germânicos. O autor diverge do senso comum que responsabiliza a invasão germânica como catalisador de um retrocesso cultural, científico e tecnológico, um período apelidado "idade das trevas". *A*o contrário, as condições de produção agrícola e manufatureira, ligadas à desestruturação urbana e colapso da economia escravista latifundiária, haviam se estabelecido devido à própria crise política e econômica romana ao fim do período imperial.

Durante os quatro séculos seguintes à queda de Roma (*V*I ao IX), essas condições sociais e econômicas pouco alteraram-se sob o domínio germânico,

tampouco mudaram a divisão de classes e a propriedade privada, determinadas por essa economia. Por isso, os germânicos adaptaram-se para conseguirem governar suas terras conquistadas, pois suas instituições gentílicas de conselhos tribais não condiziam com as estruturas produtivas e de classes que passaram a controlar, uma vez que elas correspondiam a uma sociedade dividida em classes regidas por um Estado, logo exigia-se um outro Estado. No vácuo deixado pelos romanos e no contexto de problemas de segurança interna e externa, os comandantes de tropas acabaram acumulando poderes, superando-as e tornando-se os governantes, os reis.

Segundo Engels, essa mesma conjuntura possibilitou o princípio do feudalismo:

> Os camponeses francos livres se viram em uma situação parecida com a de seus predecessores, os colonos romanos. Arruinados por guerras e saques, tiveram de buscar a proteção dos novos nobres ou da Igreja, pois o poder real era muito fraco para protegê-los; porém, tiveram de pagar caro pela proteção. Como outrora os camponeses gálicos, eles também transferiam a propriedade de sua gleba ao patrono e a recebiam de volta em arrendamento, sob formas diversas e variáveis, mas sempre em troca de prestação de serviços e tributos; depois que caíam nessa forma de dependência, perdiam aos poucos sua liberdade pessoal; passadas poucas gerações, geralmente já eram servos da gleba (Engels, 2019, p. 210).

Na economia feudal existiam senhores feudais e servos, ambos vinculados à terra: no cenário ideal, este trabalha para ela e aquele a protege. Mas a propriedade da terra em si, como entendiam os romanos, obscurece-se sob uma forma comunitária de posse coletiva dos camponeses, ainda que permanências adaptadas sejam inegáveis, como a extração de renda da terra feita pelos senhores feudais e a hereditariedade dos títulos de nobreza junto dos quais vinha uma porção um tanto imprecisa de terra. De qualquer maneira, segundo Ribeiro, a propriedade da terra medieval era controlada por obrigações e costumes: "Se havia um servo ligado à gleba, nem este podia deixá-la, nem o senhor podia expulsá-lo para dar outro uso à terra" (Ribeiro, 2011, p. 59).

Uma conclusão parcial, a partir dessa obra de Engels, não só evidencia a inadequação da ideia naturalizada de que "as coisas desde o começo tem dono", como demonstra-se a conexão fundamental entre a propriedade privada com os meios de produção, com a divisão de classes, com as instituições sociais e com o Estado, diferentes para cada momento histórico e cada lugar.

Em um próximo passo para compreensão do histórico da propriedade privada da terra, importa destacar o processo de acumulação primitiva decorrido em detrimento da propriedade feudal para formação da moderna propriedade fundiária capitalista. Para Marx, em uma comparação metafórica, a acumulação primitiva é o pecado original da economia política, por ter desencadeado "(...) o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção" (Marx, 2013, p. 898), a desgraça que perpetua a desigualdade econômica por meio do enriquecimento de poucos detentores dos meios de produção à custa de muitos que possuem apenas a própria força do corpo para vender.

O autor toma o caso inglês de acumulação primitiva como exemplo clássico, provavelmente por dois motivos principais: primeiro, o campesinato inglês apresentava, em comparação a outros países europeus, um estágio consolidado de posse coletiva da terra sustentada em uma economia de subsistência autônoma, independente do rótulo feudal a encobrir a propriedade campesina; segundo, havia ali condições favoráveis à industrialização, por conta das manufaturas ligadas a essa economia rural. Tais condições estão associadas à eclosão da 1ª Revolução Industrial que tem como sustentáculo a expropriação da terra rural comunal e expulsão dos camponeses para serem substituídos por ovelhas produtoras de lã para a indústria têxtil, no começo ilegalmente e depois sob o respaldo da lei de cercamentos. Dentro desse contexto, essa e outras formas de apropriação fundiária basearam a acumulação primitiva:

> O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (Marx, 2013, p. 925).

A liberdade do proletariado, dita por Marx, nada tem a ver com aquela defendida pelo liberalismo ou mesmo com o senso comum. Como Harvey (2013, p. 406) bem percebeu, os trabalhadores têm dupla liberdade: a de escolher para quem trabalhar e a de estarem "libertados" dos meios de produção artesanal e de subsistência camponesa, o que os obriga ao trabalho para comprarem alimentos e outros produtos imprescindíveis, mercantilizados em um nascente mercado interno, bem como as matérias-

-primas agrícolas para a indústria transformam-se em capital constante. Sobretudo, Marx define a acumulação primitiva como "(...) a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho" (Marx, 2013, p, 943) em benefício da propriedade privada moderna. Como disse Engels, de Atenas e Roma antigas até hoje, um tipo de propriedade vence outro:

> E, de fato, da primeira à última das chamadas revoluções políticas, todas visavam proteger a propriedade, isto é, um de seus tipos, e foram levadas a cabo por meio do confisco, também chamado roubo, da propriedade do outro tipo. Isso é tanto mais verdadeiro que, há dois mil e quinhentos anos, a propriedade privada só pôde se manter por meio da violação da propriedade (Engels, 2019, p. 160).

Retomando, talvez a escolha da palavra "liberdade" para significar "separação dos meios de produção" carregue um pouco do mesmo sarcasmo que há em adjetivar os métodos de acumulação primitiva como "idílicos", esta, sim, uma ironia com uma clara intencionalidade da parte de Marx, perceptível na citação na página anterior e nas repetições do mesmo termo ao longo do capítulo. Nada há de idílico na espoliação da terra rural nem no consequente êxodo rural de grandes massas de trabalhadores apartados de seus meios de sobrevivência e obrigados a submeterem-se ao trabalho assalariado da nascente indústria para evitarem as pesadas retaliações das leis anti-vagabundagem. Estas, entre diversas punições para os destituídos de trabalho, impunham o retorno à terra de origem dos trabalhadores, da qual tinham sido expulsos pelos cercamentos e para onde não poderiam retornar, sob a pena de repetidas prisões e tortura. Em um primeiro momento pode parecer que tais leis ignoram as causas dessa emigração de desocupados para as cidades, mas na realidade isso funcionou como um discurso para encobrir um processo de incutir na mentalidade das massas "(...) uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado" que enseja "(...) uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas" (Marx, 2013, p. 918).

Uma outra punição comum era o ingresso forçado na marinha britânica, cuja ampliação cumpria um papel fundamental nos sonhos imperialistas dos ingleses desejosos, de certa forma, de uma expansão da acumulação capitalista. Inclusive Marx mesmo reconhece como parte importante desse processo a extração de minerais preciosos na América do Sul por populações nativas escravizadas, o tráfico humano de africanos escravizados e a subjugação da África e da Ásia, ou seja, empreitadas coloniais e imperialistas consideradas por ele como parte da aurora capitalista: "A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica" (Marx, 2013, p. 932).

O maior objetivo de Marx era destacar essas violências dos processos de acumulação genitores da economia capitalista e da propriedade privada moderna, para desconstruir discursos ideológicos que procuram ocultá-las com tergiversações, naturalizações e meritocracias. E, vale esclarecer, como um moderno nato, nunca houve intenção do autor de defender a continuidade do modo de produção artesanal e campesino[3], porque para ele seus limites espontâneos são extrapolados pelas condições materiais geradas pelo seu próprio desenvolvimento, levando ao seu fim.

Por fim, há ressalvas imprescindíveis à utilização do conceito de acumulação primitiva fora do contexto e época descritos por Marx. A principal das ressalvas é que a acumulação primitiva não se restringe à formação do Capitalismo, como o adjetivo pode reforçar. Um sinônimo de sentido figurado como "bárbaro" ou "brutal" podem ser mais condizentes com muitas aplicações posteriores do conceito em outros locais. Entre elas, compartilha-se a compreensão da permanência de métodos violentos e injustos usados para espoliação direta das posses da maioria trabalhadora ou indireta pela exploração da sua força de trabalho, ambas maneiras basilares na formação ou ampliação de diversas formas de propriedade privada.

Harvey (2013, p. 429-435), por exemplo, enxerga uma continuidade parecida de acumulação primitiva na extirpação dos direitos voltados ao bem-estar social dos trabalhadores, na abertura econômica da China, nos conflitos fundiários do avanço pecuário, agrário e madeireiro na Amazônia brasileira e na financeirização econômica mundial, que ele prefere cunhar como acumulação por desapossamento ou despossessão, a depender da tradução, uma tática que tem se mostrado essencial para a expansão e manutenção do capitalismo no decorrer de tempo.

3 Berman (2007, p. 119-129) analisa o ponto de vista de Marx sobre a modernidade pela ideia de que "tudo que é sólido desmancha no ar", isto é, a modernidade como um constante estado de renovação autodestrutiva responsável por eliminar as estruturas estáticas da sociedade feudal e impulsionar tudo e todos a uma urgência de desenvolvimento. Inclusive ele elogia a revolução burguesa e o capitalismo por desencadear e alimentar esse processo, mas os critica por impossibilitar o pleno desenvolvimento dos indivíduos ao limitar as alternativas àquelas que forem lucrativas para o mercado. O comunismo libertaria os indivíduos dessas amarras para alcançar desenvolvimento pleno, então Marx o via como o coroamento da modernidade.

## 1.3. Uma terra a conquistar e o avanço continuado das fronteiras latino-americanas

Para introduzir essa conceituação na América Latina, importa relembrar que esses países compartilham sua origem na colonização que, segundo Moraes (1996), foi sobretudo uma conquista para subordinação territorial, portanto marcada por violências variáveis, mas recorrentes. A ocupação defronta-se com condições prévias que a influenciam e diferenciam, como os bens naturais e populações autóctones, encarados pelos invasores como recursos a serem manejados e que determinavam a atratividade de cada local. Entre os fatores de atratividade prevalecia a perspectiva da lucratividade do empreendimento — isto é, os ganhos esperados versus os investimentos necessários para instalação em ambientes inóspitos, para o enquadramento de mão de obra, entre outras dificuldades sempre superadas em locais de grande atratividade, como aqueles com vasta presença de metais preciosos — respaldando o caráter primordial do comércio exportador nas sociedades formadas.

No entanto, o autor destaca que o efetivo estabelecimento da produção para liberar o potencial econômico previsto e gerar mercadorias exige o controle do fator força de trabalho, realizado por modais de trabalho compulsório que mudam dependendo da densidade populacional indígena existente. Nas zonas de maior concentração, o colonizador primeiro apropria-se das estruturas produtivas preexistentes, condicionadas por uma divisão do trabalho mais complexa e territorialidades formadas. Onde havia pouca densidade demográfica, eliminou-se a produção tradicional de subsistência indígena e recorreu-se à migração forçada para ocasionar um povoamento baseado em mecanismos de coerção, sendo o maior exemplo desse modal o escravismo.

Tal centralidade do controle da mão de obra também determinava as condições para a obtenção de terras, concedidas a quem conseguia enquadrar força laboral capaz de efetivar o objetivo mercantil da colônia. Essa dinâmica econômica resultava na inexistência do mercado fundiário e uma propriedade da terra cujo valor não tem um sentido imobiliário, pois deriva do acesso aos recursos naturais transmutados em produtos. Além disso, a ótica do colonizador assentava-se na inesgotabilidade dos fundos territoriais, situação predominante ao longo de todo o período colonial.

Em alguma medida a posse da terra era livre, uma característica desse cenário colonial latino-americano notável pela coexistência do tradicional latifúndio colonial com outros padrões ocupacionais ao longo de toda sua extensão. Há destaque para as regiões nucleares da colonização espanhola caracterizadas por uma grande população indígena sedentária, como o México central, os planaltos guatemaltecos e boa parte dos andinos. Nesses locais, como parte da busca do lucro comercial, as maneiras da agricultura europeia foram impostas através do território pelo estabelecimento de enormes *haciendas* que, por outro lado, relacionavam-se com comunidades camponesas híbridas de aldeias, cujas raízes advém de ocupações pré-hispânicas e de vilas originadas de missões católicas ou de políticas colonizadoras do século XVI. Comumente ocorriam sobreposições de *haciendas* e comunidades e os conflitos sobre limites ou controle da água marcaram sua história (Bauer, 2002, p. 212-216).

Também no Brasil, sob o regime das sesmarias que durou até a Independência, em 1822, era comum a ocupação de terras presumivelmente devolutas por pequenos lavradores independentes, conhecidos como posseiros. Quando um fazendeiro recebia uma carta de sesmaria, os custos da terra resumiam-se a questões práticas, como indenizações oferecidas aos posseiros habitantes da propriedade concedida. Nesses casos, também ocorreram expulsão à força ou mesmo a incorporação deles à fazenda como agregados (Martins, 1979, p. 24-25).

Estabelecidas algumas condições prévias, falar da constituição do mercado fundiário passa pela máxima de que "A formação da propriedade e o enquadramento da mão-de-obra constituem um binômio inseparável para a compreensão da organização social latino-americana ao longo de sua história" (Souza, 1996, p. 357). Esse processo ocorre em grande parte no século XIX, marcado por independências, consolidação dos Estados nacionais e suas fronteiras, reformas liberais, abolição da escravidão e, principalmente, pela integração do subcontinente ao mercado capitalista mundial.

Segundo Glade (2002), essa mudança econômica é explicada pelo maior crescimento global de exportações de produtos primários comparado ao crescimento dos manufaturados durante três quartos do século XIX; no último quarto as taxas igualaram-se. Apesar disso, pela maior parte desse período, a América Latina recém independente esteve afligida por disputas políticas, rivalidades inter-regionais e inexperiência administrativa, o que prejudicou sua capacidade de desenvolver seus negócios. Apenas a partir da década de 1870 ocorreu algum nível de estabilidade dos regimes, muitos deles ditaduras, responsáveis por aumentar a atratividade de investimentos estrangeiros, bem como por ajudar a acumulação interna de capital e os investimentos privados locais.  Nos 40 anos seguintes, as mudanças

que desenvolveram-se ao longo do século atingiram o clímax no que se chamou de Idade do Ouro das economias latino-americanas exportadoras, agora sob o capitalismo, que terminou com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914. O crescimento das exportações acompanhou o aumento da produção industrial dos países centrais e da consequente maior demanda por produtos primários. Em parte para atender tal demanda, as fronteiras de apropriação econômica aceleraram seu avanço como nunca antes.

Mas, não se pode esquecer, a outra parte interessada na manutenção do caráter exportador das economias latino-americanas foram suas elites cujas riquezas e hegemonia dependiam da sociedade originada do pacto colonial.

Dentro desse contexto, generalizações pouco abarcam as especificidades regionais que podem ser traçadas desde as diferentes formas de colonização citadas no começo deste tópico. Porém, três aspectos sistematizados a partir de Glade, presentes em diferentes níveis e combinações para cada território, são decisivos dentro dessa variedade: (1) a fronteira intensiva: a consolidação de latifúndios em locais de colonização já estabelecida por meio de modernizações produtivas e concentrações fundiárias em unidades cada vez maiores; (2) a fronteira extensiva: a intensificação da interiorização e da ocupação das terras esparsamente povoadas ou mesmo das terras indígenas e eclesiásticas não aproveitadas em sua totalidade como objeto econômico; (3) o enquadramento da força de trabalho marcado por uma constante declaração de necessidade de mão de obra decorrente da abolição da escravidão ou das dificuldades de mobilização da população nativa, o que por vezes foi respondido com migração promovida.

A seguir trata-se dos dois primeiros aspectos em relação ao terceiro para compreensão dos processos analisados sob a perspectiva do binômio terra-trabalho.

Começando pelo primeiro aspecto, para abordar onde a colonização estava bem consolidada e que ocorreu, no geral, o reforço da propriedade latifundiária como parte da expansão intensiva do uso da terra, apesar de em alguns lugares específicos tenha sido mais comum a subdivisão por herança ou venda, como um indício de mercado de terras um pouco mais aquecido em relação ao período anterior a 1870. Ainda assim, as fazendas tradicionais passaram por uma modernização produtiva impulsionada pelas melhorias nos sistemas de transportes que atendiam as relações comerciais internacionais e, em paralelo, aumentou-se a concentração de terras dos latifúndios, como aconteceu, por exemplo, no Nordeste brasileiro e na costa peruana, onde a produção de cana de açúcar incorporou o transporte ferroviário e o processamento por máquinas a vapor (Glade, 2002, p. 53-54).

A expansão intensiva dessas fazendas avançou sobre terras ainda não cultivadas ou não transformadas em pasto, o que concretizou-se por reformas liberais de restrição de acesso à terra e pela expulsão de arrendatários e posseiros:

> Onde as oportunidades do mercado de exportação apareceram, a mudança para a moderna pecuária ou para práticas de cultivo mais avançadas criou uma alta demanda de terra e elevou os seus preços, afastando os pequenos fazendeiros, os camponeses e os trabalhadores sem terra, quase todos sem acesso ao crédito bancário; afastou-os portanto do mercado ou os empurrou para terras submarginais da periferia da economia monetária (Glade, 2002, p. 56-57).

Aí já revela-se a tônica das transformações sociais latino-americanas compreendidas no binômio terra-trabalho: se antes, durante a colonização, controlava a terra quem coagia mão de obra para produção de itens comercializáveis, a partir do final do século XIX o domínio da terra por meio da propriedade fundiária passa a garantir o enquadramento da mão de obra.

Partindo do geral para o específico, nos países originários das zonas nucleares da colonização espanhola como México, Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru, as *haciendas* expandiram seus domínios por meio da tomada de propriedades de sociedades religiosas ou de bem-estar e pela expropriação das comunidades indígenas, *criollas* e *mestizas*, liberando ao mesmo tempo as terras para o mercado e as massas rurais apartadas dos meios de subsistência para trabalharem em condições intensificadas de exploração (Glade, 2002, p. 54-55 e 63).

Já Bauer (2002, p. 219-221) destaca como até então a coexistência das *haciendas* com as comunidades aldeãs nem sempre era conflituosa, porque estas desempenhavam um importante papel no sistema de trabalho rural ao fornecer trabalhadores sazonais àquelas. A explicação passa pelo objetivo intrínseco das economias exportadoras de vender a produção agropecuária no mercado internacional ao mesmo tempo que pagava o mínimo possível em dinheiro em espécie aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, via-se como ideal a disponibilidade de mão de obra barata apenas quando fosse necessária e que depois os trabalhadores deveriam retirar-se da fazenda sem quaisquer exigências para seu sustento. Por esse motivo,

alguns proprietários toleravam a existência das comunidades nas proximidades e até estimulavam a presença de posseiros e colonos dentro de seus domínios. Entre os trabalhadores de moradia fixa na propriedade estavam administradores, capatazes, artesãos, meeiros, subarrendatários e alguns tipos de colonos — o mexicano: *peón acasillado*; os andinos: *concertado*, *huasipungero*, *colono* e *yanacona*; o chileno: *inquilino* — que trabalhavam em troca de um pedaço de terra concedido no qual pudessem produzir a própria subsistência, uma estratégia de transferência de excedente. Os produtos que os colonos mesmos não faziam eram adquiridos nos armazéns da *hacienda*, cuja moeda de troca muitas vezes eram vales emitidos pelo proprietário em substituição das cédulas oficiais. Também era comum a prática de anotar os custos dos produtos na conta do trabalhador, o que tendia a tornar-se um esquema de endividamento coercitivo que o mantinha dependente do fazendeiro.

Apesar de os colonos e os trabalhadores sazonais das comunidades interessarem aos fazendeiros, por não terem que pagar o valor de reprodução da força de trabalho, uma vez que em ambos os casos produziam a própria subsistência, se incomodavam quando priorizavam os cuidados das pequenas lavouras de sustento ao invés das grandes lavouras da *hacienda*. Por isso, o desejo por mudanças nesse regime de trabalho, como parte das modernizações produtivas das *haciendas* tradicionais, apresentava um discurso de falta generalizada de mão de obra, ideia que ia contra o que poderia se supor no contexto de aumento populacional dos países latino-americanos. Na verdade faltavam pessoas dispostas a trabalhar nas condições impostas pelo capitalismo em expansão:

> Na opinião do fazendeiro existia uma escassez de braços onde os trabalhadores não apareciam no dia exigido, pelo salário oferecido, nem trabalhavam no ritmo pedido. Quando as estradas de ferro e os atacadistas criaram esquemas de entrega, os fazendeiros se mostraram menos dispostos a tolerar o conflito entre seus próprios programas de plantio e de colheita e os dos camponeses, foram menos tolerantes com os faltosos e com os indolentes, mas continuaram muito relutantes a pagar um salário suficiente para atrair uma força de trabalho regular. Sob essas circunstâncias, como veremos a seguir, as próprias idéias raciais dos proprietários rurais e sua ideologia liberal recém-adquirida foram usadas junto com as novas oportunidades de lucro para justificar uma solução (Bauer, 2002, p. 222-223).

A solução, segundo o autor, foi o avanço do latifúndio fortalecido pelo nascente mercado fundiário sobre as terras das comunidades aldeãs e das sociedades religiosas ou de bem-estar, além da expulsão de posseiros e substituição de colonos por outros, em menor quantidade e que ganhavam menos que os anteriores. Em outras palavras, também se intensificou a exploração dos trabalhadores rurais que viveram um período de intensa movimentação em busca de emprego. Uma técnica antiga de contratação marcada por abusos e injustiças, o *enganche*, continuou a ser utilizada para trazer trabalhadores de uma parte de um país para outra.

Também vieram, e foram trazidos, imigrantes de todo o mundo, principalmente europeus[4], asiáticos e os próprios vizinhos latino-americanos. Por todo o subcontinente, havia uma preferência pelos europeus, tanto por questões racistas como por uma intenção de tentar poupar esforço com políticas de educação e saúde voltadas para a população nativa, porém a necessidade econômica prevalecia e eram aceitos os imigrantes que estivessem disponíveis no momento (Sánchez-Albornoz, 2002, p. 193-194).

E, para concretizar essas transformações, as coerções por dívida — ou mesmo alguns modelos coercitivos típicos do período colonial e residuais em poucos lugares — não tiveram tanto impacto para o enquadramento da mão de obra como o controle da terra por meio da propriedade fundiária:





> O crescimento do rendimento agrícola, mais ou menos no mesmo nível tecnológico, não produziu o efeito que se poderia prever num verdadeiro modelo de mercado. Isso se explica em parte pela maior produtividade dos trabalhadores graças à melhor organização, à disciplina mais rígida, à imposição de mais horas de trabalho e mais dias e semanas trabalhados durante o ano. **Mas o fato de os proprietários de terra terem conseguido manter um índice salarial baixo e extrair uma mais-valia que embasou seu domínio da vida social e política no final do século XIX se deveu à capacidade que tiveram de limitar as opções oferecidas ao número crescente da classe baixa rural. Isso foi feito, essencialmente, por meio do controle da terra e da água.** Essa estratégia obteve tanto sucesso que raramente se precisou empregar a coerção extra-econômica. Mas, em caso de conflito, os proprietários rurais geralmente tiveram à sua disposição as forças armadas do Estado, nos flancos por assim dizer (Bauer, 2002, p. 229-230, grifos nossos).

Contudo, o autor reforça como isso não significa que imperava um regime de trabalho de liberdade pura, justamente porque os proprietários de terras caracterizavam figuras de caudilhos com total domínio das esferas sociais

4 Segundo Glade (2002, p. 60) somente Argentina, Brasil, Uruguai, Chile e Cuba tiveram sua força de trabalho afetada de maneira considerável por imigrantes europeus no período de 1870 a 1930.

e políticas locais: pagavam o padre e o médico, mantinham a escola, aparelhavam a lei e o poder estatal, possibilitavam acesso à mercadorias locais e importadas e podiam punir quem lhes fosse contrário ou incômodo.

Cabe começar a explanação do segundo aspecto, das fronteiras extensivas, pelo exemplo da expansão cafeeira no oeste paulista, para depois observar exemplos de outros lugares. O Brasil, no século XIX, também passava por mudanças no mercado de trabalho relacionada à formação da propriedade fundiária acima de tudo por conta da substituição tardia da mão de obra escravizada por imigrantes, a qual começa um pouco antes da abolição da escravidão, a última em uma país americano, somente no final do século XIX. Ao longo de todo esse século, segundo Martins (1979), a crise no cativeiro impulsionou a metamorfose da renda capitalizada na pessoa escravizada em renda territorial capitalizada. O primeiro passo para compreender essa transformação consiste no fato de que o trabalhador escravizado era uma mercadoria que precisava gerar lucro antes de ser produtor de outras mercadorias, uma parte da lógica econômica colonial:

> Nesse sentido, o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. O fazendeiro comprava a capacidade do escravo criar riqueza. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos, enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso (Martins, 1979, p. 26).

O autor atesta ainda como, no regime escravista, buscava-se garantir essa probabilidade de ganho futuro com uso de coerção no trabalho compulsório. Em outras palavras, ao despojar o escravizado da propriedade do próprio trabalho, era transferido a ele o encargo do valor pago ao tráfico humano, uma dinâmica comercial de produção prévia da sujeição do trabalho necessária para a empreitada colonial. A produção de mercadorias estava subjugada ao capital comercial já na obtenção de mão de obra.

Quando os escravizados foram libertados, de tudo que a acumulação primitiva do escravagismo havia lhes tirado, receberam de volta apenas a propriedade do próprio trabalho. Esta era tudo que restava também aos imigrantes europeus, trazidos para substituir os recém libertados, os quais tinham acabado de ser despojados das condições de realização do trabalho, despojados das terras comunais pela acumulação primitiva dos cercamentos. Inclusive, a possibilidade de voltar a possuir a terra ligada a um estilo de vida rural de subsistência foi um atrativo para seduzir os imigrantes a virem ao Brasil e, provavelmente, aos outros países americanos. Entretanto, a principal preocupação das políticas imigratórias era suprir a demanda por mão de obra, por isso, para se tornarem proprietários, antes deveriam trabalhar nas lavouras de café dos latifundiários brasileiros.

O colonato estabelecido para os imigrantes, já antigo nos outros países latino-americanos que tinham abolido a escravidão há mais tempo, foi a novidade no Brasil para adoção de um regime de trabalho livre. O trabalho funcionava com base na unidade familiar, pois todos os membros de uma família, mesmo as crianças, desempenhavam algum papel no trato do cafezal em troca de um pagamento fixo na colheita do café, mediante um valor proporcional à quantidade colhida ou na produção para subsistência de alimentos. Apesar de ser um trabalho livre pago em dinheiro, não se caracterizava como um relação propriamente capitalista, primeiro porque o trabalho familiar não configurava um vínculo empregatício — mais membros na família apenas significa mais pessoas para dividirem o trabalho, que era pago de acordo com a quantidade colhida, quase como se o chefe da família comercializasse os grãos colhidos para o fazendeiro, ainda que este fosse o verdadeiro dono dos pés de café; segundo, por conta da subsistência dos colonos ser responsabilidade deles próprios, representando um trabalho duplo: cuidar do cafezal e depois trabalhar na lavoura de gêneros alimentícios para consumo próprio e para venda do excedente. Em novas fazendas mais férteis, os colonos podiam plantar algumas culturas entre os cafezais, o que facilitava o trabalho e gerava uma maior preferência para escolherem tais fazendas.

Esse modelo final de colonato brasileiro apareceu depois de algumas tentativas não muito bem sucedidas, como as colônias oficiais do governo ou quando o fazendeiro  custeava a vinda dos imigrantes e que, por isso, considerava-os como sua propriedade, reminiscências da renda capitalizada durante a escravidão, o que causou problemas e conflitos entre colonos e fazendeiros e, às vezes, até entre fazendeiros, quando um deles “roubava” o colono de outro. No fim, o Estado continuou subsidiando o transporte dos imigrantes mas, ao invés de serem enviados para as colônias oficiais, os colonos iam direto para trabalharem nos cafezais, cumprindo o objetivo da política de imigração de suprir a demanda de mão de obra.

Enfim, a compreensão do surgimento da propriedade fundiária brasileira, relacionada ao regime de colonato, também recai sobre o binômio funda-

mental terra-trabalho: se antes a sujeição do trabalho era previamente produzida pela escravização e tráfico de africanos, agora ela é garantida pelo monopólio da terra. O colono livre manteve as engrenagens coloniais girando ao precisar trabalhar para os grandes agroexportadores em nome da sonho de eles mesmos tornarem-se proprietários no futuro:

> Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia colonial. ***A* renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa**. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto de expropriação territorial do trabalhador e substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho. *A* renda territorial surge da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo; surge, portanto, como forma de capital tributária do comércio, como aquisição do direito de exploração da força de trabalho. ***A* propriedade do escravo se transfigura em propriedade da terra como meio para extorquir trabalho e não para extorquir renda** (Martins, 1979, p. 32, grifos nossos).

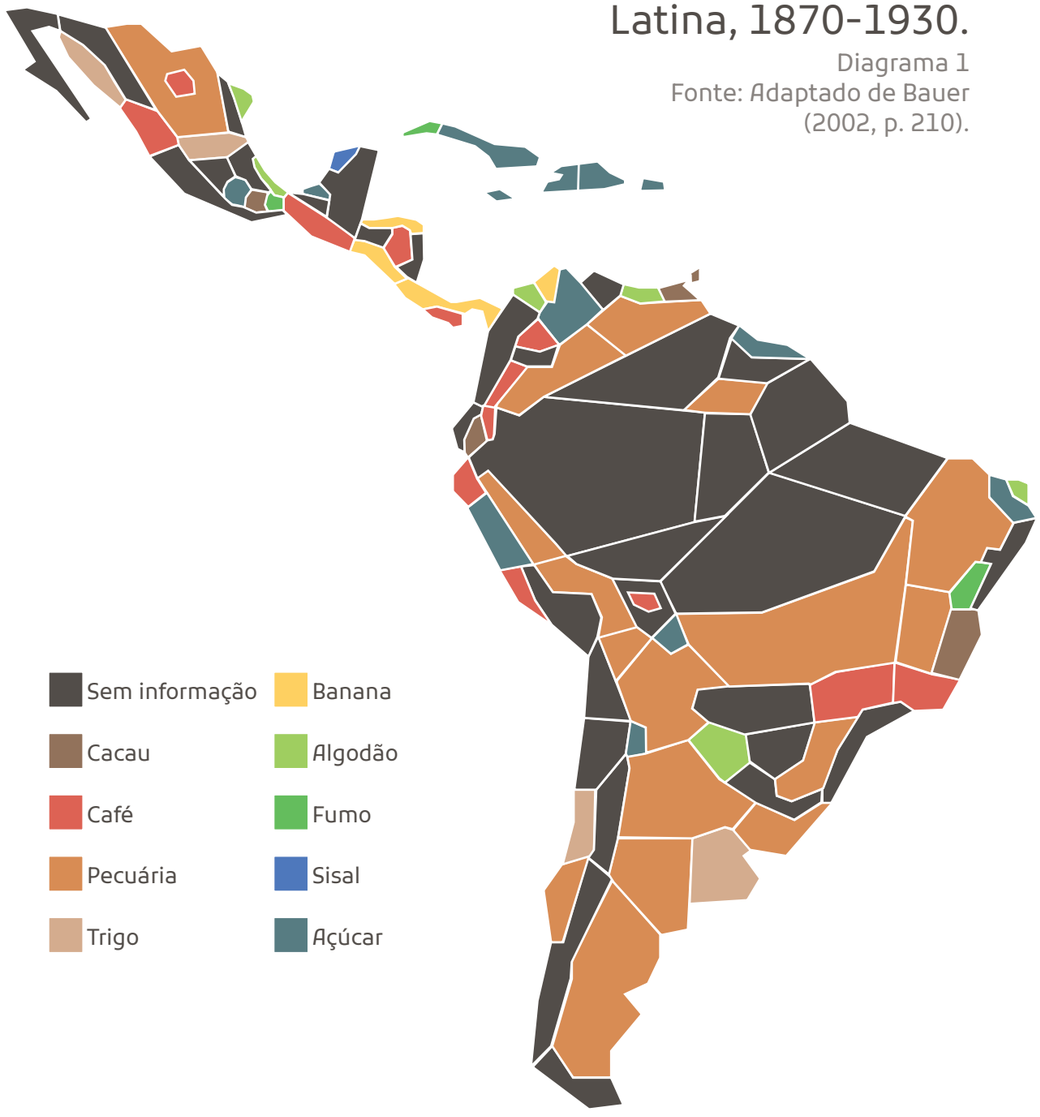
Décadas antes da abolição, a Lei de Terras de 1850 já visava garantir essa subjugação da mão de obra ao dificultar o livre acesso à terra, como ocorria com os posseiros, ao legitimar a propriedade apenas quando obtida por meio de compra. E, após a eclosão efervescente de abertura de fazendas de café no interior paulista, no começo do século XX, a valorização da terra alcançou um ponto que indicava uma certa consolidação do mercado fundiário. Em consequência, a partir de 1870 nasce uma "indústria de grilagem", composta por uma miríade de atividades lícitas e ilícitas que compunham o preço da terra: "*A*s despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro" (Martins, 1979, p. 69). Oficialmente o fazendeiro não realizava a grilagem, para evitar a perda do cafezal em caso de contestação judicial da propriedade, deixando o trabalho sujo para o grileiro que falsificava os títulos de propriedade para que algum fazendeiro pudesse comprá-lo. Por isso, no "(...) processo de transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substitui o antigo traficante de escravos (...)" (idem), na mesma medida em que a terra como renda territorial capitalizada substitui o escravizado.



Como resultado, a fronteira cafeeira expandiu-se em direção ao interior do sudeste brasileiro, em uma conquista de territórios ainda não explorados economicamente. Esse é um exemplo de uma fronteira extensiva ligada ao aumento produtivo de artigos para exportação, sendo outro caso significativo a expansão da lã na Patagônia, região compartilhada pelo Chile e *A*rgentina, produção empurrada para tais regiões mais distantes quando o trigo avançou a oeste e ao sul de Buenos *A*ires. Por toda a *A*mérica Lati-

Produções agropecuárias na *A*mérica Latina, 1870-1930.

Diagrama 1
Fonte: *A*daptado de Bauer (2002, p. 210).



na notou-se a expansão de fronteiras como essas: o ciclo da borracha[5] na Amazônia brasileira, equatoriana, colombiana e peruana, a marcha para o norte no México e as plantações de banana — depois seguidas pelo petróleo — por toda a América Central até a costa caribenha da Colômbia e Venezuela, entre outros exemplos (Glade, 2002, p. 33 e 49-50; Sánchez-Albornoz, 2002, p. 202-204).

As espacialidades geradas pelo avanço dessas fronteiras, como discorreu Souza (1996), caracterizam-se por estarem entre as terras integradas institucional e socioeconomicamente às sociedades estabelecidas pela colonização na América Latina e aquelas pouco ou nada povoadas, no máximo por alguns posseiros e indígenas dispersos, o que se concretiza como uma faixa onde começo e fim não são uma linha exata, mas uma transição gradual e dúbia de realidades distintas que ali se misturam para criar um espaço de dinâmicas próprias.

Essas fronteiras não devem ser confundidas com os limites internacionais, ainda que a expansão daquelas muitas vezes seja responsável pelo fator difuso destes, onde desenvolve-se uma faixa espacial compartilhada pelos diferentes países, na qual surgem atividades comuns que conectam os espaços fronteiriços mais entre si do que com o restante do território principal. Retomado depois, o estudo de caso feito  pela autora tem como objeto a fronteira entre o Uruguai e o estado brasileiro do Rio Grande Sul.

Antes imprescinde compreender, segundo Moraes, como a expansão de fronteiras está no âmago das sociedades latino-americanas desde antes do mercado fundiário, ou seja, durante a colonização a qual, se por um lado objetivava o comércio subordinado a um mercado externo atraído por produtos tropicais raros e de alto valor nas metrópoles e em suas trocas internacionais, por outro conviveu desde o princípio com um avanço interno de atividades econômicas de caráter extensivo, como a pecuária, além de outras atividades:

> Isto é, a riqueza gerada repousa diretamente na magnitude do espaço apropriado, tal fato sendo válido tanto para o avanço areolar da fronteira agrícola e pecuária quanto para a dilatação das zonas de trânsito onde se encontram as "riquezas do sertão" (os índios, os metais preciosos e as especiarias). Por isso, o móvel da conquista não se restringe ao período inicial da instalação, mas permanece como motor constante do dinamismo interno das formações territoriais coloniais (Moraes, 1996, p. 147).

5 No Diagrama 1, a borracha não aparece porque está ausente no mapa de referência, o qual não inclui atividades extrativistas.

Portanto, mesmo quando a terra não tinha valor, a dimensão espacial, resumida pelo caráter expansionista da colônia em face de territórios praticamente infindos, teve papel central na estruturação social latino-americana. Para o autor essa interiorização estabeleceu circuitos de produção e círculos de cooperação que podem expressar interesses internos relacionados a uma certa divisão regional do trabalho, a partir dos quais revela-se a gênese das agregações de ambições dos movimentos de emancipação, o que ajuda a explicar o desenho das fronteiras após as independências.

Esses espaços fronteiriços produzidos por essas economias extensivas durante a colonização passaram, durante o século XIX, pelo processo de modernização descrito no primeiro aspecto, abordado anteriormente.

Volta-se ao exemplo da faixa espacial próxima à fronteira com o Uruguai no Rio Grande do Sul. Ali predominava “a criação de gado extensiva em propriedades latifundiárias com baixo índice de tecnificação e a baixa densidade populacional rural” cuja apropriação da terra deu-se “pelo extermínio e submissão do indígena, pela expropriação de posseiros e ocupantes, pela progressiva sujeição dos gaúchos à estrutura e às formas de trabalho das fazendas” (Souza, 1996, p. 361). Depois, a consolidação da região, causada pela ocupação completa das terras e pelas partilhas das imensas sesmarias em propriedades menores[6], impulsionou o valor da terra.

Em paralelo, uma série de modernizações atingia a pecuária, desde a construção de currais, dos recém inventados navios com câmaras frigoríficas responsáveis pelo aumento das exportações até o cercamento com arame farpado para demarcar e consolidar a propriedade privada da terra. Do lado uruguaio, esse processo se intensificou a partir de 1875 depois do código rural estabelecer a propriedade do gado e da terra e estimular a instalação das cercas, enquanto no lado brasileiro o cercamento funcionou como solução para reduzir a necessidade de mão de obra em vista da crise no cativeiro, por volta de 1880.

Percebe-se que além de espacial, a transição é temporal, porque conforme a fronteira avança os espaços antes fronteiriços acabam incorporados e novas terras passam a ser conquistadas, em uma continuidade da invasão colonial mesmo muito depois do fim do domínio metropolitano.

É por causa dessa continuidade de uma conquista territorial colonial nos

6 Uma ressalva: esse é um dos lugares em que o surgimento do mercado fundiário esteve associado com a subdivisão de grandes propriedades em outras menores, mas, como já foi dito antes na parte dedicada ao aspecto das fronteiras intensivas, o comum no período foi o fortalecimento do latifúndio.

países independentes, uma vez que as independências atendiam os interesses das elites locais às quais compensava tal continuidade, que Moraes caracteriza como conservadoras todas as modernizações produtivas e sociais associadas às consolidações dos novos Estados Nacionais como parte do processo de autolegitimação, de busca por soberania e de criação de uma identidade "(...) em grande medida acoplada a uma visão territorial que pode ser ilustrada numa temática recorrente na discussão de suas elites: a do país a se construir" (Moraes, 1996, p. 149).

Esses discursos importaram da Europa o liberalismo e o positivismo, por isso não é por nada a bandeira do Brasil estampar "ordem e progresso". Na Argentina o avanço da fronteira nos pampas e na Patagônia tomou caráter "civilizatório" e tornou-se a principal missão do governo, tudo sob o lema "*gobernar es poblar*". Nos planaltos do México, da Guatemala, do Equador e do Peru — componentes das zonas nucleares da colonização espanhola — as modernizações capitalistas eram elogiadas quando comparadas ao alegado "feudalismo do império espanhol", representado pelas comunidades aldeãs, de bem-estar ou religiosas que então passaram a ser expropriadas em nome do progresso. Porém, na maioria dos países não buscou-se estender os benefícios da modernização para toda a população, ao invés disso a preferência foi pelo cosmopolitismo do consumo da elite, ou seja, importar os modos de vida estrangeiros, restritos a essa classe (Glade, 2002, p. 73).

Em vista dessas contradições, pode-se concluir que as aspirações do capital externo forçaram a inclusão dos países latino-americanos no mercado global, porém as condições sob as quais isso se concretizou obedeceram às intenções conservadoras locais por meio de uma transformação moderada, promovendo mudanças para que tudo permanecesse como antes.

Por toda a América Latina, a produção manteve-se subordinada ao comércio e baseou-se na sujeição do trabalhador que, mesmo sendo legalmente livre, não tinha escolha a não ser trabalhar para os proprietários. E as mudanças nas relações de trabalho em quase nada representaram uma ruptura na produção rural colonial, por serem relações fragilmente mediadas pelo salário, ou seja, relações não-capitalistas. A conclusão alcançada por Martins sobre o colonato brasileiro no século XIX pode ser estendida para todo o subcontinente latino-americano por ser comum a todos seus países a continuidade da primazia do comércio exportador:

> O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas (Martins, 1979, p. 21).

Portanto, pode-se afirmar que o enquadramento da mão de obra em relações não-capitalistas por meio da concentração da propriedade privada da terra está estritamente associada ao comércio exportador da primeira etapa da expansão capitalista? Na verdade, essa é uma maneira tão eficiente de exploração do trabalho que não se limita a esse período de transição. Segundo Oliveira (2015), ela é parte de uma acumulação primitiva estrutural, mas não no sentido clássico do conceito marxista de expropriação da propriedade como requisito da acumulação capitalista e, sim, significando o excedente de trabalho expropriado por meio da posse transitória da terra, acontecendo tanto no que o autor chama de fronteiras "externas" como as "internas".

Esta segunda classificação abarca a coexistência das culturas comercializáveis com as de subsistência do trabalhador, ou mesmo a rotação dessas culturas, igual o regime do colonato descrito anteriormente. Já as fronteiras "externas" representam o avanço agropecuário nas terras inexploradas, sobretudo nas regiões em torno da abertura de rodovias, avanço esse feito pelo trabalhador rural que "(...) ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de 'subsistência'; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário" (Oliveira, 2015, posição 301-305).

Em ambos tipos, incorpora-se no valor do produto final, em benefício ao proprietário da terra, aquilo chamado pelo autor, nos termos de Marx, de "trabalho morto", que resume todo trabalho feito pelos trabalhadores rurais para a própria alimentação e sobrevivência. Subtrai-se dos valores pagos pelos serviços o valor da reprodução da força de trabalho, afinal além de trabalhar para o fazendeiro os trabalhadores cuidam da própria subsistência.

A semelhança entre a conceituação de fronteiras e sua relação com o trabalho feita por Oliveira com a dos outros autores apresentados neste capítulo está evidente, mas a reviravolta reveladora consiste de que os escritos do autor tratam do Brasil de meados do século XX, e não do século XIX. A mudança do contexto, em vista da permanência das dinâmicas do binômio

terra-trabalho, deve ser alvo de análise. De acordo com Thorp (2002), o cenário do subcontinente latino-americano começou a mudar com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, quando terminou a Idade de Ouro das economias exportadoras, mas — como consequência de que durante o conflito aumentaram-se as exportações e os Estados Unidos supriram a falta do Reino Unido e outros europeus como parceiro de investimentos — uma busca mais esforçada pelo abandono do modelo exportador foi adiada até quando eclodiu a Grande Depressão, com a crise mundial de 1929. Foi quando as vulnerabilidades desse sistema, já existentes mesmo antes de 1914, atingiram um ponto culminante.

Como resposta a isso, a produção agropecuária perde o protagonismo para a urbano-industrial, porém assume papel fundamental na redução do custo de reprodução do trabalhador urbano, uma vez que os preços dos alimentos consumidos nas cidades se mantêm baixos graças à expansão das fronteiras externas e da instrumentalização do trabalho duplo dentro das fronteiras internas ou, seguindo os termos utilizados antes, pela expansão das fronteiras extensivas e intensivas, respectivamente.

*A* operação realizada para moldar a economia rural para sua nova função envolveu um conjunto de soluções apoiadas "(...) no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária", sendo a mão de obra enquadrada em relações não-capitalistas porque essas soluções têm em comum a "(...) permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia" (Oliveira, 2015, posição 296). Com isso, o moderno setor industrial não só prescinde de uma ruptura com o, a partir de então, classificado como setor arcaico rural, como também o incorpora em suas dinâmicas de acumulação, reforçando as estratégias do binômio terra-trabalho usadas pela economia agroexportadora.

Sumariamente, observar-se que a transição da economia de um modelo agroexportador para outro industrial se deu pelo reforço de dinâmicas que existiam no modelo anterior, e que foram também um reforço das dinâmicas estabelecidas no período colonial, numa permanente reinserção do arcaico sob um verniz de modernidade. *A* eterna fronteira que se expande, a necessidade econômica de passar a boiada.

02

# É SÓLIDO... E NÃO DESMANCHA NO AR

> O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de ideias e opiniões veneráveis, são descartadas, todas as novas relações, recém-formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens.
>
> Karl Marx e Friedrich Engels (*apud* Berman, 2007): *Manifesto Comunista*.

Começar a discorrer sobre as tensões e as convergências entre o arcaico e o moderno, uma discussão interminável na América Latina, exige um passo atrás, um passo em direção ao campo das ideias, das ideologias e dos discursos que acompanharam as mudanças socioeconômicas do mundo moderno, as quais eclodiram na Europa durante o final do século XVIII e aqui chegaram sobretudo a partir do século XIX.

A princípio, neste capítulo, o caminho diverge daquele tomado no primeiro capítulo em que percorremos a linha conceitual das ideologias burguesas liberais e de seus antagonistas materialistas histórico-dialéticos. Agora interessa mais o próprio conceito de modernidade, o que por si só permite grande debate no qual este trabalho não pretende se alongar.

Um resumo de tudo que é essencial ao assunto vem de Tudo que é sólido desmancha no ar (2007), escrito por Berman e lançado no começo da década de 1980. O título, emprestado de uma frase de Marx e Engels, resume a ideia da modernidade como o estado de transformações ininterruptas e consecutivas, ou mesmo concomitantes, o qual a humanidade vive desde o início do século XVI. Uma visão que, claro, pretende afastar-se da divisão temporal comum da Idade Moderna (1453-1789), definida pelo autor como museológica. Para ele, esse período seria apenas a primeira fase do período da modernidade, quando as pessoas ainda descobriam e experimentavam a vida moderna. A segunda fase ocorreu durante o século XIX e foi marcada pela dualidade de, por um lado, difundirem-se ideais revolucionários e intensas mudanças e, por outro, restarem vestígios e memórias de uma realidade anterior. Desse conflito consolidam-se as ideias de modernismo e modernização, caras a este trabalho. Por último, a terceira fase viu a expansão global dos ideais modernos, bem como seu esfacelamento, perda de profundidade e proliferação de duras críticas, fase iniciada no século XX e talvez persistente até hoje.

Este é o contexto a partir do qual Berman escreve em uma tentativa de resgate de raízes — uma nova resposta moderna aos problemas criados pela modernidade, um ideal que parte da esperança de submeter o desenvolvimento ao ser humano e não o contrário — como um contraponto a todos que, em meio ao turbilhão incessante de transformações, desejam um fim não apenas da modernização como da cultura modernista.

Ao contrário do que se pode supor com base no título deste capítulo ou no conteúdo do anterior, não há neste trabalho a intenção de contrapor, nem respaldar, o entusiasmo moderno de Berman. O que se busca aqui encontra-se nas áreas cinzas entre o preto e branco, uma complexidade da realidade latino-americana advinda daquilo que há entre o que se acredita e o que se concretiza. Complexidade essa que não passou despercebida pelo autor: “O modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas” (Berman, 2007, p. 271). Para chegar a essa conclusão geral ele toma o caso russo do século XIX como arquétipo de todos os países periféricos que depois também passaram por modernizações.

Aprofundando a questão da modernidade latino-americana com base no caso brasileiro, utiliza-se da visão de Schwarz (2014) acerca da importação de ideias europeias, com foco na ideologia liberal — o que para ele abrange liberdade de trabalho, a igualdade perante a lei e o universalismo — contraposta com a sociedade brasileira escravista. Segundo o autor, o trabalho cativo, basilar da economia, entra em contradição completa com o liberalismo, tendo gerado em alguns revolta contra as estruturas sociais coloniais e em outros um incômodo com o barulho gerado por tais ideais que pouco servem dentro da realidade impositiva do comércio agroexportador.

O segundo ponto de vista influiu mais nos rumos da sociedade para conservação do *status quo* calcado na propriedade latifundiária:

> Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social. Seria de supor que aqui perdessem a justeza, o que em parte se deu. No entanto, vimos que é inevitável este desajuste, ao qual estávamos condenados pela máquina do colonialismo, e ao qual, para que já fique indicado o seu alcance mais que nacional, estava condenada a mesma máquina quando nos produzia (Schwarz, 2014, posição 803).

No caso especificado por Schwarz do liberalismo, há a ressalva de que lá na Europa essa filosofia política funciona como uma ideologia por encobrir a exploração do trabalho, enquanto aqui no Brasil se caracteriza por uma ideologia de segundo grau, de ideias fora do lugar, pois "Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema. Deriva sossegadamente do óbvio, sabido de todos — da inevitável 'superioridade' da Europa (...)" (Schwarz, 2014, posição 709).

Esse caráter social pelo qual se expressam as ideias importadas adquire aspecto decorativo que muitas vezes reveste de integridade e moralidade atos opostos ao que originalmente pregam. "Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc." (Schwarz, 2014, posição 714). Como explicação disso, o autor estabelece que o teste da coerência entre realidade e ideias deslocadas, apesar de estar sempre presente, é evocado e suspenso de maneira a sustentar as fantasias de uma sociedade fundamentada na arbitrariedade e no favor.

Seria então o modernismo uma ideologia de segundo grau tanto quanto o liberalismo? Estaria, portanto, a modernidade condenada a uma concretização pontual a qual, ainda que desmanche no ar, daria lugar a uma outra realidade enraizada nas mesmas bases sólidas de elitismo plantadas pela colonização?

A busca de respostas para essas e outras questões adota método semelhante ao de Berman e Schwarz, uma vez que a fonte principal de pesquisa vem de obras literárias ficcionais. O primeiro dos dois, Berman, retoma a modernidade com base em Fausto de Goethe e na literatura russa do século XIX, principalmente *Memórias do Subsolo* de Dostoievski. Segundo ele, seguir este método leva a trilhar o **caminho largo e aberto** ao invés de um caminho acadêmico tradicional:

> O caminho largo e aberto é apenas um entre muitos outros possíveis, mas tem suas vantagens. Ele nos permite ver uma grande variedade de atividades artísticas, intelectuais, religiosas e políticas como partes de um mesmo processo dialético, e desenvolver uma interação criativa entre elas. Ele cria condições para o estabelecimento de um diálogo entre o passado, o presente e o futuro. Ele transpõe as fronteiras do espaço físico e social, revelando solidariedades entre grandes artistas e pessoas comuns, e também entre pessoas que vivem nas regiões a que damos os nomes pouco adequados de Velho Mundo, Novo Mundo e Terceiro Mundo. Ele estabelece uma união que transcende as barreiras de etnia e nacionalidade, sexo, classe e raça. Ele nos proporciona uma visão mais ampla de nossa própria experiência, mostrando-nos que em nossa vida há mais do que imaginamos, e dá ao tempo em que vivemos mais intensidade e profundidade (Berman, 2007, p. 11).

Já Schwarz procura reflexos da sociedade brasileira nos romances de Machado de Assis e encontra refletido na forma literária pela qual representa-se a relação entre Brás e Eugênia, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, toda uma sociedade na qual a grande maioria depende dos caprichos daqueles que estão no topo. Para o autor, a prosa condensa observação social, esquema dramático, organização de personagens e ponto de vista de classe em um resultado artístico embrenhado do momento histórico em que foi produzido:

> Sem avançarmos por agora, digamos apenas que, ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada — em que imprevisível dormita a História — que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados. São relações que nada têm de automático, e veremos no detalhe quanto custou, entre nós, acertá-las para o romance. E vê-se, variando-se ainda uma vez o mesmo tema, que embora lidando com o modesto tique-taque de nosso dia a dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as tratar diretamente (Schwarz, 2014, posição 867).

As reciprocidades entre arte e realidade é tema abordado também pela história da arte. Didi-Huberman (2012) direciona essa discussão para o campo de imagens e imaginários, com uma pergunta: como as imagens tocam o real? Para ele a imagem não se reduz a uma subjetividade despropositada e descartável para compreensão histórica, pois registram os anseios humanos (e sua consumação), logo a imagem carrega ao mesmo tempo o caráter de ser documento e objeto de sonho, ou ainda um não saber e objeto de ciência.

Ele entende a relação entre imagens e o real com base em vestígios de registros, memórias que atravessaram o tempo e podem se apresentar em uma coletânea de imagens de difícil compreensão em sua totalidade de

significados individuais e conjuntos. A dificuldade advém da heterogeneidade que as imagens podem apresentar, bem como as lacunas e anacronismos que as separam, por isso tentar uma arqueologia delas imprescinde de imaginação e montagem:

> A montagem será precisamente uma das respostas fundamentais a esse problema de construção da historicidade. Porque não está orientada simplesmente, a montagem escapa às teleologias, torna visíveis as sobrevivências, os anacronismos, os encontros de temporalidades contraditórias que afetam cada objeto, cada acontecimento, cada pessoa, cada gesto. Então, o historiador renuncia a contar "uma história" mas, ao fazê-lo, consegue mostrar que a história não é senão todas as complexidades do tempo, todos os estratos da arqueologia, todos os pontilhados do destino (Didi-Huberman, 2012, p. 212).

Um exemplo de montagem citado por Didi-Huberman é o *Mnemosyne*, ou Atlas de imagens, de Aby Warburg, em que figura uma iconologia dos intervalos a partir da qual as significações irrompem não das imagens em si, mas das relações entre elas. O Atlas é composto por dezenas de painéis onde se dispõe uma variedade de tipos de imagens:

> Os grandes painéis de tecido preto em que se encontram justapostas reproduções de obras ou de detalhes de obras de arte, bem como recortes de jornais, selos, páginas de livros, cartões-postais ou fotografias de diversas origens, compõem uma estranha paisagem de imagens em que se elabora um novo estilo de apreensão dos fenômenos estéticos, no qual o saber se transmuda em rito de orientação (Michaud, 2013, p. 293).

Este trabalho se inspira nos autores citados neste tópico para definição do método de análise da literatura ficcional latino-americana, escolhida como objeto de estudo principal. Cada uma das muitas obras selecionadas contém uma própria coletânea de imagens nas representações de seus personagens, cenários e enredos, o que, por sua vez, compõem um imaginário específico da localidade e período retratados, bem como de um imaginário comum às latinidades. Porém a ideia não é aprofundar o estudo de uma ou outra obra ou local para apreender especificidades regionais. Os eventuais enfoques feitos em determinadas histórias se justificam pela grande contribuição delas para a discussão geral.

O intuito é elaborar montagens de imagens para compreender os processos históricos e culturais relacionados à propriedade da terra e à exploração do trabalho, entendidos como uma transformação contínua e compartilhada, em determinada medida, por diferentes territorialidades do subcontinente.

Em outras palavras, busca-se enxergar as similaridades que unem diferentes lugares, assim como estabelecer — em vista dos conceitos apresentados no primeiro capítulo — o vínculo entre o passado com o presente, ou melhor: possibilitar a quem lê, com base na própria bagagem, o importante

Mapeamento das principais leituras latino-americanas realizadas.

Diagrama 2
Fonte: Elaboração própria.



apontamento dos vínculos existentes, uma vez que a perspectiva limitada do indivíduo tende a ignorar e desconhecer as heranças dos processos sociais, sobretudo quando o esquecimento é confortável a determinados grupos classistas.

*A* montagem utiliza fragmentos dos textos, ou seja, citações, ao lado de outras imagens usuais (pinturas, fotografias, etc.) para produzir um mosaico. Como resultado busca-se nas tensões convergentes e divergentes entre os fragmentos uma imagem de uma terra fragmentada por fronteiras e latifúndios. Cada mosaico também configura um fragmento maior e, juntos, estes mosaicos-fragmentos formam o resultado deste trabalho, o qual também participa como tributário e, quiçá, como contribuinte dos imaginários latino-americanos.

## 2.1. O arquétipo do herdeiro ilustrado que retorna à terra arcaica

Porém, por fim, a cidade conquistou a alma selvagem de Santos Luzardo. De volta a si do feitiço das nostalgias, encontrou-se já com mais de dezoito anos e, com relação à instrução, havia aprendido muito pouco além do que trouxera do *Arauca*; mas se propôs a recuperar o tempo perdido e se entregou com afinco aos estudos.

*Dona Bárbara*



— Estou pensando em ir para o campo, para Las Tres Marías.

— Aquilo é uma ruína, Esteban. Sempre lhe disse que é melhor vender aquela terra, mas você é teimoso como uma mula.

— Nunca se deve vender terra. É só o que fica quando todo o resto se acaba.

*A casa dos espíritos*



— Sim, homem. Você deve saber que fizemos uma viagem de exploração à sua fazenda, em Cuchitambo.

— De exploração?

— Dá pena ver como aquilo está abandonado.

— Tenho ocupações aqui...

— Aqui! É hora de você pensar seriamente — murmurou o velho em tom de conselho paternal.

— Ah!

— Talvez minhas indicações e as de Mister Chapy possam salvar você!

— Mister Chapy?

— O gerente da exploração de madeira no Equador. Um cavalheiro de grandes recursos, de extraordinárias possibilidades, de milionárias concessões no estrangeiro. Um gringo desses que movem o mundo com um dedo.

*Huasipungo*

Caminha devagar o percurso de duas quadras que separam a estação do cemitério. As ruas sem calçamento, de terra batida e alaranjada, sujam os sapatos de couro de Martín, que desde já decide: precisará jogá-los fora quando retornar para Brasília.

*Ainda que a terra se abra*



— Mesmo assim — disse o Caudilho —, é dos pais que o rapaz herda as suas esquisitices. Todos esses rapazes educados em Buenos Aires são estranhos porque isto é próprio do caráter portenho e não são confiáveis. A soberba os consome e o saber os envenena, o que se pode fazer?! Os portenhos são assim, gente ruim. O *criollo* misturou ali o seu sangue com sangues problemáticos e ainda que este rapaz seja *entrerriano*, passa uma temporada entre eles e quando volta, volta mudado; alguma frescura ele pegou, nas vestimentas, nos modos.

*O Caudilho*

— Não, Frederico, você será padre, eu não, porque sou herdeiro. O seminário serve apenas de estudo para quem tem dinheiro e nome. A ordenação fica para os pobres, os sem origem ou os maricas, feito você.

*Cantagalo*



Meu antigo patrão, Salustiano Padilha, que tinha levado uma vida de economias indecentes para fazer o filho doutor, acabara morrendo do estômago e de fome sem ver na família o título que ambicionava. Como quem não quer nada, procurei avistar-me com Padilha moço (Luís). Encontrei-o no bilhar, jogando bacará, completamente bêbedo.

*S. Bernardo*

Diagrama 3
Fonte: Compilação do autor.

Não há forma melhor de abrir as discussões sobre as tensões entre o arcaico e o moderno do que com a recorrente imagem do herdeiro, homem, enviado para estudar na cidade, às vezes até mesmo na Europa, onde adquire ideais estrangeiros e que, por alguma imposição do destino, precisa retornar às suas antigas propriedades rurais, cujo estado de abandono contrasta com um passado de prosperidade material.

É um enredo representativo de uma elite ilustrada e de modos urbanizados que precisa enfrentar suas raízes arcaicas no latifúndio, lugar de origem da sua ascensão. Esse conflito por vezes revela uma dupla inadequação, primeiro no fracasso nos estudos, que pode vir acompanhado de uma incapacidade de adaptar-se por completo à vida urbana. Depois, quando o herdeiro retorna à fazenda, ele mostra-se tão inadequado quanto ao ambiente rural. É o caso de Luís Padilha, em *S. Bernardo*, e de Carlos Dubois, em *O Caudilho*. Este segundo, filho de imigrantes franceses na Argentina, sofre na dura realidade do campo por ser sensível, frouxo e afligido por dramas idealistas. Na província de Entre Rios, onde seus pais têm uma propriedade, é julgado e desprezado pelo Caudilho, cujas brutalidades e violências sustentam com domínio de mão de ferro os arcaísmos locais.

A impotência dos ideais ilustrados frente uma realidade arcaica impositiva incrementa a inadequação com uma frustração corrosiva. Padilha, por exemplo,  além de falhar em completar os estudos, tampouco teve capacidade de administrar sua fazenda herdada, assim ele acaba entregue aos prazeres e vícios, os sedativos para uma consciência depressiva por conta da incapacidade de adequar-se ao arcaico, muito menos de transformá-lo. Por isso, Paulo Honório consegue enganar Padilha filho, endividando-o até tomar a fazenda de S. Bernardo, onde antes trabalhava para o Padilha pai.

Modesto Lima, de *Cantagalo*, pode levar a suposições sobre como foi o passado de Padilha, antes de herdar a fazenda. Ele assume como escolha não dedicar-se aos estudos no seminário enquanto se diverte com atividades nada beatas, acreditando que um dia herdará a propriedade da irmã: "A sorte de Praxedes é que ainda não posso assumir minha fazenda. Na verdade, não é que não posso, é que eu não quero, por enquanto. Há tempo contado para se divertir na vida, Frederico" (Ribeiro, 2025, p. 97).

Já dona Praxedes compartilha com o Caudilho e Paulo a opinião negativa sobre os estudos, porque utiliza do seminário como estratégia para manter o irmão longe da possibilidade de tomar a fazenda dela:

> Conseguiu sem esforço trazer o caçula para o Cantagalo, o filho do barão Honório em seu lugar, dizia, com o desígnio particular de mantê-lo sob as vistas, vetá-lo desde cedo de conhecer o café e os trâmites do café. Fará dele um doutor estudado e inútil, ou, melhor ainda, padre, a vida de igreja deixa os homens com modos molengas e com medo do trabalho, com a vantagem de não gerar pretensos herdeiros e, se bispo um dia, orgulho para a família (Ribeiro, 2025, p. 239).

A postura patética e desprezível desses personagens perante ao arcaico contrasta em muito com o destino heroico de Santos Luzardo, protagonista de *Dona Bárbara*. Ele volta à Altamira, onde viveu uma conturbada infância, com a única intenção de vendê-la, para libertar-se de seu passado como descendente de grandes proprietários de gado. Porém, como será explorado mais em mosaicos posteriores, ele decide por enfrentar a caudilha Bárbara, com ímpeto não apenas de restaurar sua propriedade como também de civilizar o *llano*[1] venezuelano. Fica avisado que o tom esperançoso da obra de Rómulo Gallegos, apesar de belo e inspirador, diverge dos outros livros analisados neste trabalho.

Esse arquétipo de personagem herdeiro não se encerra com os séculos XIX e XX. Suas versões contemporâneas baseiam-se em uma separação ainda mais intensa entre o rural e o urbano, em um êxodo já concretizado, a partir da qual a inadequação evolui para uma aversão total acompanhada de um desejo de desenraizamento do rural. Como é o caso de Martín, de *Ainda que a terra se abra*, um professor na Universidade de Brasília, perturbado pelo passado que enfrentará durante a viagem de volta à estância de sua família, no Rio Grande do Sul, para resolver as questões de herança do falecido pai.

Por outro lado, para Esteban Trueba e Alfonso Pereira, respectivamente dos romances *A casa dos espíritos* e *Huasipungo*, o retorno à terra rural significa muito mais uma possibilidade de salvação dos dramas pessoais ou familiares e dos problemas financeiros ocorridos na cidade. Diferente de Luzardo, o herdeiro herói contrário à usurpadora, esses outros dois personagens assumem uma postura mais descaradamente autoritária e cruel como a dos caudilhos e coronéis, ainda que em nome de um processo modernizador.

A verdade é que todos esses personagens, bons ou maus, não tomam iniciativa relevantes para tentar abalar o pilar da sociedade fundada pela co-

1 Na apresentação do romance, escrita por um dos editores e pelo tradutor da obra, explica-se a opção de não traduzir a palavra *llano*: "Percebemos no romance que, mais do que um simples 'plano', (...) o *llano* é também uma sorte de signo tipificador, um arquétipo nacional, uma nota cultural não caberia no pé da página" (Aires; Lannes, 2022, p. 9).

lonização: o latifúndio por eles herdado. Portanto, quando procuram modernizar suas terras e seus hábitos, o fazem como déspotas esclarecidos. Assim, sem querer adiantar muito logo no primeiro mosaico, está encaixada a primeira peça para construção de um entendimento acerca da sociedade de aparências ideais e práticas arbitrárias descrita por Schwarz (2014).

## 2.2. O arcaico nas figuras vilanescas dos caudilhos e coronéis



Da varanda, o Caudilho dominava uma grande extensão de campo. Potreiros e milharais, aguadas e fazendas, tudo aquilo era seu.

Os banquetes no clube, as brigas de galo e as tardes no bordel culminaram num plano inteligente, ainda que não original de todo, para obter votos dos camponeses. Deram-lhes uma festa com empanadas e muito vinho, sacrificaram algumas reses para assar, tocaram-lhes canções no violão, impingiram-lhes algumas arengas patrióticas e prometeram-lhes que, se o candidato conservador vencesse, teriam uma gratificação, mas, se vencesse outro qualquer, ficariam sem trabalho. Além disso, controlaram as urnas e subornaram a polícia. Depois da festa, enfiaram os camponeses em carroças e levaram-no para votar, bem vigiados, entre chalaças e gargalhadas (...)

*A casa dos espíritos*



Dona Praxedes, chamavam-na dona porque não sabiam como chamar um barão do café que não fosse homem.

*Cantagalo*

— O senhor andou mal adquirindo a propriedade sem me consultar, gritou Mendonça do outro lado da cerca.

— Por quê? O antigo proprietário não era maior?

— Sem dúvida, respondeu Mendonça avançando as barbas brancas e o nariz curvo. Mas o senhor devia ter-se informado antes de comprar questão.

— Eu por mim não desejo questionar. Creio que nos entendemos.

— Depende do senhor. Os limites atuais são provisórios, já sabe? É bom esclarecermos isto. Cada qual no que é seu. Não vale a pena consertar a cerca. Eu vou derrubá-la para acertarmos onde deve ficar.

*S. Bernardo*

A posição do Caudilho o obrigava a saber tudo o que acontecia ao seu redor, a ser parte de todos os processos e a ser sócio de todas as empresas da região.

A varanda, onde pelas manhãs se reuniam em tertúlias seus amigos e vizinhos, era o centro de um poder que aglutinava a vida e a fazenda de muitas pessoas. Todos apelavam à sua autoridade, mesmo que o Juiz de Paz ou o Comissário estivessem presentes. Estes funcionários eram seus protegidos e buscavam a sua opinião sobre qualquer assunto que, de algum modo, pudesse tocar na ampla esfera dos seus interesses pessoais ou políticos.

*O Caudilho*

A lei de Candeia era Osório quem fazia, com truculência. Samuel soube que os capangas receberam ordem expressa de não deixar ninguém entrar ali. (...)

Osório esperava, havia anos, pelo fim do último morador de Candeia. Faltavam poucos, muito poucos. (...)

A ideia era vender o terreno de Candeia para uma empresa que construiria uma fábrica ali, mas Osório só poderia fazer isso quando todas as casas estivessem — ilegalmente — em seu nome.

*A cabeça do santo*



Nem o nome de *La Barquereña* permaneceu, pois Bárbara o trocou para *El Miedo*, denominação do pedaço de savana onde estavam situadas as casas da fazenda, e este foi o ponto de partida do famoso latifúndio.

Desatada a cobiça dentro do tempestuoso coração, propôs a si mesma ser dona de todo o vale de *Arauca*, e assessorada pelas extraordinárias habilidades de litigante de Apolinar, começou a processar os vizinhos, obtendo da venalidade dos juízes o que a justiça não poderia reconhecer, e quando já nada tinha que aprender do novo amante e todo o dinheiro dele havia sido empregado no fomento da fazenda, recuperou sua feroz independência fazendo desaparecer, de uma maneira misteriosa, aquele homem que podia gabar-se por chamá-la sua.

*Altamira*, descuidada por seu dono, em mãos de administradores facilmente subornáveis, foi a presa predileta de sua ambição de domínio. Os litígios lhe deram léguas e léguas, e entre um e outro, o limite de *El Miedo* ia se metendo por terras *altamireñas*, mediante uma simples mudança dos postes, favorecida pela deliberada imprecisão e obscuridade dos termos com que os juízes redigiam as sentenças e pela cumplicidade dos capatazes de Luzardo, que faziam vista grossa.

*Dona Bárbara*




Diagrama 4
Fonte: Compilação do autor.

Os personagens caudilhos ou coronéis incorporam um dos aspectos mais conhecidos do arcaico: as violências e artimanhas sistêmicas. No enredo desses conflitos aparecem brigas por limites entre as fazendas, corrupção instrumentalizada do poder judiciário e estatal, roubo de gado ou de colheita e ameaças, emboscadas e assassinatos, realizados por capangas paramilitares, os jagunços.

Toda essa vilania, no geral, caracteriza o cruel antagonista da história, como o Caudilho e dona Bárbara, os quais inclusive dão o nome aos respectivos livros. Destes diferenciam-se outros dois, Paulo Honório, de *S. Bernardo*, e Esteban Trueba, de *A casa dos espíritos*, porque ambos são protagonistas e narradores de sua história, porém os quatro têm em comum a impetuosidade genuína do arcaico. Por isso, mesmo quando não assumem papel propriamente dito de vilão, atuam como figuras vilanescas das quais os outros personagens, bem como toda uma sociedade retratada, são vítimas.

Em meio a todas essas barbaridades evidencia-se a disputa pelo domínio da terra, como a briga pela posição das cercas entre Paulo e Mendonça ou os litígios de dona Bárbara contra seus vizinhos, ou seja, conflitos entre iguais, entre latifundiários e seus lacaios. Isso porque, relembrando o que disse Bauer (2002, p. 229-230), ao controlar a terra e a água se reduzia as possibilidades das massas rurais, a partir do que obtinha-se poder sobre as demais esferas da vida local. Como consequência, a coerção física dos trabalhadores não era tão frequente quanto pode parecer ao imaginário coletivo sobre o rural arcaico tão marcado pela brutalidade. Ela nem sempre era necessária e a literatura também mostra isso.

No caso do voto de cabresto, um exemplo relevante dentro desse contexto, mais do que apontar uma arma em cada eleitor, Trueba e seus pares fazendeiros dão uma festa e utilizam-se das relações de trabalho e de dependência, derivada do controle da terra, para influenciar os votos. Bauer, entretanto, deixa claro que a violência, governamental ou paramilitar, sempre foi utilizada como plano B para desavenças maiores, seja para pacificar trabalhadores revoltados ou para resolver conflitos entre latifundiários. Quem manipula, conspira e intimida dá um tiro quando acha preciso, ou manda algum jagunço fazer o trabalho sujo.

Os variados métodos de busca por hegemonia social, entre os mais e menos truculentos, combinam-se no desfecho da rixa entre Paulo e Mendonça:

> No outro dia, sábado, **matei o carneiro para os eleitores**. Domingo à tarde, de volta da eleição, **Mendonça recebeu um tiro na costela mindinha** e bateu as botas ali mesmo na estrada, perto de Bom-Sucesso. No lugar há hoje uma cruz com um braço de menos.
>
> Na hora do crime eu estava na cidade, conversando com o vigário a respeito **da igreja que pretendia levantar em S. Bernardo**. Para o futuro, se os negócios corressem bem (Ramos, 2025, p. 60, grifos nossos).

A religião ali carrega um teor de expiação da culpa causada pelo crime de presumível autoria de algum capanga de Paulo. Porém a questão religiosa vai além disso, porque tem uma importância central para conquistar influência e poder na sociedade. Isso poderia ser tema de um mosaico inteiro se este trabalho pudesse estender-se em tempo e conteúdo, o qual traçaria a origem do papel político da religião nas Américas desde as intenções missionárias carregadas pelas primeiras caravelas.

Ainda assim, vale citar fragmentos de pelo menos duas outras obras, primeiro de *Cantagalo*, em que o pai de dona Praxedes, barão antes dela, ensina-lhe a lidar com os trabalhadores, sendo um dos conselhos este: "Não os deixe à toa aos domingo, por isso existe a capela, exija se confessarem e cumprir os sacramentos, antes as missas à rinha, à erva-de-angola, rezar não deixa ninguém preguiçoso" (Ribeiro, 2025, p. 30).

A manipulação pela religião aparece em *Huasipungo* em uma cena quase caricata protagonizada por dom Afonso: ele recusa a tradicional caridade aos trabalhadores indígenas e então lhes faz ameaças divinas:

> O latifundiário, por sua vez, inspirado no exemplo do senhor padre, ergueu os olhos e os braços para o céu e, com voz que exigia um castigo infernal para seus cruéis inimigos, esbravejou:
>
> — Deus meu! Meu! Tu, que olhas das alturas... Tu, que muitas vezes me disseste que fosse mais enérgico com estes *runas* selvagens... Ampara-me agora! Defende-me! Não me escutas? Um castigo exemplar... Uma voz...
>
> A atitude e a súplica de dom Alfonso consternaram a peãozada. Era perigoso para eles quando o clérigo ou o patrão se punham a discutir com *Taita* Deus. (Icaza, 2023, p. 136)

Outro personagem de *Cantagalo*, Julião Bomtempo, adiciona um ponto a esse assunto da igreja, também de modo satírico, quando, em meio a fantasia com uma riqueza repentina causada pela sorte de encontrar um diamante no garimpo, despreza e inveja Praxedes que, a despeito de ser prima

da esposa dele, destrata e desconsidera ele e sua família pobre, além de não ajudá-los com dinheiro ou com o sítio:

> Um diamante, um só, e tudo se resolve. Viraria barão, barão Bomtempo, soa bonito. Mandaria desenharem um brasão na sua porta, um com mais espadas e flores que o dos Lima, acrescentado ainda de um leão, força e braveza dos Bomtempo. Teria direito a banco de família na igreja, basta um dízimo gordo aos corvos de batina e se pode sentar bem à frente, debaixo do sovaco do padre. Houvesse o banco dos Bomtempo, o encheria de putas na missa de Pentecostes, as melhores, mandaria trazer da capital. Dona Praxedes seria obrigada a cumprimentá-lo, a prestar-lhe todos os respeitos de barão, de cara azeda, ignorando suas putas. Prima de Ambrosina e nunca nos convidou para o banco dos Lima, deixe estar! (Ribeiro, 2025, p. 30).

Como dono de uma fazenda de café ele teria um banco só para sua família na igreja, teria influência de poder agir como quisesse e ainda ser respeitado. O que aparenta ser um ego de homem ferido a pensar absurdos, na verdade revela uma sociedade de caprichos e preconceitos na qual ser dono de terras lhe põe no topo. Aqueles abaixo na pirâmide social, para sobreviverem, dependem da boa vontade e do favor dos latifundiários. Isto



evidencia os precedentes rurais daquilo visto por Schwarz (2014, posição 903-915) nos romances urbanos de Machado de Assis: um ecossistema de relações de dependência em torno dos poderosos, dos fazendeiros, dos barões, dos caudilhos, dos coronéis, dos senhores...

Também em *S. Bernardo* e *O Caudilho* pode-se ver toda a extensão do poder desses latifundiários sobre a comunidade local e, acima de tudo, a concretização cotidiana disso. Em ambos, o fazendeiro recebe visitas diárias de figurões que, ali reunidos, debatem e determinam os rumos de suas iniciativas e atribuições, com muito respeito e às vezes medo à opinião de seu anfitrião. Tudo isso com a aparente leveza de uma reunião social e o peso decisório de uma audiência real.

Na esfera social de Paulo Honório, por exemplo, orbitam jornalista, juiz, padre, advogado e assim por diante. Em relação a isso, há uma decisão narrativa curiosa na abertura da história, a qual Paulo escreve como personagem-narrador, porque ele conta ao leitor ter tentado elaborar o livro pela mesma "divisão do trabalho" com a qual administra sua fazenda e estende seu poder local, atribuindo para alguns daqueles homens alguma função específica na elaboração do livro, enquanto ele define os rumos da empreitada e recebe a propriedade do produto:

> Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica; para composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do *Cruzeiro*. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos da agricultura e pecuária, faria as despesas e poria o meu nome na capa. (Ramos, 2025, p. 17)

O outro romance, o de Borges pai, reduz seus personagens a arquétipos críticos, esclarecedores para essa discussão, ao referir-se a eles pelo título político ou profissional, como Juiz de Paz, Comissário, Capataz, Chefe Político, Índio, Francês e General. Não recebem um nome ou, se recebem um, ele não é repetido muito mais do que uma vez ou outra, o que acomete o próprio Caudilho. Os únicos nomeados são os jovens desocupados e despreocupados com outras questões que não as da juventude, ainda não participantes dessa "divisão do trabalho".

Da varanda o Caudilho enxerga a terra que toda lhe pertence a se perder de vista, na varanda garante seus interesses políticos e pessoais, os quais se misturam e se confundem, mas valem como lei. A partir desse tipo de "confusão" que desenharam-se as separações regionais onde agregaram-se ambições em comum entre latifundiários, militares e políticos. Isso relembra e aprofunda os pontos dados por Moraes (1996), porque essas separações explicam parte dos conflitos ocorridos na América Latina após as independências, bem como a conformação das fronteiras internacionais resultantes. No nascimento dos países latino-americanos os interesses dos donos de terra foram decisivos.

O que mudou quando a situação geral acalmou-se, no fim do século XIX, dando início à Idade de Ouro do comércio exportador capitalista? Para indicar uma possibilidade de resposta, faz-se um parênteses.

Um salto temporal para uma data indeterminada do período republicano brasileiro leva ao romance *A cabeça do santo*. No interior do Ceará, um prefeito decide construir uma gigantesca estátua de santo. Porém, após um erro impedir que a cabeça fosse elevada ao topo da estátua, a cidade de Candeia ao poucos perde seus moradores por conta da fama de amaldiçoada. Anos depois, Osório continua prefeito, inclusive seu filho é o delegado, e seus capangas com espírito de jagunços fazem valer com força e ameaças as vontades dele, eliminando ameaças ao novo plano de vender a cidade inteira, cujas propriedades roubam aos poucos.

Esse caso ajuda a começar a traduzir em termos urbanos as disputas de cercas e também aponta para o que **não** mudou com o tempo. Mas isso

será abordado depois, por agora volta-se então aos sertões latino-americanos, conhecidos por muitos nomes: *llano*, cangaço, campanha gaúcha, Patagônia e por aí vai.

Porque, para dar continuidade, deve-se conhecer os cenários onde habitam e se confrontam tais personagens, buscar entender primeiro a terra arcaica para além da violência com ares de aventura de velho oeste e, segundo, as implicações disso sobre a questão da modernidade.

## 2.3. Um horizonte de oportunidades e perigos nos espaços fronteiriços

*Paisagens da Patagônia*

A bruma espessa, eterna, para que esqueça aonde
o mar em sua onda de sal me remetera.
A terra aonde vim não tem primavera:
tem uma noite longa que qual mãe me esconde.

O vento faz pela minha casa suas voltas queixosas
e de uivos, e quebra, feito um cristal, meu grito.
E na planície branca, de horizonte infinito,
vejo morrer imensas tardes dolorosas.



E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia

*Morte e vida severina*



Era uma ruína de pedras
e abutres. Uma terra de ninguém. Estavam
todos os pastos abandonados. Ninguém pensava em
canalizar a água. Contentavam-se em plantar quatro
alfaces imundas em seus pátios e deixavam que todo o
resto se afundasse na miséria.

*A casa dos espíritos*





... E a terra
é empinada. Trinca-se
por todos os lados em barrancos
profundos, de uma fundura que se perde de tão
distante. Os de Luvina dizem que daqueles barrancos
sobem os sonhos; mas a única coisa que eu vi subir foi o
vento, em puro alvoroço, como se lá embaixo ele estivesse
encanado em tubos de bambu. Um vento que não deixa
nem as doce-amargas crescerem: aquelas plantinhas
tristes que mal e mal conseguem viver um pouco untadas à
terra, agarradas com todas as suas mãos ao despenhadeiro
dos montes.

*Luvina*

Apesar do céu alto o ar no morro era tempestuoso e, às vezes incontido,
arrastava com violência um papel ou uma folha. As latas e as moscas
não chegavam a povoar o descampado. A essa hora do dia pisavam-
se ervas ardentes e não se subjugaria com o olhar a aridez e o vento
do planalto — uma onda de poeira se erguendo ao galope de um cavalo
imaginário. A moça esperava paciente. Que espécie de verossimilhança viera
procurar no morro? ela espiava. Até que o cair da tarde fosse acordando a piscante umidade
que o entardecer levita no campo. E a possibilidade de rumor que a escuridão favorece.

Mas à noite cavalos liberados das cargas e conduzidos à ervagem galopavam finos e
soltos no escuro. Potros, rocins, alazões, longas éguas, cascos duros — uma cabeça fria e
escura de cavalo — os cascos batendo, focinhos espumantes erguendo-se para o ar em
ira e murmúrio.

*A cidade sitiada*

*A llanura* é bela e terrível ao mesmo tempo;
nela cabem, folgadamente, formosa vida e morte atroz. Esta
espreita por todas as partes, porém ali ninguém a teme. O *Llano* assusta;
mas o medo do Llano não esfria o coração: é quente como o grande vento de sua imensidão
ensolarada, como a febre de seus pântanos.

O *Llano* enlouquece, e a loucura do homem da terra vasta e livre é ser *llanero* sempre. Na boa guerra,
essa loucura foi a carga irresistível da pastagem incendiada em *Mucuritas*, e o rebuliço heroico de
*Queseras del Medio*; no trabalho: a doma e a vigia, que não são trabalhos, mas temeridades; no
descanso: a *llanura* na malícia do "causo", na picardia do "*pasaje*", na melancolia sensual da quadra;
no abandono preguiçoso: a terra imensa adiante e não andar, o horizonte todo aberto e não buscar
nada; na amizade: a desconfiança, no começo, e logo a franqueza absoluta; no ódio: a arremetida
impetuosa; no amor: "primeiro meu cavalo". *A llanura* sempre!

Terra aberta e extensa, boa para o esforço e para a façanha; toda horizontes, como a esperança,
toda caminhos, como a vontade.

*Dona Bárbara*

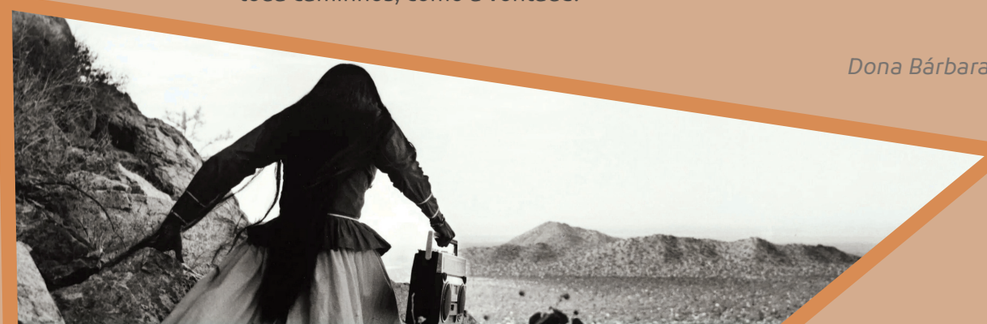


Diagrama 5
Fonte: Compilação do autor.

O destaque deste tópico é a imagem do horizonte infinito de uma topografia plana, bem como do panorama observável do alto de um morro. O horizonte primeiro como uma extensão sem limites de uma terra inabitada e inóspita, porque os poucos que ali vivem precisam lidar com as condições de uma natureza indomada, como um cavalo ou touro selvagens. Todos são reféns do clima, dependem da chuva e sofrem com a seca, qualquer doença se espalha como fogo em palha e o que se planta não vinga no solo infértil. Sobreviver ali é um trabalho árduo e bruto.

Uma cena de *Dona Bárbara*, na qual ocorre o rodeio, captura a essência dessa realidade arcaica. O rodeio, antes de virar um evento de entretenimento, reunia os fazendeiros de uma região para manobrar o gado solto até rodeá-lo, prendendo os bovinos em uma roda de peões montados à cavalo. O objetivo era separar os touros madrinheiros que guiam a manada e, com isso, dividir o gado pertencente a cada fazenda. Fundamental nessa separação era a marcação a ferro quente, o símbolo da propriedade.

> Nesse tempo, levantada pelos vaqueiros, a boiada começava a povoar e a animar a savana, aparentemente deserta até então. Numerosos rebanhos surgiam das matas e dos baixios distantes, em alegres tropéis os que estavam compostos por reses acostumadas ao pique, adiante os garanhões e brincando em torno das mães, os bezerros mamões; outros, mais ariscos, abrindo-se em pontas e lançando mugidos de medo.
>
> Ouviam-se os gritos dos vaqueiros. Reses sozinhas já corriam por todas as partes, tratando de sair do cerco que os cavalos estreitavam, os touros bravos baixavam a cabeça, aqui e ali, desejosos de atacar; porém as atropeladas se faziam irresistíveis por momentos, repercutiam a distância lançando em tropéis as madrinhas de mansos, e estes levavam a frente as reses bravas que tentavam se defender, convertendo-lhes a fúria em medo.
>
> Algumas pontas já começavam a se reunir no lugar onde estavam os novilhos madrinheiros, porém outros resistiam, e os cavaleiros, que já vinham picando de perto, tinham que se multiplicar para encontrá-los por distintos pontos, dando voltas em torno deles com os cavalos, fazendo-os se sentar sobre os curvilhões com uma freada violenta, na brusca alteração da carreira.
>
> O rodeio crescia aos poucos, alvoroçando-se mais e mais com as torrentes de bravura que por todas as partes convergiam até o paradeiro. A poeira se levantava, a gritaria dos vaqueiros aumentava:
>
> — Cuidado! Cuidado! Segura por aí, oh! Aperta! Aperta! (Gallegos, 2022, p. 191-192).

Algo de grande importância ainda não destacado é o motivo para a realização periódica do rodeio, uma necessidade básica derivada da ausência de cercas, típica da pecuária arcaica. Em uma terra livre de barreiras o gado vive desimpedido, logo, não respeita as linhas imaginárias dos limites entre fazendas demarcadas apenas por postes. Como consequência, os bovinos de diferentes propriedades misturam-se e precisam ser separados no rodeio para serem vendidos.

O arcaico representa uma terra indomada, na qual a sobrevivência exige luta constante, como no rodeio. A doma do touro selvagem é apenas uma parte do esforço de dominar toda uma natureza incontrolada. Não à toa, Gallegos elenca a doma como uma das peculiaridades do espírito *llanero*, a qual cumpre importante papel na jornada do herói Santos Luzardo, mas isso será abordado mais adiante.

Além da baixa qualidade de vida, o arcaico também é marcado pela falta de perspectiva de vida, por um contentamento ausente de objetivos, um espírito apaziguado pelo horizonte sem fim.

Esteban Trueba, de *A casa dos espíritos*, enxerga nessa postura um abandono da terra, mas faz isso a partir de uma perspectiva futura que deixa de ver as terras conquistadas pela colonização com ar de aventura e passa a vê-las como algo antiquado a ser modernizado. É uma visão baseada na noção de propriedade capitalista, afinal uma terra despovoada ou utilizada para subsistência sem outros objetivos — que, por isso, não cumpre a função de produzir bens exportáveis com o máximo de eficiência permitido pelas novas tecnologias — é uma terra de ninguém.

Cabe então relembrar o marco temporal do engendramento da propriedade fundiária, durante o século XIX e início do XX, mais precisamente de 1870 a 1930. As fazendas existentes até então resultaram da colonização voltada para o comércio mercantilista, as quais dividem-se entre aquelas mais tradicionais presentes nas regiões mais povoadas e consolidadas e outras isoladas e distantes das zonas nucleares, como as propriedades de *Altamira* e *El Miedo*, narradas em *Dona Bárbara*. Nesse segundo tipo predominava "(...) um modo de vida cujos ritmos econômicos eram calmos, onde o trabalho girava em torno das estações e do clima e o mundo maior se intrometia muito pouco" (Bauer, 2002, p. 217). Contudo o próprio autor adverte contra a ideia de "(...) um idílio rural, pois, se as pessoas trabalhavam pouco, as recompensas e o conforto de sua vida também eram escassos" (idem).

Além disso, essas fazendas isoladas não se contrapunham à lógica colonial mercantil, pois mesmo elas estavam orientadas à expectativa do lucro e existiam de forma complementar ou subsidiária às exportações principais.

No *llano*, por exemplo, além da venda de gado para o consumo dentro do próprio país, exportava-se para Europa as plumas das aves dos pântanos.

Isso tudo foi elucidado no primeiro capítulo por dois artigos — um de Moraes e  outro de Souza (1996) — como parte da dinâmica de conquista territorial sustentada por economias extensivas, cuja produção é proporcional à área ocupada, ou seja, quanto maior uma, maior será a outra. Como resultado surgem espaços fronteiriços parcialmente integrados às instituições sociais e colonizados por uma população esparsa, afligida pela insalubridade e pela natureza hostil, tanto a selvagem como a humana. Sobreviver ali é um trabalho árduo e bruto.

Essas condições arcaicas provaram-se terreno fértil para figuras como caudilhos e coronéis, por isso nota-se semelhanças delas com o estado natural hobbesiano[2], uma vez que o confronto, apesar de não chegar a ser generalizado, é um tanto comum e cotidiano, e a propriedade deve ser tomada pela força e só por ela pode ser mantida. Por outro lado, a visão civilizatória atrelada à modernização está embrenhada de outros ideais, sobretudo o liberalismo[3], para o qual o mais desprezível dos arcaísmos eram essas inseguranças da manutenção da propriedade privada. Como base ideológica disso, entende-se o estado natural de outra maneira diferente de Hobbes: a propriedade privada é natural e sagrada e aqueles que ferem-na são criminosos hediondos.

Se *Dona Bárbara* abre uma janela temporal que permite enxergar a terra arcaica em estado intocado por qualquer modernização, também revela como essas novas perspectivas tornam a ver no horizonte as oportunidades dos esforçados e audaciosos, as possibilidades de um futuro melhor.

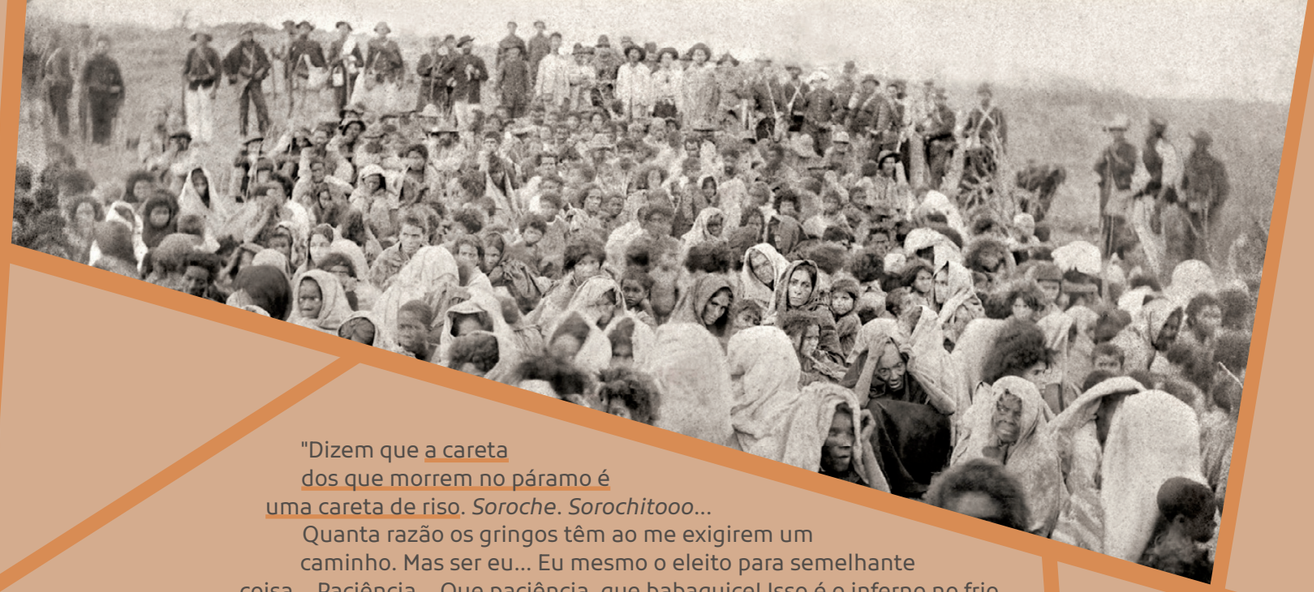
2 Com base em ensaio escrito por Ribeiro (2011).
3 Com base em ensaio escrito por Kuntz (1998).

## 2.4. Pontes e estradas em direção ao sonho da modernidade

— Aprendemos na guerra a amar a paz, amar os frutos e as virtudes que trazem com ela. — Logo fez menção à união de todas as paixões para que não se excedessem às memoráveis ações da indústria e do progresso. Fez notar como essa obra da ponte aconteceu devido à união fraternal do desejo *criollo* com o espírito empreendedor europeu. Nessa hora, o Gringo estendeu a mão ao Caudilho e o discurso parou por um momento graças aos aplausos.

— Quando o eco dos nossos passos se extinguirem para sempre, estes arcos contarão de geração a geração os nossos feitos.

*O Caudilho*



No trajeto, ante o espetáculo da *llanura* deserta, pensou muitas coisas: meter-se na fazenda para lutar contra os inimigos, para defender seus próprios direitos e também os alheios, atropelados pelos caciques da *llanura*, posto que dona Bárbara não era senão uma de tantas, para lutar contra a Natureza: contra a insalubridade que estava aniquilando a raça *llanera*, contra a inundação e a seca que disputam a terra o ano todo, contra o deserto que não deixa a civilização penetrar.

Porém não eram propósitos ainda, só puras reflexões, entretenimento do raciocínio, e a um, otimista, substituía imediatamente outro, contraditório.

Para levar a cabo tudo isto é preciso algo mais que a vontade de um homem. De que serviria acabar com o caciquismo de dona Bárbara no *Arauca*? Reapareceria mais a frente sob outro nome. O que urge é modificar as circunstâncias que produzem estes males: povoar. Porém para povoar: sanear primeiro, e para sanear: povoar antes. Um círculo vicioso!

*Dona Bárbara*



Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. Costa Brito também publicou uma nota na Gazeta, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em consequência mordeu-me cem mil-réis.

*S. Bernardo*

"Dizem que a careta dos que morrem no páramo é uma careta de riso. *Soroche*. *Sorochitooo*...

Quanta razão os gringos têm ao me exigirem um caminho. Mas ser eu... Eu mesmo o eleito para semelhante coisa... Paciência... Que paciência, que babaquice! Isso é o inferno no frio... Eles sabem... E quem sabe, sabe... Para quê? Gente acostumada a uma vida melhor. Vêm para nos educar. Nos trazem progresso com as mãos cheias, cheinhas. Nos... hi... hi... hi... Meu pai, barbas, fraque e guarda-chuvas na cidade. Casaco, poncho e chapéu de palha no campo... Em vez de ser cruel com os *runas*, em vez de marcá-los na testa ou no peito com ferro em brasa como se faz com as ovelhas da fazenda para que não se percam, eu devia ter organizado grandes *mingas* com eles... Eu teria evitado essa viagenzinha de merda. De merdaaa... Nesta época o único que meteu a cara foi o presidente García Moreno. Soube aproveitar a energia dos delinquentes e dos índios na construção da estrada até Riobamba. Tudo na força do chicote... Ah! O chicote que curava o *soroche* na travessia dos páramos de Chimborazo, que levantava os caídos, que domava os rebeldes. O chicote do progresso. Homem imaculado, homem grande".

*Huasipungo*



S. Geraldo não estava mais no ponto nascente, ela perdera a antiga importância e seu lugar inalienável no subúrbio. Havia mesmo planos de construção de um viaduto que ligaria o morro à cidade baixa... Os terrenos do morro já começavam a se vender para futuras residências: para onde iriam os cavalos?

Assistindo à chegada de homens e máquinas, os cavalos mudavam pacientes a posição das patas. Afastando as moscas ensolaradas com as caudas.

Nesse período Lucrécia Correia se agregou enfim ao que sucedia. Terminando por admitir que sonhara com esta progresso e lhe dera sua própria força.

*A cidade sitiada*

Diagrama 6
Fonte: Compilação do autor.

No cerne do sonho moderno há o desejo por vencer a natureza, criar um mundo humano livre das inseguranças e dos limites naturais. Um ideal que aqui, quando trazido pelos estrangeiros, fomenta os ímpetos de erradicar a terra arcaica, o que se traduz tanto nas iniciativas de modernização das áreas colonizadas no passado por outros estrangeiros, quanto no avanço sobre os territórios antes deixados em paz.

No romance *O Caudilho*, ambientado em um local isolado por rios, a província de Entre Rios, o ideal moderno toma a forma de uma ponte que conecta dois lados, um onde moram os *criollos* e o outro para onde imigraram os estrangeiros, o Gringo e a família francesa Dubois. Essa divisão imbui a ponte de um significado que vai além do desejo de cruzar os limites da natureza. Ambiciona-se abrir caminho para permitir que essa terra abandonada aos próprios arcaísmos encha-se dos ideais estrangeiros, vistos como civilizados, para trazer os avanços industriosos do progresso do distante hemisfério norte. Também busca-se criar algo que, ao permanecer enquanto as gerações se sucedem, supere a fragilidade e mortalidade humanas.

Ainda assim, mesmo as inovações ficam velhas e são substituídas por outra, tudo que é sólido realmente parece desmanchar no ar, como ocorre em *A cidade sitiada*. Um encadeamento de transformações sucessivas, as quais soterram as anteriores antes mesmo delas se estabelecerem, acomete o pacato subúrbio de S. Geraldo. Nesta obra, mais do que uma ponte, a construção será de um viaduto, o que vem acompanhado da chegada dos carros e outros veículos motorizados.

Mas, antes do viaduto, esta promessa de progresso ainda maior, a cidade viveu uma primeira onda de modernidade ainda impregnada pelo cheiro do arcaico:

> O subúrbio de S. Geraldo, no ano de 19..., já misturava ao cheiro de estrebaria algum progresso. Quanto mais fábricas se abriam nos arredores, mais o subúrbio se erguia em vida própria sem que os habitantes pudessem dizer que transformação os atingia. Os movimentos já haviam se congestionado e não se poderia atravessar uma rua sem desviar-se de uma carroça que os cavalos vagarosos puxavam, enquanto um automóvel impaciente buzinava atrás lançando fumaça (Lispector, 2019, p. 13-14).

Com o turbilhão de uma urbanização que se intensifica e uma vida um tanto mais acelerada a cada dia, S. Geraldo foi tomado primeiro por carroças e carruagens: “Sob a necessidade cada vez mais urgente de transporte, levas de cavalos haviam invadido o subúrbio, e nas crianças ainda agrestes nascia o secreto desejo de galopar” (Lispector, 2019, p. 14).

Os cavalos podem até estar domados a serviço desse novo ritmo agitado, porém, permanece algo do indômito, da liberdade e selvageria, com os quais vivem os equinos e bovinos do *llano* em *Dona Bárbara*, afinal, durante a noite os cavalos são soltos no descampado do morro do pasto, onde relembram o instinto da liberdade que carregam no sangue.

Agora o viaduto promete levar ao morro a expansão da cidade e para onde irão os cavalos? A modernidade latino-americana até o século XX carregava essa crença de superação do passado, das condições do atraso, que desapareceriam obsoletas como a carroça substituída pelo carro, para o qual é construído. O que resta? Foi o arcaico erradicado?

A primeira parte de uma possível resposta advém de outra figura associada à modernização: a abertura de estradas, a conquista do horizonte desimpedida pelo progresso. Há uma evidente continuidade da expansão de fronteiras inata à colonização inicial, com a diferença de que uma estrada facilita a integração institucional e social dos antigos espaços fronteiriços arcaicos, ao adentrar por eles a força e influência do Estado. Vencido estes antigos obstáculos, se avança sobre os territórios intocados, agora sob impulso dos ânimos modernos. A ideia-guia passa a ser a do “país a se construir”, como atestou Moraes (1996, p. 149), uma ideia compatível com as dinâmicas espaciais coloniais da conquista e do latifúndio, o que dá à modernização um caráter conservador.

Cheio desses ideais modernos, Santos Luzardo retorna ao *llano* para vender a fazenda *Altamira*, por ele herdada. Traz-se de volta o tema do primeiro mosaico, porque as tensões entre arcaico e moderno, em um primeiro momento, dividem-no entre o tormento e a admiração diante da exuberância da paisagem bela e perigosa, dominada por “caciquismos” e arcaísmos diversos. Pensa em vendê-la para livrar-se de um problema atual e de um passado traumático. A razão motiva uma impotência que lhe diz não haver força individual capaz de combater a realidade arcaica. Apesar disso, ele crê em uma solução: povoar, penetrar a civilização na terra inóspita, avançar as fronteiras.

Com isso, Santos repete o discurso argentino “*gobernar es poblar*”, lema da Campanha do Deserto responsável pela invasão do pampa e da Patagônia (Glade, 2002, p. 73). Esse discurso de bases liberais que, por sua vez, ecoa a justificação, a partir da lei natural de Locke, para a “Marcha para o Oeste”

das colônias inglesas:

> Repetidamente o Segundo Tratado faz referência ao "índio selvagem" (*wild Indian*), que ronda "ameaçador e letal nas florestas da América" ou nas "florestas virgens e incultos campos da América" (TT, II, 26, 92, 37). **Ao ignorar o trabalho, o que confere o direito de propriedade, e ocupar uma terra "não fecundada pelo trabalho"** (II, 41), isto é, "amplos espaços que ficam inutilizados" (TT, II, 41, 45), ele habita em "territórios que não pertencem a ninguém", "*in vacuis locis*" (TT, II, 74, 121). Além do trabalho e da propriedade privada, os índios ignoram também o dinheiro: de modo que eles resultam não apenas alheios à civilização, mas também não "associados ao resto da humanidade" (TT, II, 45). **Pelo seu próprio comportamento, tornam-se objeto de uma condenação que não deriva só dos homens: sem dúvida, "Deus prescreve o trabalho" e a propriedade privada.** não pode certamente querer que o mundo por ele criado permaneça "para sempre informe e inculto" (TT, II, 35 34) (Losurdo, 2006, p. 40, grifos nossos).

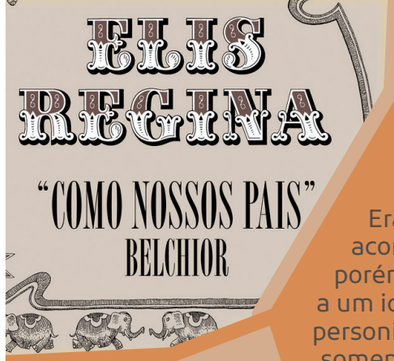
Quando os personagens herdeiros, como Esteban Trueba, julgam sua propriedade como abandonada, por estar há muito tempo não supervisionada por um patrão, eles recitam a cartilha liberal mesmo sem terem total consciência disso.



O elo entre o liberalismo e o discurso modernizador orientado ao avanço das fronteiras implica uma aproximação desta discussão ao campo ideológico, ou seja, de ideais — sejam modernos ou liberais — que, mais do que levar a mudanças, apoiam uma cruel realidade já imposta.

A obra Huasipungo é uma das que não esconde essa outra face da modernização, a do chicote, da violência e da exploração do trabalho. Isso começa a responder a segunda parte da questão sobre as permanências do arcaico, porém esse ponto fica para depois.

Por enquanto, importa ressaltar o porquê de a continuidade da dinâmica das fronteiras não bastar como resposta. Até porque, reservava-se uma opinião diferente para a conquista territorial cometida por incultos e aquela empreendida por civilizados. Estes, acredita-se, fazem-na da maneira correta, laboriosa e devida. Para melhor entender isso, opta-se por voltar ao campo dos sonhos e das esperanças por um futuro moderno.




*Dona Bárbara*

Era a mesma tendência de irrefreável acometimento que causou a ruína dos Luzardos; porém com a diferença de que ele a subordinava a um ideal: lutar contra dona Bárbara, criatura e personificação dos tempos que corriam, não seria somente salvar *Altamira*, mas contribuir com a destruição das forças retardatárias da prosperidade do *Llano*.

E decidiu se lançar na empresa com o ímpeto dos descendentes de *El Cunavichero*, homens de uma raça enérgica; porém também com os ideais do civilizado, que foi o que faltou àqueles.

De regresso a *Altamira*, sob a piedosa impressão do espetáculo que acabava de presenciar, Santos voltou a se encontrar com a campesina a quem perguntara pela casa aonde se dirigia. Só depois de haver visto a miséria que reinava no rancho de Lorenzo Barquero podia suspeitar que fosse sua filha aquela criatura grosseira, desgrenhada, suja, descalça e mal coberta por uma roupa esfarrapada. (...)
— Você é Marisela? — interrogou Santos.

— Se você a visse, dona! Não a conheceria. Ah, menina para haver-se feito boa moça de verdade! Esses olhões tão lindinhos! Mais bonitos que os seus, dona. E asseadinha que dá gosto de ver. Bem vestida que a tem o doutô, desde os sapatos pá cima. Saboroso que deve de ser para um homem — hein, dona? — ter ao seu lado uma mulher tão bonita como está essa mocinha!

Dona Bárbara avançou até o alcance de um tiro de revólver. Parou o cavalo. Devagar e com fruição assassina, sacou a arma do coldre da montaria e apontou para o peito da filha, que estava branca à luz da lâmpada.

De pura luz de estrelas era a faísca que brilhava na mira, entre a escuridão traiçoeira, ajudando o olho turvo a buscar o coração de Marisela; mas, como se naquele diminuto instante gravitasse todo o peso do astro de onde irradiava, a arma abaixou sem haver disparado e, lentamente voltou ao coldre da montaria. Ao pôr o olho na mira que apontava para o coração da moça apreciada, dona Bárbara havia visto de repente a si mesma, banhada no resplendor de uma fogueira que ardia em uma praia deserta e selvagem, esperando pelas palavras de Asdrúbal, e a dolorosa recordação lhe amansou a braveza.

Ficou, longo tempo, contemplando a filha feliz, e aquela ânsia de formas novas que tanto a havia atormentado tomou corpo em uma emoção maternal, desconhecida para seu coração.



Pega emprestada, também, uma calça de sarja. Contempla sua imagem no espelho. Quem está ali é uma versão mais nova do Aramis. Somente agora entende que tem o rosto de seu pai, as mãos, os braços, as pernas. O peito forte, cheio de cabelos, a barriga que começa a ganhar volume e até mesmo a panturrilha, grossa, que precisa de botas sob medida. Tudo em si é uma continuação do pai, que assim persevera, teimoso. Até mesmo nos pensamentos, ditos ou frases feitas, nas reflexões mais banais, pode encontrar a voz do pai.

*Ainda que a terra se abra*

Na linguagem das minhas tias, aquilo de "a casa do arquiteto" soava como bruxo perverso, gente ruim. Por isso fiquei surpresa ao encontrar um lugar em ruínas, porém belo, moderno, racional e generoso com aquele povoado minúsculo e salobro. Parecia uma concessão da Bauhaus para dotar de ordem e progresso aquele matagal. (...)

Demorei anos para compreender que algo do brilho que resplandecia naquela casa perdida em uma cidadezinha à beira-mar tinha se espalhado por todo o país: era a promessa de que algum dia seríamos modernos. Uma declaração de intenções. Mas também as intenções ficaram em ruínas, (...)

*Noite em Caracas*

Transcorre o tempo prescrito pela lei para que Marisela possa se apropriar da herança da mãe, de quem não se voltou a ter notícias, e desaparece do *Arauca* o nome de *El Miedo*, e tudo volta a ser *Altamira*.

*Llanura* venezuelana! Propícia para o esforço, como foi para a façanha, terra de horizontes abertos, onde uma raça boa ama, sofre e espera!...



Como os troncos encarquilhados, que resistem às trombas-d'água enquanto se vão as plantas sãs, os defeitos persistem às qualidades de uma geração para outra.

*Cantagalo*

Diagrama 7
Fonte: Compilação do autor.

Dentre todos, este mosaico tem o maior foco em um livro específico, no caso *Dona Bárbara*, o qual já apareceu bastante nos mosaicos anteriores por conta de sua relevância para este trabalho. O motivo disso pode ser explicado por Aires e por Lannes, respectivamente o tradutor e um dos editores da obra. Na apresentação do romance, eles apontam a influência do contexto no qual foi escrito, no início da década de 1920, em que a Venezuela tornou-se o maior exportador de petróleo do mundo. O salto econômico foi acompanhado de um aumento das tensões políticas e sociais e da violência. Esse contraste de coexistir civilização e barbárie inspirou Gallegos a criar personagens portadores do "(...) desejo pelo progresso como também o saudosismo de um tempo que, mesmo marcado pela brutalidade, era repleto de admiráveis tradições calcadas no trabalho, na contemplação e na festa" (Aires; Lannes, 2022, p. 8-9).

O principal dos personagens, Santos Luzardo, foi citado no tópico anterior durante um momento de dúvidas e hesitações. Aqui acrescenta-se que a superação delas ocorreu durante um lapso de suspensão da razão que até então lhe desanimava do desafio de lutar contra Bárbara. Ele tira forças do temperamento tempestuoso herdado de seus antepassados, o ímpeto responsável pela ascensão material seguida da ruína familiar dos Luzardos: os desentendimentos e assassinatos entre parentes que obrigaram a mãe de Santos e ele a fugirem para Caracas.

A diligência e perseverança típicas do povo *llanero* consegue tirar da prostração os ideais civilizatórios de Santos, logo, é pela junção do melhor do arcaico e do moderno que delineia-se a figura heróica dessa história, cujo desenvolvimento o transforma aos poucos em um salvador, quase um messias do progresso, como indica o nome dele composto de santidade e luz.

Contudo, ele precisou se provar antes de alcançar essa posição de prestígio, porque teve de enfrentar a mesma desconfiança e julgamento direcionadas aos herdeiros estudiosos apresentados no primeiro mosaico. O momento de consagração de Santos envolve a simbologia maior da pecuária arcaica, aquela que concatena a brutalidade imprescindível para sobreviver em uma terra voraz: a doma de um cavalo bravio.

> Mas Luzardo não arendia senão a seus próprios sentimentos, ímpetos avassaladores que lhe faziam vibrar os nervos, assim como os do cavalo selvagem, e deu a ordem enquanto se inclinava para levantar a viseira:
>
> — Deem-me o *llano*!
>
> — Em nome de Deus! — exclamou Antônio.
>
> *Pajarote* e Maria Nieves deixaram o bicho livre, abrindo rapidamente um e outro lado. O chão tremeu sob o corcovear furioso, um só peça, cavaleiro e cavalo, uma poeirada se levantou e ainda não havia desvanecido quando o alazão já ia longe, bebendo os ares da savana sem fim.
>
> Atrás, dobrados sobre as crinas dos cavalos amadrinhadores, porém a cada tranco mais atrasados, corriam Antônio e Venancio.
>
> Carmelito murmurou emocionado:
>
> — Me equivoquei com o homem.
>
> Nessa hora *Pajarote* exclamava:
>
> — Não lhe disse, Carmelito, que a gravata era para tapar os pelos do peito, de tão emaranhados que o homem os tinha? Olha como se segura! Para que esse cavalo o derrube tem que se arriar de patas pra cima (Gallegos, 2022, p. 104).

Em Santos Luzardo deposita-se uma fé modernista de luta contra o arcaico, o conflito contra a vilã da história, dona Bárbara, a quem também insinua-se em seu nome o simbolismo do papel por ela desempenhado, o de representar a barbárie venezuelana. Na história, o arcaico só pode ser vencido pela mesma coragem e força violenta que são características dele, o "ímpeto dos descendentes do *El Cunavichero*", o antepassado do protagonista responsável pela primeira conquista daquelas terras. Porém, Gallegos não põe o conflito de seu enredo nos termos de uma persistência da disputa arcaica por terras e poder, como aquela travada entre os coronéis Paulo Honório e Mendonça em *S. Bernardo*. São os "ideais civilizados" que elevam Santos acima desse tipo de ganância, com uma suposta aspiração de quebrar o ciclo de violência usada para dominar a terra.

A efetivação desse enredo acontece por meio da dualidade de duas personagens, Bárbara e a filha dela, Marisela. Estabelece-se as figuras de mãe e filha como paralelo para uma Venezuela antiga e a esperança de um futuro melhor para uma nova Venezuela. Primeiro, a origem da vilã denuncia o princípio colonial criador dessa e de todas as nações americanas:

> Mais para lá do *Cunaviche*, mais para lá do *Cinaruco*, mais para lá do *Meta*! Mais longe que nunca mais — diziam os llaneros do *Arauca*, para quem, no entanto, tudo está sempre: "logo ali, detrás daquela mata". De lá veio a trágica cabocla. Fruto engendrado pela violência do branco aventureiro na sombria sensualidade da índia, sua origem se perdia no dramático mistério das terras virgens (Gallegos, 2022, p. 45).

Da violência do homem branco em terras indígenas nasce uma nação cabocla que continua afligida por esse mesma barbárie que a engendrou, assim como Bárbara, filha de um capitão de barco de contrabandistas e sa-

queadores com uma indígena vitimada, foi depois violentada pelos outros tripulantes. Daí surge seu ódio insaciável, cujos atos decorrentes rendem a ela os títulos de “devoradora de homens”, “esfinge da savana” e “*dañera*”, palavra traduzível como bruxa.

Da mesma maneira, a terra arcaica advém da ambição dos homens que terminam consumidos por ela, como Bárbara fez com seu marido enlouquecido e largado na miséria como um espectro, de quem ela tomou a propriedade de *El Miedo*. Ele e Marisela vivem nesse estado lastimável, quando Santos Luzardo os encontra e decide trazê-los à *Altamira* para limpar e educar a menina, para civilizá-la como pretende realizar com o *llano*.

Essa história tem seu final feliz após Bárbara enxergar no casamento da filha com Luzardo uma possibilidade dos dois viverem juntos aquilo que ela não pôde, afinal Marisela está entregue a um homem refinado, muito diferente dos piratas atrozes que destruíram sua inocência e mataram Asdrúbal, por quem ela estava apaixonada. Então a vilã desaparece e lega toda sua herança à filha. Com isso encerram-se os conflitos por terra e *Altamira* assume seu apogeu agora como latifúndio imperturbado. E o caminho até o sonho moderno está desimpedido.





A primeira das modernizações empreendidas, a única narrada no livro, é a construção de cercas. Estas sinalizam, com peso simbólico oposto do cavalo bravio e do rodeio, o fim do arcaico, o estabelecimento de limites humanos a uma terra indomada, a vitória sobre a selvageria...

Paira a dúvida incômoda do tópico anterior: foi o arcaico erradicado? Quanto dessas esperanças por uma modernidade se concretizaram de fato? Alguns fragmentos de romances contemporâneos colocados neste mosaico ajudam a começar uma resposta.

Um recente romance também venezuelano, *Noite em Caracas*, contextualizado nas condições críticas da atualidade no país, apresenta a frustração do sonho moderno por meio da descrição de uma casa modernista abandonada, uma imagem da quebra da esperança de uma geração idealista. Parece que a Venezuela de pessoas como Luzardo e Marisela não mudou tanto quanto esperava-se.

Às imagens dessa questão geracional, cabe relembrar Martín, de *Ainda que a terra se abra*, apresentado no primeiro mosaico. Ele tentou fugir da estância onde nasceu e cresceu, tornou-se um ilustrado professor universitário em Brasília, a capital da esperança e do modernismo, mas, ao retornar para sua origem, ele percebe todas as semelhanças — na aparência, nos modos e nos pensamentos — as quais herdou de seu rústico pai.

O fragmento de *Cantagalo* complementa isso e dá o tom do próximo mosaico, ao criar uma metáfora na qual, dentre todas as características, são os defeitos passados entre gerações que resistem às forças irrefreáveis das águas do tempo.

## 2.6. Impulsos, inundações e sonhos frustrados

Entrei sem medo, magnetizada pelos módulos brancos e pelas vidraças de cores vivas. No entanto, seu interior estava arrasado. As trepadeiras e o mato tinham engolido quase toda a escadaria de vidro e metal branco. A marca terrosa nas paredes acusava inundações e as maçanetas das portas tinham sido arrancadas. O caos denunciava a passagem de ladrões por ali e as quinas das galerias estavam cheias de vespeiros.

*Noite em Caracas*



— Severino, retirante,
o mar de nossa conversa
precisa ser combatido,
sempre, de qualquer maneira,
porque senão ele alaga
e devasta a terra inteira.

— Seu José, mestre carpina,
e em que nos faz diferença
que como frieira se alastre,
ou como rio na cheia,
se acabamos naufragados
num braço do mar miséria?

*Morte e vida severina*



Não deixou de ocorrer a Santos Luzardo que só em uma cabeça ofuscada poderia brotar a ideia de convidá-lo, de maneira tão absurda, a cair em uma cilada; mas ele também dava mostras de haver perdido a sanidade ao decidir se aproveitar daquela ocasião para demonstrar a dona Bárbara que não ganharia nada em amedrontá-lo, pois se não pôde reivindicar seus direitos atropelados ante a justiça subordinada à violência, saberia, sim, defendê-los posteriormente com a fera lei da barbárie: a bravura armada.

*Dona Bárbara*

A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste.

*S. Bernardo*

A ponte tinha passado, assim como passam os anos e a vida, as horas e os homens, e as obras dos homens, estava partida em mil pedaços, quebrada como um brinquedo inútil.

Era algo passado e morto, que as pequenas ondas varriam e a areia e o barro enterravam, símbolo de todo o esforço humano, de toda prepotência humana. E, com a sua ruína, veio abaixo o castelo de cartas que o Gringo armou na sua cabeça e também desapareceu, com as suas casas e suas ruas, suas praças e jardins, a cidade que devia ir ao encontro do futuro levando o seu nome.

*O Caudilho*

Pouco a pouco, porém, deixou-se vencer pela rusticidade e aceitou o fato de que não tinha vocação para almofadinha, sobretudo se não houvesse ninguém que pudesse apreciar o esforço. Parou de se barbear, não cortava o cabelo antes que lhe chegasse aos ombros e só continuou a tomar banho porque tinha esse hábito muito arraigado, (...)

*A casa dos espíritos*



No entanto, impassível, a enxurrada seguia inundando tudo, seguia seu giro que levava a tragédia a cada tombo violento de suas ondas, seguia margeando, com uma espécie de desprezo humano, os restos de coisas e de vidas que arrebatou em seu caminho. Sobre os fluxos pardos de suas águas enfurecidas era possível distinguir - viagem macabra - a porta de um curral, uma árvore arrancada pela raiz, um porco, um tronco, um trapo, o cadáver de uma criança.

*Huasipungo*



O Caudilho foi o primeiro a dar-se conta do que acontecera, a correnteza levara a ponte. Somente ele sabia o que aquilo significava: a filha Marisabel, o dinheiro e o esforço postos no trabalho do Gringo. O último financiamento do campo enterrado nos escombros, cobertos pelas águas que corriam, corriam...

Uma expressão de amargura tomou o seu rosto, uma expressão dolorosa, e ficou em silêncio. O olhar fixo na fatalidade das águas. Viu passar nelas, talvez, o seu poder e o seu prestigio. Na correnteza escura que levava tudo, implacável, em direção ao nada, viu passar a sua honra e a sua fortuna...

Bruscamente, com o tom de voz firme, sem emoção, disse para o filho: — Voltes para a estância. Eu vou a San Felipe e tu — dirigindo-se ao Capataz — acompanha o rapaz e não te esqueças amanhã dos rifles, se puderes cruzar o arroio.

Diagrama 8
Fonte: Compilação do autor.

Em todos os romances lidos o arcaico, quando personificado na figura de um vilão, nunca reduz-se a um inimigo fácil de derrotar, menos ainda quando teima afetar o espírito e comportamento dos outros personagens. Uma tendência naturalista costuma permear as narrativas com determinismo ambiental, mesmo nas literaturas contemporâneas, embrutecendo os personagens como reflexo da realidade rudimentar que os rodeiam. Isso não se limita a personagens caracterizados como tipicamente agrestes, como Paulo Honório, nascido e formado nas dificuldades do sertão nordestino. Também os herdeiros ilustrados, quando retornam da cidade para o campo, não conseguem evitar a influência da mudança de ares e, aos poucos, abandonam a urbanidade e entregam-se a impulsos mais grosseiros, por vezes ferozes.

Entre aqueles que se mudaram para a fazenda há Esteban Trueba, o qual deixou de lado os hábitos vaidosos porque ali, longe das elites urbanas, ninguém os aprecia. Substituiu-os primeiro pelo trabalho: havia muito a ser feito para recuperar a propriedade. Depois de acostumado com a nova rotina, começou a frequentar os banquetes do clube de fazendeiros locais, tal qual ia aos bordéis e brigas de galo. Porém, o mais abominável de seus novos hábitos foi o de abusar das campesinas funcionárias na propriedade dele, violências cujo karma cobrado no final teve as piores consequências da história.

Até mesmo o virtuoso Santos Luzardo perde o controle e a compostura durante o clímax da contenda contra dona Bárbara, assim decide enfrentar à mão armada o jagunço dela. Claro, ele não é vilanizado por isso, primeiro porque o enredo apresenta-no como vítima de crimes cometidos pela caudilha vizinha. A reação dele consta como uma autodefesa e não interessa discutir se é ou não, porque de qualquer forma chama atenção a necessidade de manter o heroísmo civilizatório do protagonista o mais irrepreensível o possível, mesmo quando urge recorrer à violência. Como se não bastasse a autodefesa, há outro recurso narrativo utilizado para deixar as mãos de Santos livre de sangue, ainda que seu ato de coragem continue valorizado: “Se a coisa aconteceu como você conta, foi *Pajarote* quem o matou. Não disse que *Encantador* estava cara a cara com você e que a ferida foi na têmpora esquerda? Pois por esse lado só *Pajarote* poderia feri-lo” (Gallegos, 2022, p. 348-349).

Esse cuidado tem um rigor ideológico, principalmente considerando o que se sabe na atualidade sobre os modos pelos quais se consumaram tais modernizações e suas consequências. Quando escreveu o romance, talvez Gallegos estivesse magnetizado pelos ideais modernos e liberais com a mesma fascinação da protagonista de *Noite em Caracas* pelos módulos brancos da casa modernista perdida naquele pequeno povoado.

A casa, como as esperanças, jazem em ruínas depredadas por aqueles que renderam-se aos impulsos bárbaros, bem como pela ação natural que não permite ser controlada da maneira que a modernidade deseja. Com o tempo, o selvagem reconquista o espaço do arruinado, plantas crescem sobre o concreto e propagam-se ninhos de insetos pelos cantos. Mas a natureza não manifesta-se apenas em um ressurgimento posterior ao abandono, por outro lado, as marcas de inundações acusam uma indiferença dela perante as intenções e obras humanas.

Este é o segundo ponto do fracasso do sonho moderno, para o qual enfatiza-se a imagem do rio, da inundação, do incontrolável e do inapropriável; tudo aquilo enquadrado em uma tentativa de alinhamento aos planos humanos e que transborda depois de alguma adversidade indomável.

Por fim, a conexão entre determinismo e força natural, entre impulsos humanos e inundações devastadoras, define a conclusão do romance *O Caudilho*. Quando as águas do rio destroem a ponte, elas levam, junto aos destroços, toda iniciativa de mudança baseada nos ideais modernos. Como consequência, o Caudilho não vê escolha senão voltar-se ao arcaico para manter seu prestígio e poder. Ele decide se aliar de novo com revoltosos contrários ao governo de Buenos Aires, em mais uma guerra parte de uma longa lista de conflitos da história da província de Entre Rios.

> O Caudilho se apresentou, o oficial de guerra o conduziu à Comandância. Apesar da hora, havia muita gente que entrava e saia. Algo inusitado devia estar acontecendo. — O que estou fazendo aqui? — perguntou a si mesmo, mas ele sabia a resposta. Os homens levavam no seu caráter o seu deus e o seu destino. E, é bem possível que os acontecimentos também levem, na sua cega correnteza, o deus e a conduta dos homens. Para a realidade pragmática, o distinguido carece de importância. No tabuleiro das noites e dos dias, somos peças que se movem ou são movidas. O que mais podemos fazer? (Borges, 2023, p. 110).

Portanto, foi o arcaico erradicado pela modernidade? Inegável que não. Entretanto, as tensões entre ambos nem sempre manifestam-se em oposição de ideais e impulsos, de obra humana e fenômeno natural, de boas intenções e de violência. A coexistência disso tudo demonstra alguma complementaridade embaraçosa aos idealistas.

## 2.7. O casamento entre o arcaico modernizado e a modernidade decorativa





— Se você casasse com ele teria muitas coisas, chapéus, joias, morar bem, sair deste buraco... ter uma casa bem guarnecida,... continuou Ana horrorizada com o caminho que afinal tomara, a mão subindo ao pescoço.

Lucrécia Neves olhou-a com espanto, fingido, como se fosse inocente demais para compreender — em breve rindo desagradável, enquanto seu desejo seria o de enfim virar as costas a S. Geraldo.

*A cidade sitiada*

— Isso serve para nos tranquilizar a consciência, filha — explicava a Blanca. Mas não ajuda os pobres. Eles não precisam de caridade, mas sim de justiça.

Era nesse ponto que tinha as maiores discussões com Esteban, cuja opinião a esse respeito era diferente.

— Justiça! É justo que todos tenham o mesmo? Os malandros o mesmo que os trabalhadores? Os tontos o mesmo que os inteligentes? Isso não acontece nem com os animais! Não é uma questão de ricos e pobres, mas de fortes e fracos. Estou de acordo que todos devemos ter as mesmas oportunidades, mas essa gente não faz nenhum esforço.

*Sab*

Enrique via já positivamente destruídas suas últimas esperanças: sabia sem nenhum gênero de dúvida do verdadeiro estado da fortuna de Dom Carlos, e conhecia excessivamente seu pai para esperar que consentisse sua união com Carlota. Ao voltar à cidade, seria forçoso confessar a Jorge a certeza que havia tido do pouco valor das fazendas que o senhor de B... possuía em *Cubitas*, e a declaração que o mesmo Dom Carlos lhe havia feito das consideráveis faltas de seu patrimônio. Seu casamento estava marcado para dali a um mês e o jovem via que era chegado o momento de tomar uma resolução e começar a proceder consequente a ela.

*A casa dos espíritos*

Seu pai me pediu ajuda, me escreveu, querida prima, Ambrosina já passou dos vinte anos e a senhora saberá encaminhá-la. E aceitou tal confiança apenas por achar a tarefa muito fácil: moça letrada, prendada, bonita. Então ficasse tranquila, não aceitasse o Bomtempo, não mesmo, é preciso calma, os burros sempre vêm na frente do carro de boi. Questão de tempo. Logo surgiria um fazendeiro, algum doutor, Ambrosina Lima vale mais que um milharal à beira do barranco, com toda certeza, ali em Capelinha seu sobrenome é muito.

*Cantagalo*




Madalena foi à janela e esteve algum tempo debruçada, olhando a rua. Quando se voltou, eu passeava pela sala, enchendo o cachimbo.

— Deve haver muitas diferenças entre nós.

— Diferenças? E então? Se não houvesse diferenças, nós seríamos uma pessoa só. Deve haver muitas. Com licença, vou acender o cachimbo. A senhora aprendeu várias embrulhadas na escola, eu aprendi outras quebrando a cabeça por este mundo. Tenho quarenta e cinco anos. A senhora tem uns vinte.

— Não, vinte e sete.

— Vinte e sete? Ninguém lhe dá mais de vinte. Pois está aí. Já nos aproximamos. Com um bocado de boa vontade, em uma semana estamos na igreja.

— O seu oferecimento é vantajoso para mim, seu Paulo Honório, murmurou Madalena. Muito vantajoso. Mas é preciso refletir. De qualquer maneira, estou agradecida ao senhor, ouviu? A verdade é que sou pobre como Jó, entende?

— Não fale assim, menina. E a instrução, a sua pessoa, isso não vale nada? Quer que lhe diga? Se chegarmos a acordo, quem faz um negócio supimpa sou eu.

*S. Bernardo*

Sol, chuva, noites de insônia, cálculos, combinações, violências, perigos — e nem sequer me resta a ilusão de ter realizado obra proveitosa. O jardim, a horta, o pomar — abandonados; os marrecos de Pequim — mortos; o algodão, a mamona — secando. E as cercas dos vizinhos, inimigos ferozes, avançam.

Está visto que, cessando esta crise, a propriedade se poderia reconstituir e voltar a ser o que era. A gente do eito se esfalfaria de sol a sol, alimentada com farinha de mandioca e barbatanas de bacalhau; caminhões rodariam novamente, conduzindo mercadorias para a estrada de ferro; a fazenda se encheria outra vez de movimento e rumor.

Mas para quê? Para que? não me dirão? Nesse movimento e nesse rumor haveria muito choro e haveria muita praga. As criancinhas, nos casebres úmidos e frios, incha riam roídas pela verminose. E Madalena não estaria aqui para mandar-lhes remédio e leite. Os homens e as mulheres seriam animais tristes.

Diagrama 9
Fonte: Compilação do autor.

Como imagem das relações do arcaico com o moderno, os casamentos aqui compilados não terminam com o “felizes para sempre” do casal Luzardo e Marisela; não há tal esperança sem arestas, cultivada em *Dona Bárbara*. Ainda que, assim como os dois, em via de regra, os noivos vêm de lugares contrastantes e têm criações distintas, pois um vem da cidade e outro do campo; ou mesmo um vem do exterior e o outro é nativo; um pode ser rico, o outro pobre; um estudioso, o outro ignorante.

Sem mais delongas, são os fragmentos deste mosaico que respondem à questão levantada no início deste capítulo, junto de todas as seguintes desdobradas desta principal, a qual indaga-se aqui com outro viés: como arcaico e moderno se complementam?

Para começar, o casal mais relevante neste tópico pertence ao livro *S. Bernardo*, sendo composto pelo latifundiário Paulo Honório e pela professora Madalena. A paixão por ela prenunciou as mudanças que começavam a romper no coração intransigente dele. Isso porque, até esse ponto da história, ele manteve a opinião fixa acerca da inutilidade do conhecimento instruído, tanto que ele considera a construção de uma escola na fazenda como no máximo uma oportunidade de conseguir favores políticos:

> Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos?
>
> — Esses homens de governo têm um parafuso frouxo. Metam pessoal letrado na apanha da mamona. Hão de ver a colheita. (...)
>
> E fui mostrar ao ilustre hóspede a serraria, o descaroçador e o estábulo. Expliquei em resumo a prensa, o dínamo, as serras e o banheiro carrapaticida. De repente supus que a escola poderia trazer a benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar.
>
> — Pois sim senhor. Quando v. excia. vier aqui outra vez, encontrará essa gente aprendendo cartilha (Ramos, 2024, p. 73).

Por conta desse desprezo pelos estudos, Paulo também muito discute com os figurões frequentadores de sua casa, os dependentes da sua posição de coronel:

> — E como é que se consegue instrução se não for nos livros?
>
> — Por aí, vendo, ouvindo, correndo mundo. O Nogueira veio da escola sabido como o diabo, mas não sabia inquirir uma testemunha. Hoje esqueceu o latim e é um bom advogado (Ramos, 2024, p. 140).

Como foi mostrado no primeiro mosaico, esse tipo de postura predomina entre aqueles cuja hegemonia repousa no latifúndio e das estruturas sociais fundadas pela colonização. São estes poderosos que enxergam os ideais modernos como um estorvo à realidade prática, por atrapalharem como as coisas sempre funcionaram, ainda mais quando tratam de questões sociais. Pode-se chamar isso de um pragmatismo elitista direcionado ao conservadorismo, afinal, quando o assunto é modernização produtiva, as invenções da modernidade são bem vindas enquanto aumentam as possibilidades de acumulação das economias coloniais exportadoras. Paulo mesmo esbanja seu orgulho pela serraria, pelo descaroçador ou qualquer melhoria tecnológica da fazenda. Inclusive, as únicas leituras que lhe interessam são os manuais de agricultura.

Isto posto, o fato dele se apaixonar por uma professora e pedi-la em casamento figura a primeira ironia da história. O interesse romântico abre caminho para Paulo se interessar pelos conhecimentos e pelas ideias que antes rejeitava com veemência. Mas não bastou o casamento para dobrá-lo de imediato. Não seria tão fácil assim mudar um homem antiquado, agressivo e machista, o qual aprendeu desde cedo que toda posse deve ser conquistada e defendida com uso da força. Então, ele não suporta as tentativas dela de melhorar as condições de vida dos trabalhadores da fazenda ou de ensiná-los na escola recém-construída. Menos ainda gosta das tentativas dela, uma mulher, de ajudar na administração dos negócios. Além disso, tem rompantes intempestivos de ciúmes paranoicos, a despeito dele mesmo ser adúltero, abusando da posição de patrão para aproveitar da esposa de um de seus funcionários.

O estresse constante de Paulo em relação às divergências com seus visitantes e às brigas com a esposa encontra alento nos resultados dos avanços da propriedade e do poder:

> Ali pelos cafus desci as escadas, bastante satisfeito. Apesar de ser um indivíduo medianamente impressionável, convenci-me de que este mundo não é mau. Quinze metros acima do solo, experimentamos a vaga sensação de ter crescido quinze metros. E quando, assim agigantados, vemos rebanhos numerosos a nossos pés, plantações estirando-se por terras largas, tudo nosso, e avistamos a fumaça que se eleva de casas nossas, onde vive gente que nos teme, respeita e talvez até nos ame, porque depende de nós, uma grande serenidade nos envolve. Sentimo-nos bons, sentimo-nos fortes. E se há ali perto inimigos morrendo, sejam embora inimigos de pouca monta que um moleque devasta a cacete, a convicção que temos da nossa fortaleza torna-se estável e aumenta. Diante disto, uma boneca traçando linhas invisíveis num pa-

> pel apenas visível merece pequena consideração. Desci, pois, as escadas em paz com Deus e com os homens, e esperava que aqueles pios infames me deixassem enfim tranquilo (Ramos, 2024, p. 238-239).

Este casamento infeliz tem um fim trágico com o suicídio de Madalena, a boneca que trassava as linhas da carta de despedida, o que foi a gota d'água faltante para derrubar a intransigência arcaica de Paulo Honório. Porém a queda se manifesta em profunda depressão, uma ausência de motivação de continuar a administrar a fazenda, largada em abandono e ruína. A perda o leva a valorizá-la tarde demais e, com o arrependimento, finalmente aceita a importância das ações de Madalena, em uma aceitação simbólica da modernidade pelo arcaico.

Apesar disso, o que mais interessa aqui são as condições por meio das quais ele entende tal importância. Esse é o ponto chave para compreensão de todo este capítulo: Paulo Honório, o latifundiário, reconhece a qualidade de vida e a educação dos trabalhadores como imprescindíveis somente para a manutenção das estruturas de exploração.

Se Madalena ainda vivesse, ela cuidaria das crianças doentes em péssimas condições habitacionais — o que garantiria a próxima geração de trabalhadores — enquanto os pais delas se extenuariam no eito de sol a sol, permanecendo a máquina colonial a funcionar. Na América Latina, as questões sociais trazidas pelos ideais modernos são admitidas pelas elites enquanto apenas isso, uma caridade paliativa.

Depreende-se de *S. Bernardo* uma reflexão difícil de engolir: sem o sonho e a esperança de um futuro melhor torna-se insuportável viver em uma realidade tão problemática e injusta. Explorados e exploradores dependem de acreditar em algo que nunca se concretiza na totalidade daquilo idealizado, sem isso não há por que viver. Os espoliados precisam de ilusões anestésicas para suportar sua condição, enquanto os algozes deles se valem de subterfúgios para atenuar a consciência de seus atos.

Sob outra perspectiva, o casamento do arcaico com a modernidade não se resume a mitigações por meio de filantropia e de políticas sociais. A outra alternativa conduz à segunda parte do pensamento de Schwarz (2014, posição 709-714): a das ideologias de segundo grau, aquelas ideais fora do lugar utilizadas como insígnias de status. Vale recordar a primeira peça, discutida nos primeiros mosaicos, na qual se estabelece a centralidade do latifúndio de onde emana todo o poder nos países latino-americanos.

A conexão entre as duas partes se resume assim: o arcaico se moderniza de modo a conservar e aprofundar as dinâmicas socioeconômicas coloniais e aos outros aspectos da modernidade resta a função decorativa, quase um adorno aristocrático. Os fragmentos dos demais romances deste mosaico mostram bem isso.

No romance cubano intitulado *Sab*, escrito e ambientado no período escravista da ilha caribenha, protagonizam o casal Enrique e Carlota, um filho de comerciante estrangeiro com uma filha de proprietários de terras. A construção das diferenças dos dois explica de maneira até didática o processo de formação da dualidade arcaico-moderno.

Schwarz acertou ao entender a admiração às ideias estrangeiras como parte do senso comum de considerar a Europa superior, o que permeia a escrita de *Sab*. Tal "viralatismo" tem persistido através dos séculos, como consequência involuntária da própria colonização, na qual os descendentes dos invasores europeus se sentem cada vez mais desvalorizados, conforme se distanciam da linhagem original e se misturam com os povos por eles subjugados. Como "tudo que é sólido desmancha no ar", a novidade da invasão envelheceu após a sucessão de algumas gerações herdeiras que passaram a ser vistas como quase tão antiquadas e indolentes quanto foram julgadas as sociedades pré-colombianas. Mas os de puro sangue europeu continuaram a migrar para cá, fazendo sucesso na conquista dos espíritos dos *criollos* com as vanguardas do velho continente. Esse é o mote da construção dos personagens:

> Sabido é que as riquezas de Cuba atraem, o tempo todo, inumeráveis estrangeiros que, com mediana indústria e atividade, não tardam em enriquecer-se de uma maneira assustadora para os indolentes islenhos, que satisfeitos com a fertilidade do solo, e com a facilidade com que se vive em um país de abundância, adormecem, por assim dizer, sob seu sol de fogo, e se abandonam à cobiça e à atividade dos europeus de todos os ramos de agricultura, comércio e indústria, com os quais levantam, em curto número de anos, inumeráveis famílias (Avellaneda, 2023, p. 27).

O pai de Enrique enriqueceu com rapidez munido desses métodos industriosos, porém na mesma velocidade perdeu tudo e contraiu dívidas. Por conta disso, decide casar seu filho com alguma mulher rica, para o que escolhe Carlota. Ambicionava pôr as mãos em uma herança recebida por ela de um parente distante que, entretanto, é tomada por outro parente na

justiça, ainda durante o noivado. Com esse revés, o comerciante perde o interesse no casamento, porque para ele a terra por si não vale dinheiro, não pode ser vendida — vide Martins (1979): a terra ganhou valor de troca apenas em meio ao processo da abolição.

Como paralelo dos novos estrangeirismos modernos perante o arcaico legado pelos primeiros invasores também estrangeiros, essa contraposição do comerciante e do fazendeiro parece ignorar o elo intrínseco entre as classes urbanas, de atribuições comerciais e burocráticas, com a classe latifundiária, por sua vez incumbida da produção dos itens comercializáveis, o motivo máximo de existência de toda sociedade colonizada. No final das contas, são as duas faces de uma mesma moeda.

As divergências derivam mais de contradições internas ao sistema do que de um real antagonismo entre as elites. Estas ainda assim disputam por influência e poder e, para isso, cada uma conta com as próprias ferramentas de performance social, em um jogo de aparências.

Dona Praxedes, a baronesa do café de *Cantagalo*, espelha essa disputa quando desaprova as cidades e os almofadinhas nelas estabelecidos:

> — Papai conhece muito o juiz Gama, senhora. O juiz Gama, sabe?
>
> — Juiz? Não quero saber. As cidades são engraçadas. Aqui quando precisam de juiz vêm a mim. Faço o mesmo sem toga. Não vivo do governo, vergonha, eu não! Eles que vivem das minhas terras. Dou trabalho a quem precisa comer e ainda pago tributo. Nós, eu e os outros barões daqui, levamos esta república nas costas. Sempre foi desse jeito e nunca souberam nos agradecer (Ribeiro, 2025, p. 278).

Ela pode torcer o nariz para a pompa moderna e a urbanidade, mas, ao contrário do ressentimento acima, mostra-se ao longo de toda a narrativa obcecada por títulos, reputação e relevância. Não é por nada que ela desaprova o casamento da prima Ambrosina com o Bomtempo: um pobre inculto e, pior, alguém sem renome.

Falando em ferramentas de performance social, para a latifundiária arcaica os estudos da prima não servem para muita coisa além de aumentar as oportunidades de um casamento prestigiado. Aceitos sob esses mesmos termos, os estudos da filha e do irmão de Praxedes, realizados em tradicionais instituições católicas, têm o mesmo valor que o brasão dos Lima, entalhado na porta da frente do casarão. Leopoldina, uma das filhas, sempre toca no acordeão as músicas aprendidas no convento, para impressionar as visitas a pedido da mãe.

Quando as elites rurais e urbanas começam a desejar a modernidade — o que, claro, ocorre antes a estas do que aquelas — o novo simbolismo de notoriedade inevitavelmente evolui para uma extrema futilidade ligada ao consumo, no nível dos chapéus e das joias visadas por Ana e Lucrécia, os futuros presentes caso ela se case com o homem da cidade grande e então fuja do pequeno subúrbio de S. Geraldo, um lugar infestado por cavalos e ameaçado pela proximidade com o morro do pasto, um lugar quase rural. Esse ponto muito aproxima-se da análise de *Memórias do Subsolo* feita por Berman, em uma confirmação da similaridade entre as literaturas russa e latino-americana e seus respectivos contextos longínquos:

> Já a baixa nobreza está ansiosa para usufruir da cornucópia de mercadorias ocidentais, porém não trabalha para desenvolver as forças produtivas que possibilitariam a moderna economia de consumo. Assim, a Nevski é uma espécie de cenário, deslumbrando a população com artigos rutilantes, quase todos importados do Ocidente, mas ocultando uma perigosa falta de profundidade por detrás da fachada brilhante (Berman, 2007, p. 269).

A crítica ao caráter raso da modernidade é ampliada para as ideias progressistas no geral em *A casa dos espíritos*. Nenhum outro romance desnuda tanto a união entre as duas elites, a qual se consuma na história pelo casamento de Esteban Trueba com Clara del Valle. Parecido com Paulo Honório e Dona Praxedes, ele também tipifica o latifundiário apaixonado pela modernização produtiva e pelo liberalismo, porém com ódio a qualquer pauta social. Da cidade, ela faz parte de uma família ligada à política e movimentos sociais: a mãe dela participou dos protestos por voto feminino e o pai concorreu a eleições, por exemplo.

No livro, os ideais de Clara são tão superficiais quanto aos chapéus e jóias, porque há uma passividade escorada no privilégio e, por isso, a ela basta uma dimensão discursiva e assistencialista sem impacto real. Sua grande iniciativa, nesse sentido, foi repetir os discursos feministas da mãe logo após a cunhada terminar a oração diária com todas as mulheres da fazenda. Estas ouviam com estranheza e deboche, pensando na surra que levariam se tentassem seguir o que era dito, mas escutavam por respeito à patroa.

Ela é arrancada da zona de conforto em apenas um breve período do livro, quando um terremoto potente atinge o país, a obrigando a acordar para as

questões materiais mais básicas da vida: “Despertou, enfim, de uma longa infância em que estivera sempre protegida, rodeada de cuidados e comodidades, e sem obrigações” (Allende, 2023, p. 196).

Inclusive, um instrumento curioso aplicado no retrato dessa conformidade privilegiada envolve o realismo mágico, estilo literário da obra. Clara, clarividente, depois do terremoto perde seus hábitos místicos, mas assim que se recuperam do desastre e voltam a contratar empregadas, ela “(...) logo que se viu livre dos tachos e das vassouras, retomou seus cadernos de anotar a vida e suas cartas de Tarot nos momentos de ócio” (Allende, 2023, p. 214).

Todos os descendentes do casal Trueba parecem carregar de alguma forma o legado dos pais, adicionando algo aos temas deste tópico. O maravilhamento com os estrangeiros reaparece caricaturizado nos dois gêmeos caçulas, Jaime e Nicolás, estudantes em uma escola inglesa:

> Foram visitar os gêmeos no colégio. Era a primeira vez que se encontravam depois do terremoto e tiveram a surpresa de comprovar que o único lugar do território nacional que não fora atingido pelo cataclismo era o velho colégio; daí o terem ignorado completamente. Ali, os dez mil mortos passaram sem pena nem glória, enquanto eles continuavam cantando em inglês e jogando críquete, comovidos apenas pelas notícias que chegavam da Grã-Bretanha com três semanas de atraso. Confundidas, constataram que aqueles rapazes, que tinham sangue de mouros e espanhóis nas veias e que tinham nascido no último rincão da América, falavam o castelhano com sotaque de Oxford e que a única emoção que eram capazes de manifestar era a surpresa, erguendo a sobrancelha esquerda. Não tinham nada em comum com os dois rapazes exuberantes e piolhentos que passavam o verão no campo. "Espero que tanta fleuma saxônica não os faça idiotas", balbuciou Clara ao se despedir dos filhos (Allende, 2023, p. 200).

Nicolás termina como líder de uma seita meio hippie e precisou fugir do país depois de dar muito desgosto ao pai, enquanto Jaime se tornou médico e dedicou a vida a ajudar os necessitados, duas outras imagens de escapismo paliativo iguais às caridades de Madalena.

Para finalizar, Blanca, a irmã mais velha, causou escândalo familiar quando teve um caso amoroso com um dos filhos dos peões da fazenda, o que resultou no nascimento de Alba. Em um ataque de fúria, Esteban acusa Clara de ter criado a filha sem moral e religião, a qual rebate:

> — Pedro Terceiro García não fez nada que você mesmo não tenha feito — disse Clara, quando pôde interrompê-lo. — Você também se deitou com mulheres solteiras que não são de sua classe. A diferença é que ele o fez por amor. E Blanca também (Allende, 2023, p. 239).

A solução pensada por Esteban para manter as aparências impõe a Blanca um suntuoso casamento com um europeu. Mais uma vez chega-se ao imperativo da manutenção da distinção da elite por adornos modernos e estrangeiros, o que no fundo intenciona assegurar a hierarquia de classes. Esta não é uma crise familiar qualquer, mas a expressão prática do que Engels (2019) definiu: a família patriarcal como um pilar para a transmissão da propriedade privada. Portanto, Esteban, como homem e proprietário, goza das prerrogativas da liberdade, enquanto é esperada a submissão de Blanca, como mulher, e de Pedro, como proletário.

É na elevação ao máximo da prerrogativa da liberdade dos proprietários que baseia o liberalismo. E, como dito no quarto mosaico sobre pontes e estradas, o ideário liberal reorientou e ressignificou a conquista territorial das Américas, dando fôlego a sua divisão em latifúndios.

## 2.8. Fragmentos de uma terra conquistada



Esteban Trueba entrou numa fase muito próspera. Seus negócios pareciam tocados por uma varinha mágica. Sentia-se satisfeito com a vida. Era rico, tal como um dia se propusera. Possuía a concessão de outras minas, estava exportando frutas para o exterior, formou uma empresa construtora, e Las Tres Marías, cujas dimensões em muito se haviam ampliado, convertera-se na melhor propriedade da região. Não o afetou a crise econômica que convulsionou o restante do país. Nas províncias do Norte, a falência das salitreiras havia deixado na miséria milhares de trabalhadores.

*A casa dos espíritos*



Outros e outros casos de conhecidos que saíam do povoado a caminho da cidade e eram roubados na estação de chegada. Perdiam o pouco que tinham e ali mesmo viravam mendigos. Outros não conseguiam trabalho ou ganhavam pouquíssimo e não tinham como viver. A vida se tornava pior do que na roça. Ela sabia de muitos casos tristes, em que tudo havia dado errado. Procurou se lembrar de algum que tivesse tido um final feliz. Não lembrou. Esforçou-se mais e não atinou com nenhum. Não esmoreceu. Relembram tanto, falavam tanto daqueles casos tristes, que, até ela, só se lembrava deles. Não tinha importância. O caso dela, quando voltasse para buscar os seus, haveria de ser uma história de final feliz.

*Ponciá Vicêncio*

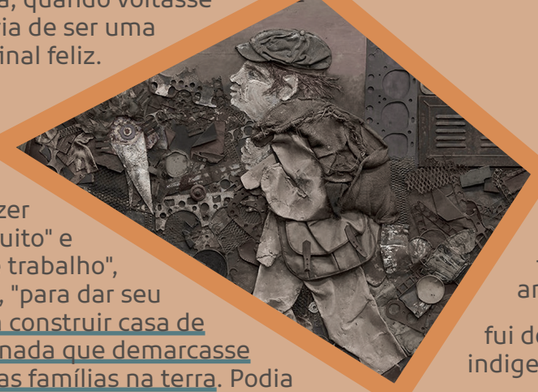
Sugeriu a Eugênio arrendar aos empregados, por quase nada, um naco de terra, coisa pouca, apenas para plantio de abóbora e outros verdes de inteirar o prato. Podiam levantar uma casinha de taipa, nada que levasse a pensar ali casa própria, ficasse claro a cortesia dos patrões. Não que quisesse, era preciso: foi-se o tempo do barão, os empregados chamados à fazenda apenas em tempo de plantio e de colheita, quietos em suas casinhas no povoado.

*Cantagalo*



Empoleirados numa casa de taipa, dom Alfonso, Mister Chapy e dois outros gringos fizeram — em conversa amena — o croqui de seus grandes projetos sobre a vasta extensão da serra.
— O do rio está ótimo. Grande trabalho. Vamos colocar ali as nossas casas, nossos escritórios — anunciou um dos estrangeiros.
— Well... Well... — disse o outro.
— A estrada também não é tão ruim.
— O que eu ofereço cumpro — advertiu dom Alfonso, cheio de orgulho. (...)
— Mas... Veja... Nesta colina vamos colocar uma serralheria grande. Nós a queremos limpa... Só falta isso... — anunciou Mister Chapy, apontando para a ladeira onde se amontoavam os huasipungos improvisados dos índios transferidos da beira do rio e onde também se achava a cabana de Chiliquinga.

*Huasipungo*



O gerente queria trazer gente que "trabalhe muito" e "que não tenha medo de trabalho", nas palavras de meu pai, "para dar seu suor na plantação". Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhados do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas. Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão.

*Torto Arado*

*Morte e vida severina*

— Eu também,
antigamente,

fui do subúrbio dos
indigentes,

e uma coisa notei

que jamais entenderei:

essa gente do Sertão

que desce para o litoral, sem razão,

fica vivendo no meio da lama,

comendo os siris que apanha;

pois bem: quando sua morte chega,

temos de enterrá-los em terra seca.

Diagrama 10
Fonte: Compilação do autor.

Agora basta discutir o que a modernização de fato realiza. Em retrospecto, foram discutidas duas possibilidades concomitantes: (1) a transformação tecnológica das propriedades agropecuárias e (2) a continuidade do avanço de fronteiras de conquista como parte de um projeto nacional. A principal consequência de ambos foi a ampliação das desigualdades sociais existentes, com o enriquecimento das elites e a miséria das massas.

Um beneficiado da modernização, Esteban Trueba, de *A casa dos espíritos*, expandiu seu latifúndio e até investiu em outros negócios fora da fazenda, como na extração de minérios e na fundação de uma construtora. Enquanto isso, milhares de necessitados sofriam com a falta de emprego e de alternativas de subsistência.

Esse ponto leva até a segunda e principal parte da resposta para a questão feita no quarto mosaico: “foi o arcaico erradicado?”. Enquanto a primeira focou na continuidade do avanço das fronteiras, esta outra pontua a permanência de relações de trabalho não-capitalistas a serviço das novas formas econômicas modernas, num desenvolvimento desigual e combinado, o moderno alimentando-se do arcaico e contribuindo à sua manutenção.

Vale lembrar a tese de Martins (1979) que resume bem o processo conservador da condição colonial: quando a mão de obra cativa é libertada, engendra-se o cativeiro da terra porque, ao limitar seu acesso, os trabalhadores continuam sujeitos aos latifundiários. Isso não está restrito ao estudo de caso do autor, vai além dos colonos europeus nas fazendas de café do interior paulista. A partir de então, diversos modelos de colonato emergem por todo o subcontinente latino-americano.

Os fragmentos citados de *Torto Arado* e *Cantagalo* mostram como essa prática coube até mesmo para os escravizados libertos, o que aparece também em outro romance brasileiro, *Ponciá Vicêncio*, o qual captura toda a extensão da crueldade da miragem de uma liberdade dada junto a um pedaço emprestado de terra:

> Tempos e tempos atrás, quando os negros ganharam aquelas terras, pensaram que estivessem ganhando a verdadeira alforria. Engano. Em muito pouca coisa a situação de antes diferia da do momento. As terras tinham sido ofertas dos antigos donos que alegavam ser presente de libertação. E, como tal, podiam ficar por ali, levantar moradias e plantar seus sustentos. Uma condição havia, entretanto, a de que continuassem todos a trabalhar nas terras do Coronel Vicêncio. O coração de muitos regozijava, iam ser livres, ter moradia fora da fazenda, ter as suas terras e os seus plantios. Para alguns, Coronel Vicêncio parecia um pai, um senhor Deus. O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela "Lei Áurea", os seus filhos, nascidos do "Ventre Livre" e os seus netos, que nunca seriam escravos. Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno (Evaristo, 2017, p. 42).

Esses modelos de enquadramento da mão de obra pelo controle da terra representam uma solução encontrada pelos latifundiários de manter a situação o mais parecida possível com a anterior frente às mudanças que vinham se impondo. Por isso, carregam a essência da conservação do arcaico. Porém, muitas vezes esses trabalhadores foram empregados na execução dos projetos modernizadores.

É o caso do romance *Huasipungo*. No quarto mosaico, sobre pontes e estradas, foi adiantado que essa história não esconde a brutalidade do avanço civilizatório, pois escancara como o projeto de construção da estrada explora e desumaniza a mão de obra de *huasipungeros*, os colonos indígenas. De todos os mobilizados no mutirão, aos indígenas delegava-se as piores tarefas, como a de secar os pântanos, o obstáculo que a modernidade buscava vencer, onde muitos desapareceram afogados nas águas e na lama. O pior de tudo é que depois de aberto o caminho do progresso, os gringos deixam claro como os indígenas, os principais executores da estrada, não fazem parte dos planos para o futuro.

Essa é uma ambiguidade comum aos proprietários aspirantes do moderno, a de ao mesmo tempo sentirem-se insatisfeitos com os arcaísmos e deles jamais abrirem mão, uma vez que continuam vantajosos. A diferença entre o que acreditam — seus ideais importados — e o que praticam, os leva a uma aceitação resignada e cheia de contrariedade, algo bem elucidado por Bauer em seu estudo dos países americanos de colonização espanhola.

O autor diz que, apesar de por muito tempo optarem pelo colonato, desejavam modelos de trabalho mais modernos. Primeiro, por acreditarem numa maior eficiência deles e, segundo, por temerem desagradar investidores estrangeiros, ao que se acrescenta o preconceito de que

> (...) as classes baixas rurais, produto do fatalismo dos índios e da indolência dos negros, eram incuravelmente preguiçosas, só trabalhariam de maneira adequada debaixo de chicote e talvez não fossem suscetíveis de progresso (Bauer, 2002, p. 224)

Se os trabalhadores continuaram explorados em condições similares às de antes, os patrões também tiveram receio de renunciar ao chicote a que estavam acostumados. Dessa maneira conservadora, a ofensiva liberal continuou a avançar em três frentes: as duas já apresentadas, da modernização produtiva e do avanço de fronteiras, e a terceira da expulsão gradual dos colonos, dos posseiros e dos arrendatários. Aqueles que permaneceram no campo precisaram se submeter a uma disciplina mais rígida, com mais horas trabalhadas por dia e mais dias durante as semanas e os anos.

A esse cenário soma-se a redução da quantidade de mão de obra necessária decorrente das melhorias tecnológicas da agropecuária, bem como um aumento populacional substancial, para delinear os primeiros contornos do contexto desencadeador do êxodo rural, notável pela busca por emprego e por uma esperança de melhoria de vida.

O poema *Morte e vida severina* tematiza essa migração, na qual o retirante abandona o sertão para encontrar na capital litorânea uma vida tão miserável quanto a anterior, o que se repete quando Ponciá Vicêncio decide se mudar para a cidade. Assim como o Severino em sua peregrinação carrega consigo a seca penosa, como um destino inevitável, Ponciá encontra onde quer que vá a subjugação de seu povo, seja como escravizados, como fora seu avô, seja como colonos libertados no papel, como os pais dela, seja como ela, uma empregada doméstica de uma patroa branca, que após muito trabalhar consegue juntar algum dinheiro para comprar um barraco nas periferias da cidade.

Para terminar este tópico, retoma-se a discussão do mosaico  anterior. Segundo Glade, a legitimação das iniciativas modernizadoras descritas aqui repetiu ideais liberais e positivistas, também recheada com elogios às novas formas econômicas capitalistas muito cobiçadas. Apesar do autor sugerir um certo entusiasmo com as intenções, ele admite os resultados não tão positivos:

> No entanto, parece que os elogios, na maioria dos casos, não favoreceram qualquer tendência mais forte a alterar os padrões de investimento social e as instituições de modo a estender os benefícios da modernização a segmentos muito mais amplos da população. O curso de ação preferido socialmente foi, no mais das vezes, incrementar o cosmopolitismo das camadas de elite da sociedade, especialmente com relação às preferências de consumo (Glade, 2002, p. 73).

Ele chega, por meio de pesquisa histórica, às mesmas conclusões encontradas por meio da literatura neste mosaico, quanto à questão social, e no anterior, quanto à superficialidade das elites, porém sem sugerir qualquer responsabilidade ao liberalismo ou ao positivismo enquanto cobertura ideológica, preferindo incriminar a incapacidade e insensatez das elites.

Em uma rápido olhar, as opiniões de Glade indicam correspondência com o conceito de ideias fora do lugar proposto por Schwarz, mas essa confusão deve ser evitada. Sim, os dois concordam sobre a limitação dos ideais estrangeiros à superficialidade do que aqui se cunhou de modernidade decorativa. Contudo, divergem quanto à efetividade desses ideais quando aplicados onde foram inventados, no continente europeu.

Diferente do autor estadunidense, Schwarz, um crítico literário brasileiro, entende que na Europa o liberalismo serve ao propósito de ocultar a exploração do trabalho. Portanto, é uma ideologia que responde às grandes mudanças sociais da industrialização e do nascimento do capitalismo.

Aqui, na América Latina, não só essas mudanças estavam longe de chegar, como não havia necessidade de esconder a exploração da mão de obra sujeita a sistemas de coerção, como a escravidão e, depois, a algum modelo de vínculo entre a população rural sem posses com os latifundiários. Logo, uma ideologia de segundo grau deriva de ideias deslocadas do contexto no qual têm congruência, o que termina por limitá-las ao aspecto de adereço ou, como escreve o autor, da ordem do relevo social. Esse é o inexpugnável vício de origem que tende a uma ostentação vazia.

Além de que em nenhum momento foi afirmada a ausência de absurdos no liberalismo europeu. Para aprofundar isso, investiga-se o amplo estudo realizado por Losurdo em *Contra-História do Liberalismo* (2006). Este autor desenrola a linha da história, a desenroscando do emaranhado de ilusões cuidadosamente disseminadas, para afirmar um surgimento conjunto e de dependência mútua do liberalismo e do escravismo:

> Enquanto estimula o desenvolvimento da escravidão-mercadoria sobre a base racial e escava um abismo intransponível e sem precedentes entre brancos e povos de cor, o autogoverno da sociedade civil triunfa agitando a bandeira da liberdade e da luta contra o despotismo. Entre estas duas faces, que aparecem simultaneamente no curso de um parto gêmeo, se instaura uma relação cheia de tensões e de contradições. **Nesta celebração da liberdade, que se entrelaça com a realidade de um poder absoluto sem precedentes, pode ser percebida uma ideologia.** Mesmo desmistificadora, a ideologia nunca é o nada; pelo contrário, a sua função mistificadora não pode ser pensada sem alguma inci-

> dência na concreta realidade social. E menos ainda a ideologia pode ser considerada sinônimo de mentira consciente: se assim fosse, não conseguiria inspirar as mentes e produzir uma real ação social e se condenaria à impotência. Os teóricos e os protagonistas das revoluções e dos movimentos liberais são tomados por um forte *pathos* convicto da liberdade e, justamente por isso, sentem constrangimentos em relação à escravidão. **Obviamente, na maioria dos casos, tal constrangimento não chega ao ponto de colocar em discussão a "propriedade" sobre a qual deitam a riqueza e a influência social da classe protagonista da luta pelo autogoverno da sociedade civil** (Losurdo, 2006, p. 58-59, grifos nossos).

A liberdade de trabalho, a igualdade perante a lei e o universalismo disseminam-se na sociedade liberal tanto quanto a cidadania e o direito ao voto na democracia ateniense e na Roma republicana, tal e qual se restringem a um pequeno grupo dominante.

No caso inglês, a sustentação ideológica dessa contradição se configura pela separação espacial da metrópole, a terra prometida da liberdade, e as colônias, onde a barbárie impede a manifestação pura de liberdade. Com isso, desenham a ordem global dos países centrais onde vivem e dos países periféricos de onde tiram suas riquezas sobre as quais têm total liberdade de usufruto despótico, mesmo quando a propriedade em questão é a de pessoas escravizadas.

Losurdo ainda reforça como o êxito do instituto escravista moderno nunca aconteceu apesar do liberalismo. A Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos, os países destacados na formação da primeira identidade liberal da luta contra o poder absoluto do Antigo Regime, são aqueles mais ferrenhos na defesa da escravidão.

Dentre os três, com 878 mil escravizados, o maior número no século XVIII, a Grã-Bretanha "(...) é o país que está ao mesmo tempo na frente do movimento liberal e que conquistou o seu primado no comércio e na posse de escravos negros exatamente a partir da Revolução Gloriosa" (Losurdo, 2006, p. 53).

Outra grande revolução liberal, a independência dos Estados Unidos teve nos latifundiários escravistas do Sul os mais radicais entusiastas da liberdade. Não à toa o direito à posse de escravizados foi garantido na aclamada constituição americana, ainda que tenham utilizado tergiversações para evitar a utilização clara e incômoda do termo "escravidão". Esse evento histórico consagrou, deste lado do Atlântico, um país com o título de liberal, abrindo precedente ao restante do continente para as futuras tentativas de transformar suas nações de maneira a incluí-las no clube dos países civilizados.

Após toda a elaboração feita até aqui, ao revisitar os sonhos civilizatórios e modernizadores de Santos Luzardo, fica evidente de onde vem as inspirações do romance *Dona Bárbara*. O herói ilustrado e a vilã arcaica continuam ambos latifundiários de uma terra colonizada, na qual a conquista violenta está na essência do processo de aquisição e manutenção da propriedade, como parte de uma acumulação primitiva.

Os antepassados de Luzardo obtiveram e expandiram *Altamira* se servindo dos mesmos métodos nada idílicos da vizinha caudilha, mas a herança lavou os pecados deles. Na consciência de Santos não transparece nenhuma culpa, porque todo legado do passado distribui ônus e bônus independente das vontades do presente; tudo depende das escolhas tomadas a partir daí e ele acredita fazer o certo ao cercar seu enorme latifúndio, o primeiro passo para civilizar aquela terra.

Talvez, em um enredo alternativo, se os descendentes de dona Bárbara tivessem mantido *El Miedo* por algumas gerações a mais, então eles também poderiam revestir sua propriedade de justificativas das ideologias liberal e civilizatória.

Afinal de contas, as elites periféricas almejam a modernidade liberal sobretudo para transformar sua acumulação primitiva em acumulação capitalista, o que acaba por apenas solidificar a propriedade privada da terra, enquanto os arcaísmos ainda convenientes são mantidos.

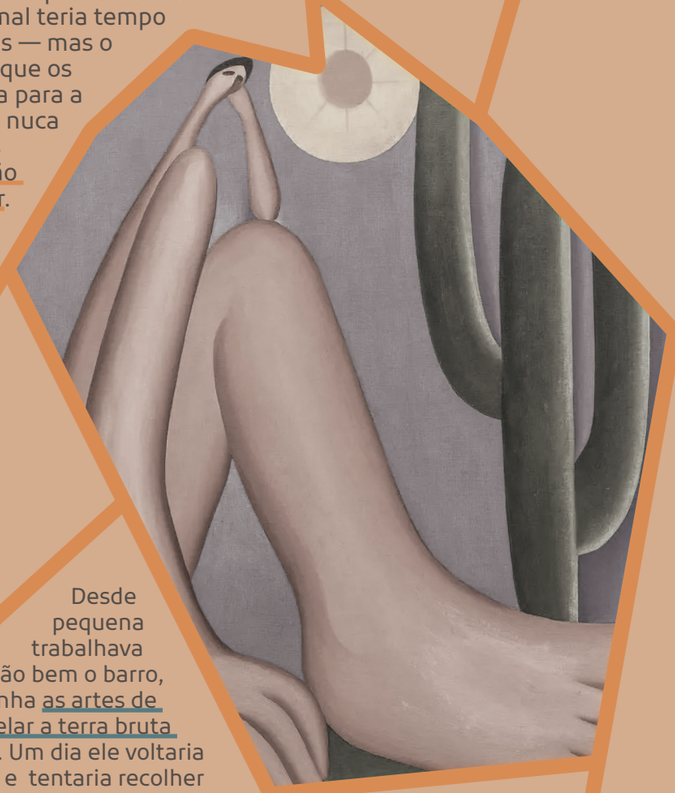
Tudo o que desmancha no ar sob o turbilhão da modernidade acaba por se reacomodar nas mesmas condições de antes. As mudanças, no fim, apenas se empilham sobre a estrutura social colonial que perdura.

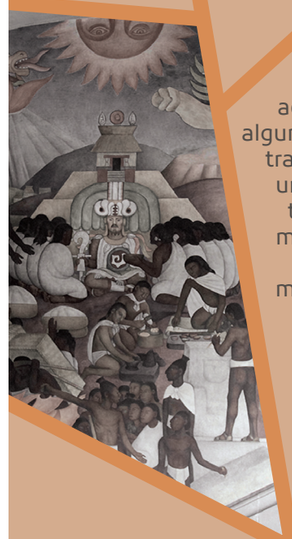
Até que uma tarde resolveu passear no descampado. Aquele silêncio. Mas o medo foi substituído pela esperança. E nem sua solidão pôde manter-se porque... por que o milho já estava alto? ela procurava com os olhos o que a impedia de estar só — mais além as espigas estremeciam pesadas: o milho no campo era a sua vida mais interior. O campo se estendia silencioso; lá estava a outra vida.

Mas olhando aquelas terras onde o espírito ainda era livre, "o quê! terrenos inaproveitados nesta época", a mulher prática ainda pensou com teimosia: "Aqui. Aqui eu construiria uma grande cidade."

Realmente havia lugar e, arrancando as ervas e o milharal o chão estaria por assim dizer pronto. Então, na outra vida, com esforço, ela fazia casas se erguerem, pontes se entrecruzarem arfando, usinas fantasmas funcionarem. Cidade que chamaria de S. Geraldo? recomeçando-o com paciência, desta vez sem abandoná-lo por um instante com a atenção — até chegar ao ponto em que o subúrbio estava, a fim de reconhecer, sob as sedimentações, os verdadeiros nomes das coisas. Mas ao crepúsculo o sol empalidecia. E sobre a cidade imaginária o vento começou a soprar mais forte e a rodopiar as espigas envolvendo-as em penumbra. Vai chover? pensou a mulher apressando-se de volta, mal teria tempo de encontrar doutor Lucas — mas o vento corria mais rápido que os passos, empurrava a saía para a frente, desnudava-lhe a nuca cegando o rosto com os cabelos, ela, a quem não bastara o milho crescer.

*A cidade sitiada*





Desde pequena trabalhava tão bem o barro, tinha as artes de modelar a terra bruta nas mãos. Um dia ele voltaria ao povoado e tentaria recolher alguns trabalhos dela e da mãe. Eram trabalhos que contavam partes de uma história. A história dos negros talvez. A irmã tinha os traços e os modos de Vô Vicêncio. Não estranhou a semelhança que se fazia cada vez maior. Bom que ela se fizesse reveladora, se fizesse herdeira de uma história tão sofrida, porque, enquanto os sofrimentos estivessem vivos na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um outro destino.

*Ponciá Vicêncio*



Além disso estou certo de que a escrituração mercantil, os manuais de agricultura e pecuária, que forneceram a essência da minha instrução, não me tornaram melhor que o que eu era quando arrastava a peroba. Pelo menos naquele tempo não sonhava ser o explorador feroz em que me transformei.

Quanto às vantagens restantes — casas, terras, móveis, semoventes, consideração de políticos etc. — é preciso convir em que tudo está fora de mim.

Julgo que me desnorteei numa errada.

Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta. Falaríamos pouco, pensaríamos pouco, e à noite, na esteira, depois do café com rapadura, rezaríamos rezas africanas, na graça de Deus.

*S. Bernardo*

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; (...) usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

*Triste fim de Policarpo Quaresma*



Como a guerrilha acaba com os homens em guerra, o milheiro acaba com as árvores. Fumaça, brasa, cinzas. Ao menos fosse para comer. É para negócio. E se fosse por conta própria, mas reparte os ganhos ao meio com o patrão e às vezes nem metade leva. O milho empobrece a terra e não enriquece ninguém. Nem o patrão, nem o meeiro. Cultivo para comer é o sagrado sustento do homem que foi feito do milho. Cultivo para negócio é a fome do homem que foi feito do milho. O bastão vermelho do Lugar dos Mantimentos, mulheres com crianças e homens com mulheres, não fincará jamais sua raiz nos milharais, por mais que vicejem. Desmerecerá a terra, e o milheiro partirá com o milhinho para outro lugar, até acabar ele mesmo como um milhinho descolorido em meio a terras opulentas, próprias para culturas que o tornariam rico ao invés de um zé-ninguém, mas por arruinar sempre as terras por onde passa ele segue pobre e acaba perdendo o prazer pelo que poderia ter de bom: cana-de-açúcar nas baixadas cálidas, onde o ar se achaparra sobre as bananeiras e trepa na árvore de cacau como um foguete nas alturas, que sem estalidos, solta bagas de amêndoas deliciosas, sem falar no café, nas terras aradas pingadinhas de sangue, no alumbre dos trigais.

*Homens de milho*

Diagrama 11
Fonte: Compilação do autor.

Enfim, este tópico propõe uma última reflexão sobre tudo discutido até aqui. Para isso, retoma-se parte de uma frase de Schwarz (2014, posição 803): “Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, (...)”. Cada um desses ideais orientaram-se por uma visão de mundo a ser perseguida, mas todos terminaram acumulando frustrações com o inexorável descompasso existente entre a concretização de cada iniciativa e sua motivação. Em uma conjuntura ainda estruturada conforme os moldes coloniais, se repete um ciclo de renovada expectativa seguida de uma decepção já antiga.

Porém, só se sentem derrotados os otimistas que acreditam com fé cega na utopia vendida por algum ideal qualquer. Na prática, do barroco ao modernismo, a “ineficácia” foi deliberada, porque todos foram admitidos enquanto circunscritos na dimensão decorativa, discursiva e paliativa, assim como apresentou-se no sétimo tópico deste capítulo. Por isso, substitui-se um paradigma por outro, como quem abandona uma roupa de estilo antiquado por uma dentro da moda.

Aqui se vai além disso, levando a um ponto que para muitos deve ser difícil de engolir: mesmo os ideais mais dissidentes, como aqueles nutridos pelos oprimidos, estão sujeitos a se limitarem ao discurso e a atividades remediadoras. Talvez, ainda, sobretudo esses ideais corram o risco de verem exauridos os seus anseios, sejam eles pragmáticos ou nostálgicos, pela impossibilidade de transformar a ordem que contestam.

O romance indigenista *Homens de milho*, por exemplo, retrata a vitória da colonização sobre os indígenas, cuja cosmovisão maia entende que a abundância da natureza não pode ser capturada pelo latifúndio, porque a própria concepção de terra não cabe na propriedade privada, em prol da qual foram dizimados. E uma tentativa de compatibilizar tal perspectiva com as sociedades fundadas por essa conquista terá a recepção igual à da proposta de Policarpo Quaresma de tornar o tupi-guarani o idioma oficial do Brasil, o que os deputados julgaram como a moção de um homem louco. Riram e debocharam de Policarpo como se a sugestão fosse derrubar os pés-de-café para plantar as ervas daninhas. Esse Congresso Nacional ficcional, escrito no século XX, não surpreende ao divergir pouco do atual.

Apesar da fragilidade do ideal perante o real, os sonhos e esperanças não são dispensáveis, mesmo que sirvam majoritariamente de ilusões e subterfúgios para a consciência aflita. Ainda assim, são vitais porque a disputa também ocorre no campo das ideias, no qual a principal arma dos oprimidos é a memória. Nesse sentido, Ponciá Vicêncio, a protagonista de história homônima, viabiliza pelo trabalho com o barro as memórias dos intermináveis sofrimentos de seu povo negro, uma metalinguagem para o crucial papel social da própria escritora e da obra escrita por ela. Entretanto, como admitido na citação, o ofício de rememorar se assenta na acanhada expectativa de incentivar nas pessoas o desejo da criação de um destino diferente. Aliás, é plausível afirmar que é nessa esperança de caráter memorial que repousam os esforços de *Homens de milho*, bem como os deste trabalho.

Todavia, importam duas ressalvas finais. Sendo a primeira que, sem embargo à importância da memória histórica, urge evitar se perder em nostalgias como as de Lucrécia, de *A cidade sitiada*, e Paulo Honório, de *S. Bernardo*, dois personagens imersos em distintos aspectos da modernidade — ela no caráter superficial, ele no arcaico modernizado —, que por um instante flertam com perspectivas de uma outra realidade que poderia ter sido: uma vida simples, pacata e desprovida de ambições, na qual bastaria observar o milho crescer.

Porém, para eles esses sentimentalismos em nada alteram a realidade objetiva que os frustra. Paulo pode até imaginar, em meio à sua depressão, como seria sua vida caso não tivesse perseguido o objetivo de virar dono da fazenda S. Bernardo, mas não abre mão do latifúndio, o qual o filho dele um dia herdará. Também Lucrécia não abdica das benesses da modernidade por qualquer devaneio com o simplório subúrbio da sua infância, então desfigurado pelo progresso.

Decerto, o grande perigo é deixar de sonhar com o futuro para desejar o retorno de um passado moldável ao bel-prazer da imaginação, porque toda memória, como idealização de um fato acontecido, nunca irá colidir com uma realidade diferente daquela imaginada. Nostalgias não frustram, tampouco incitam qualquer atitude no presente, tanto que elas consolam bem o espírito das elites e, portanto, devem ser evitadas por aqueles que aspiram transformações sociais.

Berman estava ciente das nostalgias que motivaram as críticas antimodernas, cada vez mais comuns desde o último terço do século XX. Como resposta, finaliza sua obra com um apelo por soluções modernas para os problemas da modernidade, afinal

> (...) a cultura do modernismo continuará a desenvolver novas visões e

> expressões de vida, pois as mesmas tendências econômicas e sociais que incessantemente transformam o mundo que nos rodeia, tanto para o bem como para o mal, também transformam as vidas interiores dos homens e das mulheres que ocupam esse mundo e o fazem caminhar. O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar (Berman, 2007, p. 410).

Por fim, a segunda ressalva alerta para o malefício de balizar a análise das questões sociais somente pelo viés ideológico, pois qualquer ideia desconectada das condições materiais de produção e reprodução está fadada ao aspecto discursivo. Evidenciando isso, aquela frase de Schwarz do início contrapõe uma lista de paradigmas que se sucederam no tempo contra uma única permanência dentre tantas: o latifúndio. Esse é o ponto principal do epílogo, o capítulo a seguir.

Assim, embora algumas melhorias sociais sejam inegáveis, nenhuma delas conseguiu abalar as condições de produção e reprodução social centradas na propriedade latifundiária, as quais foram estabelecidas pela colonização e adaptadas desde então como parte do projeto de manutenção de hegemonia das elites. Por vezes, as agendas oficiais progressistas ou mesmo os movimentos sociais sequer tentaram revolucionar essas estruturas, até porque, quando há tentativa, a repressão repete a violência coercitiva original, aquela dos colonizadores primeiro direcionada contra os indígenas americanos e contra os africanos escravizados.

Salienta-se, ademais, e finalmente, que a todo pessimismo calha a mensagem de *Morte e vida severina*, pois, quando Severino chega à cidade e lá encontra dificuldades impiedosas como a seca do sertão, ele é tomado pelo desespero. Porém nos últimos versos dessa poesia nasce uma criança e, com isso, a lógica se inverte, como no título, quando a vida persevera mesmo depois de muita morte:

> — Severino, retirante,
> deixe agora que lhe diga:
> eu não sei bem a resposta
> da pergunta que fazia,
> se não vale mais saltar
> fora da ponte e da vida;
> nem conheço essa resposta,
> se quer mesmo que lhe diga;
> é difícil de defender,
> só com palavras, a vida,
> ainda mais quando ela é
> esta que vê, severina;
> mas se responder não pude
> à pergunta que fazia,
> ela, a vida, a respondeu
> com sua presença viva.
> E não há melhor resposta
> que o espetáculo da vida:
> vê-la desfiar seu fio,
> que também se chama vida,
> ver a fábrica que ela mesma,
> teimosamente, se fabrica,
> vê-la brotar como há pouco
> em uma nova vida explodida;
> mesmo quando é assim pequena
> a explosão, como a ocorrida;
> mesmo quando é uma explosão
> como a de há pouco, franzina;
> mesmo quando é a explosão
> de uma vida severina.
> (Melo Neto, 2007, p. 132-133).

# 03

# UM EPÍLOGO SOBRE A FRAGMENTAÇÃO NA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

os abutres manejam candidamente o
cortador de unhas
a pátria corre com os pés descalços
os entranháveis cantam vomitam esperam
cada janela é uma trincheira
a tartaruga é vanguarda dos vaticinadores
e os vaticinadores estão tão afônicos que não
podem vaticinar
voltarão as loucuras vespertinas
mas aqueles que vaticinaram
esses
não voltarão
no entanto ninguém está na rua
a cidade de sol está vazia

Mario Benedetti (2021): *O aniversário de Juan Ángel*.

Tal como Clara previra, ganharam as eleições os mesmos de sempre, mas por uma diferença tão pequena que o país inteiro se alertou. Trueba considerou que era o momento de sair em defesa dos interesses da pátria e do Partido Conservador, uma vez que ninguém melhor do que ele poderia encarnar o político honesto e incorruptível, como ele próprio anunciava, acrescentando que se fizera por esforço próprio, dando trabalho e boas condições de vida a seus empregados, dono da única propriedade com casas de tijolo. Respeitava a lei, a pátria e a tradição, e ninguém poderia acusá-lo de nenhum delito maior do que escapar aos impostos.

Isabel Allende (2023): *A casa dos espíritos.*

Este trabalho não poderia terminar sem uma aproximação da temática da propriedade fundiária com o contexto brasileiro atual, sob a perspectiva do urbano. Com esse intuito, primeiro aprofundam-se os conceitos acerca das especificidades do Brasil no que diz respeito à conquista territorial colonizadora e seus desdobramentos socioeconômicos ao longo do século XIX. Em seguida, continua-se de onde o primeiro capítulo parou, isto é, o momento posterior à Grande Depressão de 1929, evento responsável por uma das crises da economia exportadora. A partir daí, se avança pelo decorrer do século XX, com a exposição dos efeitos da perpetuação da fragmentação institucional e espacial sobre a urbanização e o planejamento das cidades, com destaque final para as consequências atuais disso.

Como principal base teórica dessa abordagem, se analisa a tese de doutorado de Mori (1996), em que a autora situa as **condições materiais de produção como o suporte fundamental para a constituição histórica do espaço brasileiro e a reprodução da elite dominante**, ou seja, os latifundiários de sempre, representados analogamente na citação em epígrafe pelos abutres como Esteban Trueba.

Com esse princípio, as duas maiores contribuições de Mori à análise das dinâmicas coloniais, compreendidas nos capítulos anteriores sob as noções de avanço de fronteiras e de espaços fronteiriços, residem em (1) apontar a função primordial da fundação de vilas tanto para a oficialização quanto efetivação da conquista territorial e (2) como as condições materiais precárias, depois rotuladas de arcaicas, ensejaram a ocupação e interiorização do país (mesmo após à independência) e são intrínsecas ao modelo econômico exportador, o qual não exige conexões internas que permitiriam a formação de núcleos produtivos estáveis necessários ao mercado de consumo. Por isso, as regiões se fragmentam conforme divisões produtivas sem contato entre si, tendo em comum apenas a ligação com a metrópole.

As origens dessa tendência remontam às primeiras políticas colonizadoras de sesmarias centradas no latifúndio:

O movimento de expansão territorial da Colônia no primeiro século e meio pode ser entendido, assim, como uma sequência em que a partir da distribuição de sesmarias, o assentamento de povoados, a abertura das vias de comunicação, a incorporação oficial dos bairros ou povoados ao sistema, e os avanços para novas conquistas territoriais constituem um único processo, cujo controle ficava depositado nas mãos dos Concelhos. Marcos da dominação colonial e promotores da atividade de conquista e colonização, as vilas representavam, ao mesmo tempo, a base do poder institucional da camada social detentora da posse da terra (Mori, 1996, p. 38-39).

A formação de uma elite é inerente aos empreendimentos comerciais agroexportadores baseados na grande propriedade, portanto os latifundiários sempre conseguiram manter seu entorno sob controle de maneira a atender seus interesses imediatos, mesmo em momentos posteriores de maior enrijecimento das instâncias superiores ao poder local — por exemplo, quando a metrópole estabeleceu um sistema de controle da exploração na escala das capitanias hereditárias — nunca houve antagonismo entre poder local e metropolitano, porque ambos compartilhavam no latifúndio o elemento indispensável para a concretização de suas ambições.

A autora ainda discorre sobre a permanência dessa situação também durante o período imperial, a despeito da primeira implantação efetiva de um governo central e da formalização das províncias (antigas capitanias). Os municípios podem até ter deixado de corresponder a meros postos de con-

trole da administração metropolitana para integrarem a estrutura institucional do país, porém continuaram reféns da influência dos donos de terras por algumas razões.

A mais substancial delas é a insuficiência do sistema tributário, limitado à tributação dos produtos agrícolas vendidos ao comércio internacional e minguado pela avareza das elites, diante das imensas dívidas externas contraídas nas negociações de independência, incrementadas por cinco décadas de déficit na balança comercial e exacerbadas como consequência da Guerra do Paraguai. O orçamento estava em crise tão aguda a ponto de o pagamento de dívidas absorver 99% dos recursos provenientes da taxação, no período de 1881 a 1890, e 85% na década seguinte (Sodré, 1956, p. 262 apud Mori, 1996, p. 128-129).

Sem dinheiro algum para investimento no mínimo da manutenção da estrutura institucional das províncias, a autonomia constitucional delas e dos seus municípios esteve sempre em cheque. Na prática, portanto, os municípios ainda eram a base do poder político das elites locais, porque o único modus operandi possível para a administração diária dependia de acordos políticos com os latifundiários locais. O resultado é um poder municipal baseado no favor, na arbitrariedade e na



> (...) prática comum, e socialmente validada no período em questão, dos membros da Câmara darem um tratamento indistinto aos âmbitos público e privado; em outras palavras, a de seus funcionários terem sistematicamente imbricado seus próprios negócios naqueles do coletivo municipal (Mori, 1996, p. 61).

Em contrapartida, nenhum dos movimentos federalistas, em primeiro lugar, e republicanos, em segundo, pautou o problema econômico como causa da inocuidade administrativa do Império, dando preferência a discussões ideológicas. Para pôr em termos concretos, tanto a opção pelo regime monárquico e um governo unitário quanto sua destituição em favor de um governo republicano federalista tiveram o mesmo objetivo: a perpetuação da elite de origem colonial. Durante o processo de independência, a estratégia foi manter os territórios das colônias portuguesas unidos sob a monarquia, visando a manutenção da estrutura produtiva apoiada na escravidão. Após a abolição, a Proclamação da República estancou as mudanças estruturais que ameaçavam ganhar corpo, como a industrialização e a reforma agrária. Nas palavras da autora:

> O Federalismo constituiu um contra-movimento da elite ao processo de transformações pelas quais o país estava passando.
>
> Em um sentido mais imediato, ditado pelo quadro político do momento, visou o desarmamento de movimentos a favor de transformações da base econômica do país, em tomo dos quais se aglutinavam interesses diversos dos seus. Assegurou, por outro lado, condições de manobra para a preservação da estrutura produtiva, caso as referidas transformações da política nacional de fato se impusessem. Seu sentido mais abrangente foi, entretanto, o enfraquecimento do caráter unitário do Estado, evitando que a mudança do regime pudesse conduzir a um processo de unificação econômica efetiva do país, e, portanto, à eliminação dos entraves à acumulação. Na negação dos avanços havidos no processo de integração ao longo do Império, o movimento carregou as marcas de um recuo político em relação à efetivação de um projeto nacional (Mori, 1996, p. 133-134).

Estão claras as duas vias de atuação conservadora mais tomadas pelas elites em seu projeto de hegemonia nacional: o cerceamento do Estado e o bloqueio do pleno desenvolvimento das estruturas de produção capitalista, o que a autora chama de acumulação entravada. Consequentemente, se mantém a condição de fragmentação regional sob a constante reimposição da economia exportadora, em malefício a uma consolidação do mercado interno e, até mesmo, em contraste ao próprio sentido de União nacional.

Essa mesma dinâmica se repete em ciclos ao longo do século XX, como parte do empenho obstinado da elite dominante em garantir as condições de sua reprodução enquanto classe, o que aparece na epígrafe, quando Esteban resolve entrar para a política após resultados eleitorais acirrados. Essa é uma de algumas eleições presentes no enredo e, dentre elas, interessam os eventos ligados à última das eleições narradas, depois da qual tardou a acontecer de novo qualquer votação democrática. Vale mais um mosaico que, mesmo tematizando a história chilena por meio da literatura de *A casa dos espíritos*, delineia a tônica do andamento do capítulo.

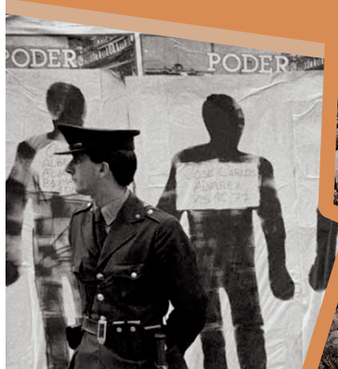
## 3.1. Do latifúndio colonial às cidades fragmentadas




*A casa dos espíritos*

O senador Trueba acompanhou a votação na sede de seu partido, com uma calma absoluta e bom humor, rindo de forma petulante, quando algum de seus homens se mostrava nervoso com o avanço indissimulável do candidato da oposição. Antecipando-se à vitória, rompera seu luto rigoroso, pondo uma rosa vermelha na lapela do paletó. Entrevistaram-no pela televisão, e todo o país pôde escutá-lo: "Ganharemos nós, os de sempre", declarou com sobriedade, e convidou a um brinde ao "defensor da democracia".

Logo se tornou evidente para todos que só um milagre mudaria o resultado que se esboçava ao longo do dia. Nas imponentes residências brancas, azuis e amarelas do Bairro Alto, começou um movimento de fechar janelas, trancar portas e retirar, apressadamente, as bandeiras e os retratos de seu candidato, pendurados antecipadamente nas varandas. Dos povoados da periferia e dos bairros operários, entretanto, saíram para a rua famílias inteiras, pais, filhos, avós, com suas roupas de domingo, caminhando alegremente em direção ao Centro. Levavam rádios portáteis para ouvir os últimos resultados. (...) Reuniram-se todos no Centro, gritando, a uma só voz, que o povo unido jamais será vencido. Agitaram seus lenços brancos e esperaram. À meia-noite, soube-se que a esquerda vencera.








O dia do Golpe Militar amanheceu ensolarado, o que era pouco usual na tímida primavera que despontava.

Só quando devolveram as concessões das minas às companhias norte-americanas, depois de três anos de nacionalização, é que algumas vozes se ergueram para retrucar que isso era o mesmo que oferecer a pátria embrulhada em celofane. Contudo, quando começaram a devolver aos antigos latifundiários as terras que a Reforma Agrária dividira, tranquilizaram-se: tinham voltado aos bons tempos. Compreenderam que só uma ditadura militar poderia agir com o peso da força e sem prestar contas a ninguém, para garantir seus privilégios, e, assim, deixaram de falar em política e aceitaram a ideia de que teriam o poder econômico, mas que os militares governariam.

Viu-se nascer uma nova e soberba classe social. Senhoras muito importantes, vestidas com roupas de outros lugares, exóticas e brilhantes como pirilampos à noite, pavoneavam-se nos centros de diversão de braços dados com os novos e soberbos economistas. Surgiu uma casta de militares que ocupou rapidamente os postos-chave.

Fecharam-se com tapumes os bairros pobres, ocultando-os dos olhos dos turistas e dos que não queriam ver. Numa noite surgiram nas avenidas, como que por encanto, jardins tratados e cobertos de flores, plantados pelos desempregados para criar a fantasia de uma primavera pacífica.



Diagrama 12
Fonte: Compilação do autor.

Em *A casa dos espíritos*, quando “os de sempre” se perceberam na inusitada situação em que perderam as rédeas do país, a quebra da certeza da vitória garantida por séculos causou um espanto paralisante e o silêncio dominou os casarões do Bairro Alto, enquanto nas ruas havia festa. No dia seguinte, o desespero tomou conta de parte da elite, pois passagens aéreas esgotaram e filas se formavam nos bancos de pessoas exigindo todo o dinheiro depositado. Porém, passado o choque inicial, começaram os movimentos por baixo dos panos para sabotagem do novo governo.

As tensões aumentavam a cada nova política econômica que buscasse transformar as estruturas produtivas, como a estatização das minas e a reforma agrária. O que para uns significava progresso, para as elites anunciava sua obsolescência social e a ruína das bases de seu poder. O golpe militar serviu para evitar isso, porque quando há tentativa de transformações profundas a repressão repete a violência coercitiva original, aquela utilizada para o estabelecimento da economia exportadora sustentada pelo latifúndio.

A única imprecisão de Allende foi considerar como nova a classe beneficiada pela ditadura, porque, na verdade, as senhoras de roupas exóticas e a prestigiada casta de militares representam o reforço das elites existentes há séculos, as quais foram esmiuçadas no capítulo anterior. Esteban pode até se sentir deslocado e ultrapassado perto dessa gente extravagante, mas ele pertence à mesma classe deles, por isso concordam como bons amigos quanto ao retorno das propriedades tomadas pela reforma agrária. Sem contar que o esdrúxulo senador-caudilho também tem seus símbolos classistas marcados por estrangeirismos, como quando resolveu construir sua casa seguindo o estilo “(...) dos novos palacetes da Europa e da América do Norte, com todas as comodidades, embora mantendo um estilo clássico. Desejava-a o mais distante possível da arquitetura local” (Allende, 2023, p. 115).

De qualquer maneira, se intenciona, neste mosaico, revisitar todo aquele conjunto de imaginários justapostos nos mosaicos anteriores — a terra arcaica, a propriedade fundiária, as modernizações, as violências, as espoliações, as desigualdades — para conectar tudo isso com uma das principais estratégias políticas para manutenção do status quo: o controle e a coação do Estado que, em última instância, evolui para regimes de exceção. Ao longo do século XX, essas intervenções políticas conservadoras foram recorrentes em toda a América Latina, inclusive no Brasil.

Aproveitando a deixa, retorna-se à tese de Mori, no tópico do texto em que ela cita seu orientador para determinar o caráter cíclico das "crises de reposição das condições de acumulação". Segundo Deák (1991 apud Mori, 1996, p. 179-181), os ciclos de desenvolvimento das forças produtivas brasileiras são regulados pelo esgotamento das possibilidades de se sustentar simultaneamente a expatriação de excedentes, própria da economia exportadora, e os fatores que garantem a continuidade da vida e da força de trabalho.

Desse modo, momentos de industrialização cumprem o papel de repor as condições da acumulação entravada, pois, logo que cumprem tal função, são interrompidos para impedir sua plena concretização. As elites exercem o poder de veto, restabelecendo os entraves fiscais, monetários e financeiros contrários à promoção industrial.

Começando pelo período industrializante da década de 30, durante o primeiro governo Vargas, o qual buscou resolver a crise decorrente da Grande Depressão de 1929. Para isso, a substituição de importações implica capacitar as forças produtivas nacionais, ao invés de depender do dinheiro adquirido com a exportação de produtos agropecuários para importar bens de consumo. Foi o marco histórico de uma primeira política nacional baseada num processo amplo de assalariamento e na eliminação de barreiras alfandegárias internas. Após o fim do Estado Novo, houve o desmonte das políticas intervencionistas, o que foi apoiado no discurso liberal do livre mercado e, sobretudo, da livre importação de bens, porém isso disfarçava a intenção de conservar o Brasil como um país “essencialmente agrário”, termo utilizado na ocasião.

Esse padrão veio se repetindo por todo século XX: na década de 50 a industrialização foi barrada por uma enorme abertura do mercado interno; na década de 60 o golpe militar preveniu o avanço dos movimentos a favor de maiores intervenções estatais e do combate das desigualdades estruturais do país; no fim da década de 70, em plena ditadura, o II Plano Nacional de Desenvolvimento foi abandonado sob acusações de “estatismo socialista” por “perseguir a industrialização a qualquer custo” (Mori, 1996, p. 188-189). Como um extra, cita-se o discurso de despedida do Senado do então presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, em meados da década de 90, no qual proferiu a intenção de exterminar o legado autárquico e intervencionista da Era Vargas (Cardoso, 1995, p. 10).

Mori atesta que a urbanização brasileira é produto direto desse processo cíclico de crises, respondidas com desenvolvimento produtivo nacional para restabelecimento das condições de acumulação, o que termina com a reimposição da economia exportadora. Isso porque parte do princípio de

que as cidades configuram um “produto coletivo privilegiado da sociedade”, por de uma só vez espacializarem a crescente socialização do modo de produção capitalista e da reprodução social, para defender que a urbanização resulta das políticas socioeconômicas de alcance nacional:

> O espaço urbano define a feição do espaço nacional ao passo mesmo em que interpreta e realiza as diretrizes políticas, econômicas e sociais da nação — sintetizadas em uma política de urbanização; isto é, no projeto, e também na prática de sua própria ordenação. Política de urbanização seja efetivamente formulada, seja decorrente, como que por inércia, ou acaso, de sua própria ausência. Por isso importa frisar aqui, ainda mais em vista do fato que a ideologia liberal leva a uma defesa (crescente) de enfoques “localistas” do tema, que a política de urbanização de um país é tema de abrangência nacional — é o espaço da nação que se urbaniza (Mori, 1996, p. 267).

Portanto, quando as políticas nacionais promoviam a estruturação do modo de produção capitalista, a indústria, a urbanização se orientava na efetivação delas na escala municipal, por meio criação das condições espaciais de infraestrutura e serviços condizentes com as necessidades produtivas. Em oposição, quando predomina a acumulação entravada, há “inércia” nas políticas urbanas, ainda que as cidades tenham continuado a se expandir em frenesi.

O espaço urbano foi se formando na concatenação das iniciativas antagônicas de ambas políticas econômicas, por conta da alternância cíclica já descrita, mas a este trabalho concerne mais entender a urbanização derivada da segunda das duas, aquela realizada sob anuência da elite latifundiária. O que caracteriza esses momentos de “ausência” de políticas para urbanização? Qual o resultado deles sobre as cidades?

*A* resposta à primeira pergunta se divide em dois níveis, sendo na escala nacional caracterizada por políticas regionais que, com o discurso de corrigir as desigualdades entre diferentes partes do país, apenas as reforça, uma vez que elas deixam o Estado

> (...) vulnerável à manipulação direta pela elite que, mesmo enfraquecida, ainda mantém suas bases regionais, e para quem, como já se disse, a manutenção dessas bases diferenciadas continua servindo ele arma precisamente no sentido ela invalidação ele políticas de abrangência nacional (Mori, 1996, p. 160).

O quadro institucional guiado pelo regionalismo preserva a fragmentação do espaço nacional, o que leva ao segundo nível da resposta, porque, na escala local, os municípios funcionam como as vilas coloniais: servem de base do poder secular dos latifundiários que, em meio à “inércia” das políticas urbanizadoras, podem fazer valer suas vontades. Para a autora, essa permanência arcaica resume os fundamentos do municipalismo, um movimento político-ideológico atendido por **todas** as Constituições brasileiras:

> Os diversos textos constitucionais se repetiram uns aos outros no tratamento dos municípios como de entidades políticas autônomas — as entidades federadas de terceiro grau — transmitindo a falsa noção de um país que é uma federação de municípios autônomos. Contribuindo, na prática, para a perpetuação da forma histórica de utilização dos quadros municipais como instrumentos de barganha, através das alianças entre seus representantes e aqueles dos governos dos estados e do próprio governo da União (Mori, 1996, p. 271).

Posto isso, qual o resultado sobre o espaço urbano de um projeto de nação fragmentada? *A* resposta é simples: também as cidades se fragmentam. Nesses moldes, o limite máximo da unidade de planejamento advém do tamanho das glebas rurais próximas ao tecido urbano, afinal cada loteamento termina por obedecer a um traçado viário próprio, determinado por estilos variados e à guisa de obtenção de lucros. Os múltiplos fragmentos se aglutinam com o tempo em um “simulacro de tecido urbano”, no qual o desenho do todo surge das conexões minimamente viáveis entre as partes (Mori, 1996, p. 252-253).

Subjacente a essa forma de condução da expansão urbana, está o fato das elites latifundiárias terem encontrado no mercado imobiliário e fundiário mais um tipo de acumulação entravada, outro que não exige a transformação das estruturas produtivas e, de quebra, proporciona uma via de valorização das propriedades rurais ociosas por meio da conversão à terra urbana.

## 3.2. *A* produção sistemática do “caos” urbano

Se os loteamentos legais consolidam um novo negócio para as antigas elites proprietárias, então a produção do espaço urbano informal e até mesmo ilegal, por sua vez, reinventa a acumulação primitiva da conquista territorial, o que também constitui elemento essencial da urbanização sob as

estruturas sociais baseadas na expatriação do excedente e, portanto, está perfeitamente alinhado com o projeto nacional conduzido por séculos e ainda vigente.

O ponto central em torno do qual a afirmação anterior foi construída consiste na importância da difusão do assalariamento como um dos principais requisitos para a consolidação das bases produtivas capitalistas, tanto quanto para o avanço do crescimento urbano: "E foi somente nos meados deste século [XX] que a integração econômica, movida pela generalização do trabalho assalariado, atingiu um nível tal que a urbanização pudesse se impor ao país como um processo de escala nacional" (Mori, 1996, p. 179).

Por esse exato motivo, os latifundiários resistiram ao emprego de relações de trabalho mediadas pelo salário de maneira a impor mais um entrave à acumulação. Por ocasião da abolição da escravidão, cabe lembrar, adotaram relações não-capitalistas viabilizadas pela restrição de acesso à terra. Assim, os diversos modelos de colonato se espalharam durante o século XIX como estratégia de conservar a economia colonial (Martins, 1979).

Tudo isso, somado ao apresentado no tópico anterior, parece corroborar uma visão de um setor arcaico dominante em luta contra um setor moderno vanguardista. Oliveira (2015) discorda veementemente dessa dualidade, pois entende que a moderna economia industrial se beneficia dos vínculos não-capitalistas de trabalho. Para ele, isso também acontece no meio urbano, no qual a informalidade funciona como meio de intensificar a exploração e maximizar a concentração de renda.

Como exemplos disso, indica a comercialização por ambulantes de produtos industrializados de baixa complexidade e a proliferação de pequenas oficinas automobilísticas, os quais cumprem serviços cruciais às suas respectivas indústrias, sem que elas tenham de pagar por essa mão de obra (Oliveira, 2015, posição 450).

Independente da escolha entre uma interpretação pelo dualismo ou pela simbiose — porque há até quem defenda um meio termo em que ambas tem respaldo na realidade, como entende Glade (2002) — existe um aspecto inegavelmente compartilhado pelo arcaico e o moderno, assim como pela informalidade e o assalariamento: a exploração do trabalho. Por isso, de toda forma, a exacerbação da exploração desempenhou um papel notável na urbanização brasileira:

> Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras — para falar apenas do nosso universo — não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde **as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades**. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir "anarquia" com caos; o "anárquico" do crescimento urbano não é "caótico" em relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 1930, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de "acumulação primitiva". Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o "mutirão". **Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho** — de que os gastos com habitação são um componente importante — e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas (Oliveira, 2015, posição 461-465, grifos nossos).

Em paralelo, Maricato (2007) enxerga o processo de urbanização brasileira pela lente da propriedade do lote, porque essa é a maior garantia de permanência no local. Nesse sentido, a desigualdade e a precariedade do espaço urbano são fruto da apropriação do solo irregular ou ilegal, seja por parte de favelas ou de loteamentos irregulares. A autora entende isso como parte estrutural da urbanização, o que se divide em três aspectos principais que funcionam como amarração dos conceitos anteriores em torno da propriedade da terra. No primeiro, concorda com Oliveira sobre a ligação entre os baixos salários com a exclusão da maioria da população do mercado formal de moradia, o que estimula as ocupações irregulares e a autoconstrução de maneira intencional, em favor do aumento dos lucros dos patrões.

Nos dois aspectos seguintes, estabelece conexão com a tese de Mori, porque mira na responsabilidade da atuação do poder público municipal guiado pelo esforço das elites em fortalecer o mercado imobiliário e fundiário. Portanto, as prefeituras priorizam a construção de obras de infraestrutura de acordo com essa lógica de reforço das desigualdades. Segundo a autora: "A valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias é o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos especialmente na área dos transportes" (Maricato, 2007, p. 3).

O terceiro aspecto foca na aplicação arbitrária da lei como parte da herança colonial das cidades: "A lei se aplica conforme as circunstâncias numa sociedade marcada pelas relações de favor e privilégios" (Maricato, 2007, p. 5). A autora dá como exemplos de arbitrariedade a tolerância seletiva

da irregularidade e da ilegalidade, as quais são aceitas desde que estejam em áreas desvalorizadas, as de menor interesse do mercado; também cita as dificuldades de aplicação de instrumentos urbanísticos voltados para o combate da especulação imobiliária, como o IPTU progressivo no tempo.

Antes de concluir, aborda-se uma das feições contemporâneas das cidades produzidas nesses termos, com base em artigo de Pietro e Uerdi (2023). O autor e a autora acompanharam o cotidiano de uma favela da Zona Leste de São Paulo, à qual dão um nome fictício por questões de privacidade e segurança. Convém reproduzir um pedaço do relato:

> As *tretas* na Boa Esperança e na Uila da Uitória são produto das **relações e tensões entre o crime** (a ética do Comando e a estabilidade financeira dos ladrões), **as igrejas** (o governo das moralidades e as disputas entre os fiéis/católicos e os crentes/evangélicos), **a regularização fundiária** (operada por assessorias técnicas e empresas privadas nos descaminhos entre remoções e venda de mercadorias fundiárias) **e as associações de moradores** (em suas práticas políticas frente à produção social do espaço urbano e sua redução ao assistencialismo ou fachada para o crime, partidos políticos, ONGs ou empresas). Essa constelação de sujeitos/grupos/instituições produz, a partir de coerção e consensos — provisórios e enfeixados de conflitos e compartilhamento de hegemonias —, novas camadas de disputa pela ordem, que se concretiza em diferentes práticas socioespaciais e processos de produção do espaço (Pietro; Uerdi, 2023, p. 59-60, grifos nossos).

A partir desse caso, elaboram a tese de uma hegemonia compartilhada entre uma variedade de agentes, em que a problemática fundiária está no centro das disputas. Em grande parte, a atualidade neoliberal reforça as antigas dinâmicas de urbanização, porque se antes a produção informal da residência desonerava os patrões de pagar os custo de moradia como parte do salário, agora a  insegurança fundiária da população vulnerável se torna condição necessária para a expansão de um mercado híbrido que articula legalidade e ilegalidade.

Os dois principais operadores desse mercado são, primeiro, o crime organizado, que utiliza o mercado imobiliário e fundiário para lavagem de dinheiro e diversificação de seus negócios, e, segundo, as empresas privadas de regularização, que capitalizam a precariedade:

> (...) a regularização fundiária cria as condições para a transformação de "ativos mortos" em capital, sendo, portanto, um grande mecanismo propulsor de desenvolvimento. A empresa investe em um modelo de negócio que envolveria a descoberta de uma grande oportunidade de expansão de mercado na base da pirâmide social: pagamento de impostos, mercantilização da propriedade privada e entrada de enormes frações de território no mercado imobiliário (Pietro; Uerdi, 2023, p. 66).

Enfim, conclui-se que as cidades fragmentadas e desiguais estão longe de serem resultado de algum caos institucional ou administrativo. Na verdade, os espaços urbanos são conformados com exatidão, executando à risca o plano da elite nacional que se empenha na perpetuação de si própria em detrimento do resto da sociedade. Tudo isso evidencia como as cidades têm sido um terreno fértil para a reinvenção da acumulação primitiva.

## 3.3. Uma poesia a um futuro possível

Com a intenção de deixar uma última mensagem, realiza-se uma breve apreciação de *O aniversário de Juan Ángel*, uma poesia que também apareceu em epígrafe no começo do capítulo. A história narra a vida de Osvaldo Puente, da infância à maturidade, ainda que sem pausas nem transições. É uma jornada de transformação perigosa, porque o ponto de partida é a inação da classe média ante o regime ditatorial, cenário em que a família do protagonista compõe um curioso conjunto de figuras de animais presos nas próprias discussões vazias, em superficialidades materialistas ou em nostalgias idealistas.

O flamingo "simplesmente carece de malícia profissional para emendar seu desconcerto e crê que a piedade está convocada para substituir a mais-valia" (Benedetti, 2021, p. 43). Ela afirma não entender de nada, aceita a doutrinação das boutiques, das propriedades, da "santíssima trindade da pepsicola".

Enquanto a hiena vive de ressentimentos com o presente, o leão revive as memórias onde enxerga a verdade absoluta que, porém, foi perdida com o tempo: "seu passado é um farol só que está apagado / porém ele vive recordando o que esse feixe de fogo iluminava" (Benedetti, 2021, p. 44).

De todos, o coruja parece ter evoluído um pouco, ainda que apenas tenha trocado a ordem das palavras "trabalho e capital" durante seus discursos, porque antes "dizia capital e trabalho / para o velho a mudança de estruturas é uma inversão semântica" (Benedetti, 2021, p. 42).

Algum desses familiares, no fim, é má gente? Eles têm seus defeitos e vi-

vem de suas letargias, mas todos rezam, perdoam, falsificam, bendizem, repreendem, “sempre de acordo com deus e com o estatuto” (Benedetti, 2021, p. 45), portanto, completando o sarcasmo o autor escreve: “em última instância haveria que se reconhecer que ninguém é má gente” (idem).

Além da família, outro personagem influencia na formação do jovem Osvaldo com uma opinião contundente:

> olha sapateiros como eu não temos tempo
> de pensar entre taco e taco
> o importante é que advirtas que o mundo é
> fodida mas irremediavelmente injusto
> o importante é não rezar livrai-nos de todo mal
> ninguém se livra
>
> pelo menos ninguém se livra matriculando-se em
> humanidades
> nem tomando diuréticos nas segundas
> nem se mudando para o cemitério
> nem aprendendo alquimia por correspondência
> nem abrindo em sonhos as dóceis pernas da
> miss universo
> nem escrevendo uma ode sobre kennedy ou outros
> cabras igualmente simpáticos
> nem regando os cardos com ternura
> nem se agradando com psicodélicos
> nem se vacinando contra o pólio
> nem fornicando num sábado de glória
>
> não há possível exorcismo
> ninguém se livra
> a única forma é assumir o mal
> digerir o mal
> e até ajudá-lo com um bom laxante
> as bruxas de salém como é óbvio
> são um caso de constipação coletiva
> (Benedetti, 2021, p. 35-36).

Com isso, ele se torna um adulto nada diferente dos parentes, pois se vê prostrado na típica rotina de ir de casa ao trabalho e do trabalho retornar para casa:

> porque ainda daqui da rua daqui do ar livre sei
> que também estou dentro oportunamente
> condicionado no ar-condicionado
> tabulando ritmicamente meus cartões
> eu também como subalterno hemácia do
> monstro
> eu também incapaz de perturbá-lo
> eu também perturbado
>
> (Benedetti, 2021, p. 54).

Porém, cada pequena deriva e grande solavanco contribuíram para direcioná-lo a um novo rumo, no qual, impelido a lutar contra a ditadura, Osvaldo abandona a vida normal e se junta a uma guerrilha. A partir de então recebe o codinome Juan Ángel e, apoiado numa resolução radical, passa a discordar da desesperança do sapateiro:

> agora eu teria elementos para lhe dizer que
> há possível conjuro
> que a revolução é depois de tudo um
> aceitável exorcismo
> que admitir ou anunciar que ninguém se livra é
> um pobre edital da misantropia
> que é mais justo dizer por exemplo se não há
> pátria para todos não haverá pátria para
> nenhum
>
> (Benedetti, 2021, p. 114-115).

Assim, o trabalho não encerra com resignação perante a história repetida com obstinação, mas com a inspiração da poesia que se recusa ao pessimismo e defende uma convicção irremediável: a de que lutar contra a opressão das classes reacionárias vale pela esperança de um futuro melhor. Um futuro que deve ser construído pela escolha de viver em busca dos sonhos — mesmo que seja uma “vida severina”, em sua explosão franzina e teimosa, para relembrar Melo Neto —, o que constitui, em si, o mais radical ato de persistência.

# APÊNDICES

## Diagrama 03 (p. 50-51)

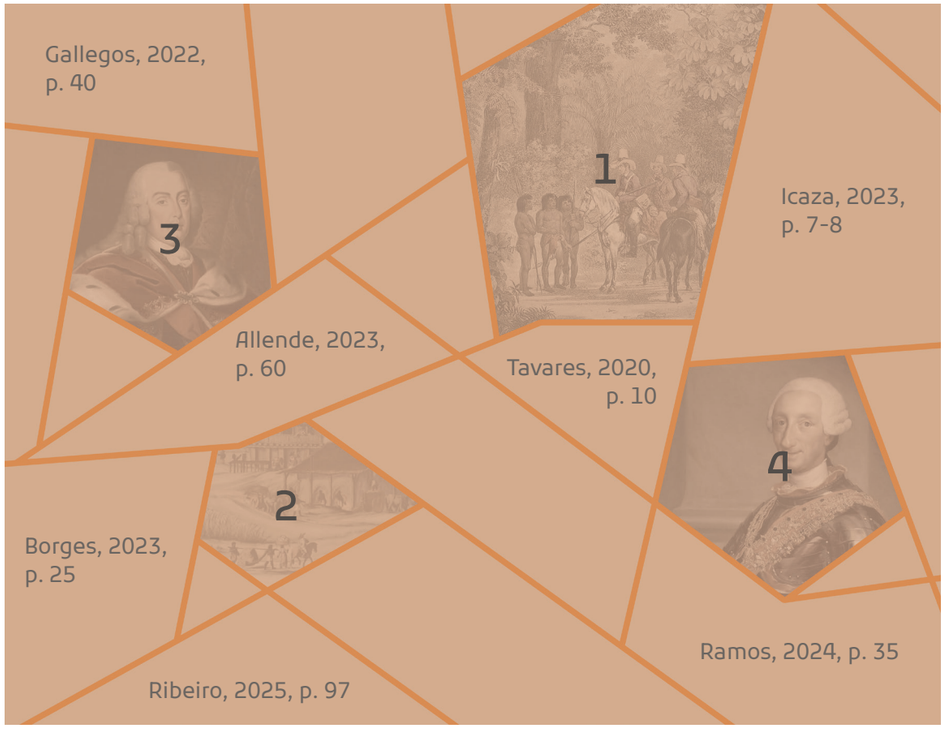






Imagem 1: Gravura cujo título em francês se traduz como "Encontro de índios com viajantes europeus".

Autoria: Rugendas, 1827.

Fonte: Brasiliana Iconográfica, 2017.



Imagem 2: Ilustração do Engenho de Itamaracá para mapa do teólogo holandês Gaspar Barleus. Na parte inferior, um comboio chega de viagem.

Autoria Frans Post, 1647. Fonte: Domingues, 2016.



Imagem 3: Retrato de D. José I, o Reformador. Reinou Portugal de 1750 até 1777 e teve o Marquês de Pombal como secretário de Estado.

Autoria: Miguel António do Amaral, 1773.

Fonte: Hermitage Museum, [S. D.].



Imagem 4: Retrato de Carlos III. Reinou a Espanha de 1759 até 1788. Assim como D. José I e Marquês de Pombal, foi um déspota esclarecido.

Autoria: Antonio Rafael Mengs, 1767.

Fonte: Museo del Prado, 2015.

## Diagrama 04 (p. 56-57)

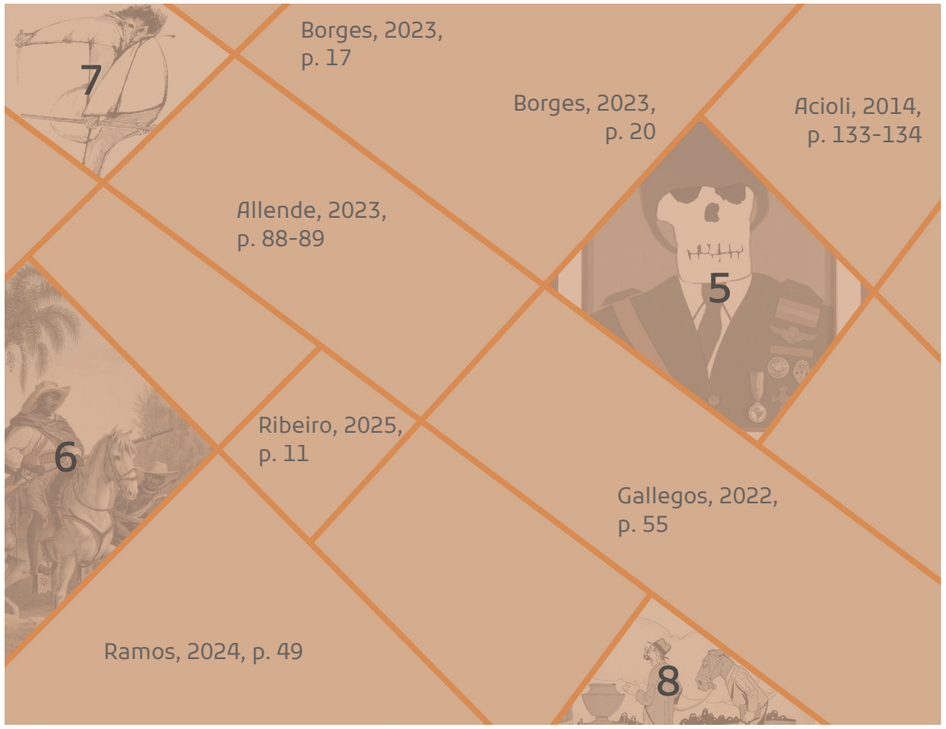






Imagem 5: Pintura-objeto intitulada "O herói". Critica e ironiza o regime militar brasileiro (1964-1985).

Autoria: Anna Maria Maiolino, 1966/2000.

Fonte: MASP, 2017.







Imagem 6: Capitão do Mato.

Autoria: Rugendas, 1835.

Fonte: Itaú Cultural, 2024.



Imagem 7: O jagunço.

Autoria: Aldemir Martins, 1976.

Fonte: MASP, 2017.




Imagem 8: Charge intitulada "As próximas eleições... de cabresto", publicada na revista Careta.

Autoria: Storni, 1927.

Fonte: Domingues, 2022.

## Diagrama 05 (p. 64-66)

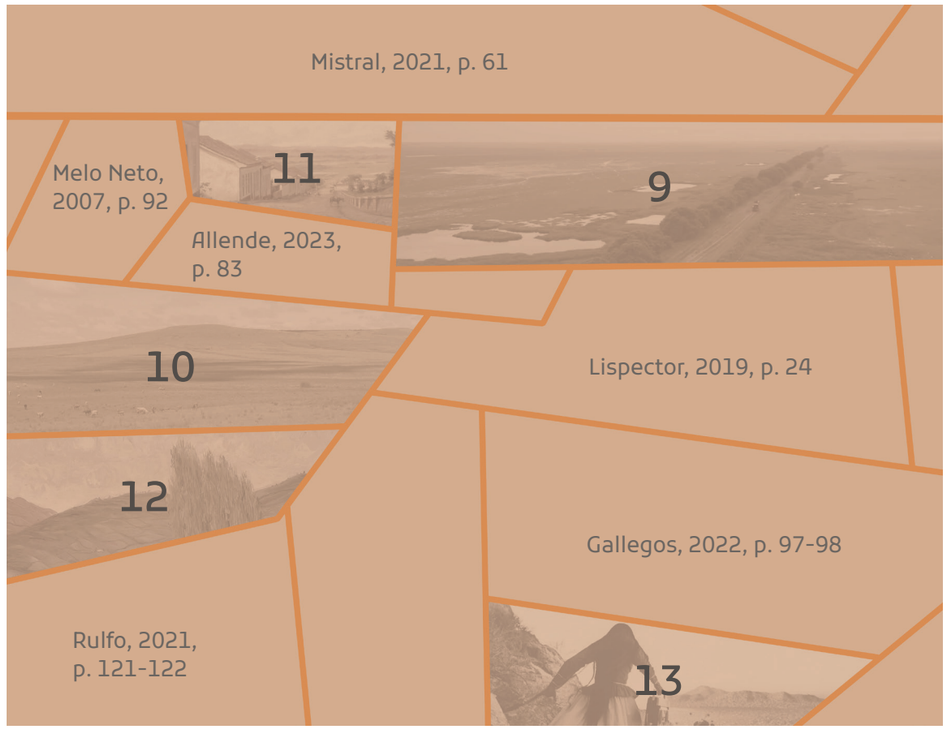





Imagem 9: Os *llanos* venezuelanos.

Autoria e Fonte: Diaz, 2025.



Imagem 10: Pampa próximo a Quaraí (RS).

Autoria: Fabio Olmos, [S. D.].

Fonte: O Eco, 2020.





Imagem 11: Pintura da Ladeira do Colégio (atual Ladeira General Carneiro), baseada em foto de Militão de Azevedo, 1862.

Autoria: Benedito Calixto de Jesus, década de 1910.

Fonte: Museu do Ipiranga — USP, [S. D.].



Imagem 12: Pintura de paisagem andina.

Autoria: Macedonia de la Torre, 1952.

Fonte: Tord, [S. D.].



Imagem 13: Fotografia de indígena em deserto mexicano.

Autoria: Graciela Iturbide, 1979/2014.

Fonte: National Museum of Women in the Arts, [S. D.].

## Diagrama 06 (p. 70-71)

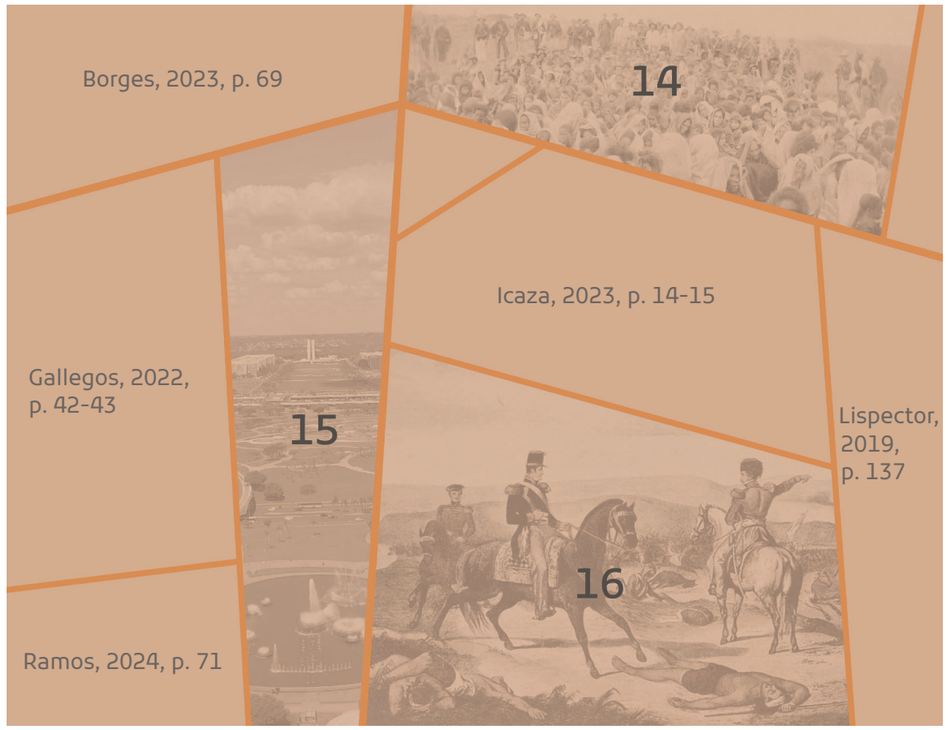





Imagem 14: Fotografia de mulheres e crianças aprisionadas após a derrota de Canudos.

Autoria: Flávio de Barros, 1897.

Fonte: Apartes, 2013.




Imagem 15: Fotografia do Eixo Monumental em Brasília, nova capital construída sob pretexto de interiorização.

Autoria: Luiz Henrique Rodrigues de Sá, 2023.

Fonte: Acervo próprio.

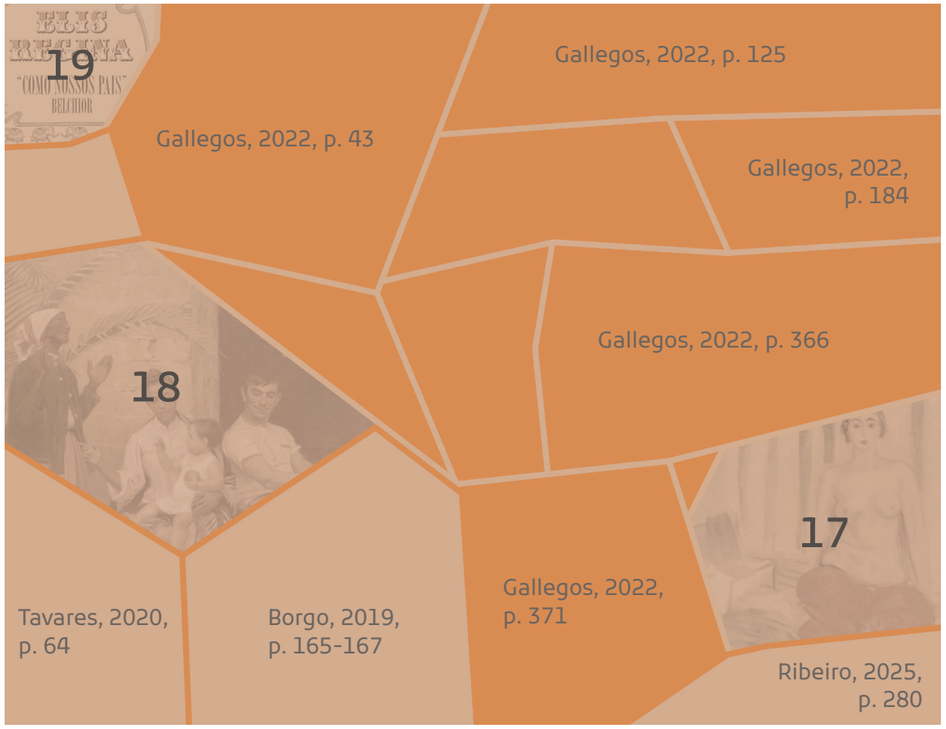



Imagem 16: Pintura sobre a Campanha do Deserto, expedição militar de conquista do território indígena no Pampa e na Patagônia.

Autoria: Calixto Tagliabúe, 1833.

Fonte: Wikimedia, 2013.

## Diagrama 07 (p. 76-77)



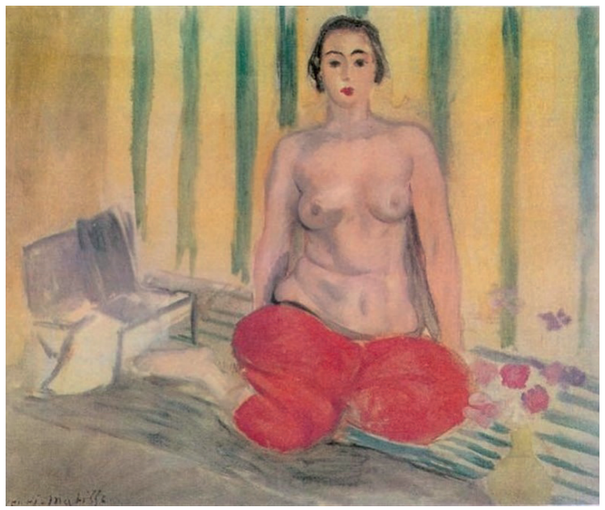



Imagem 17: Pintura de Odalisca comprada pelo governo venezuelano em 1981. Foi furtada após enchentes em 1999, sendo encontrada apenas em 2013 nos Estados Unidos. Nesse momento tornou-se símbolo de recuperação cultural do país, durante as tentativas de reaver a obra (Aires; Lannes, 2022, p. 7).

Autoria: Henri Matisse, 1925.

Fonte: Alba Ciudad, 2019.







Imagem 18: Pintura intitulada "A redenção de Cam". Põe a esperança de progresso do Brasil pós-Abolição no embranquecimento da nação.

Autoria: Modesto Brocos, 1895.

Fonte: Roncolato, 2018.




Imagem 19: Capa da música "Como nossos pais". O refrão fala por si: "Ainda somos os mesmos / E vivemos / Como os nossos pais".

Autoria: Belchior, 1976.

Fonte: Youtube Music, 2021.

## Diagrama 08 (p. 82-83)

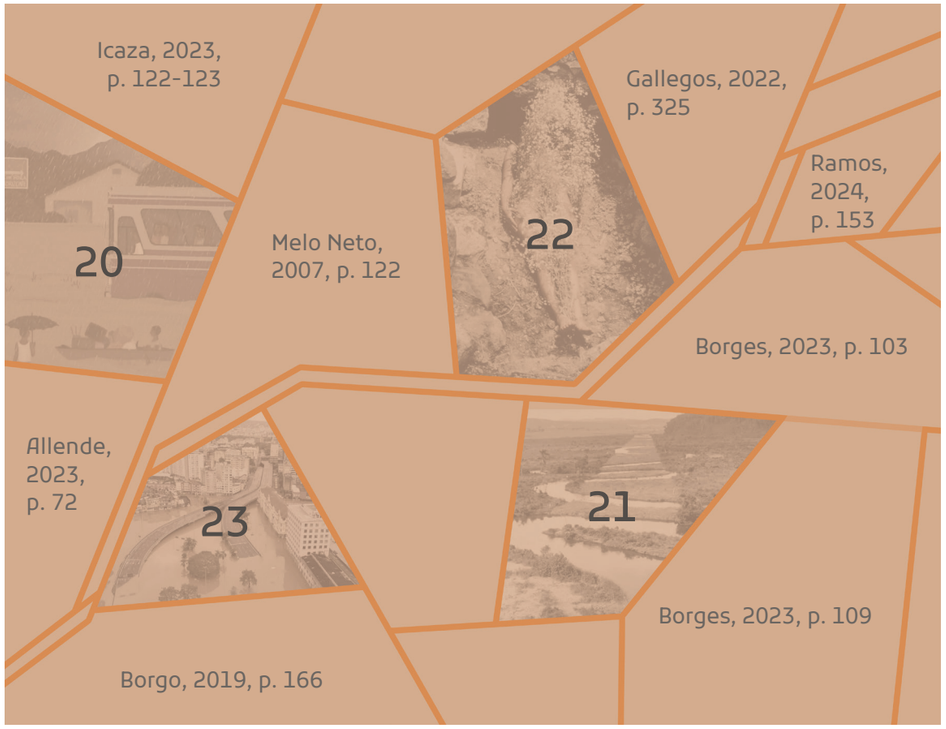





Imagem 20: Pintura intitulada "Enchente", de um artista que, por ironia do destino, faleceu durante alagamento do Beco do Batman, em janeiro de 2025.

Autoria: Rodolpho Tamanini Netto, 2008.

Fonte: Metrópoles, 2025.



Imagem 21: Fotografia do rio Pinheiros demarcado para retificação.

Autoria: Desconhecido.

Fonte: Sesc SP, 2023.





Imagem 22: Fotografia da artista deitada dentro de uma tumba no sítio arqueológico de Yagul em Oxaca, México. Tematiza a morte e a retomada da natureza.

Autoria: Ana Mendieta, 1973.

Fonte: SFMOMA, [S. D.].



Imagem 23: Fotografia de área alagada em Porto Alegre (RS) após enchente do Guaíba.

Autoria: EFE/Isaac Fontana, 2024.

Fonte: Gazeta do Povo, 2024.

## Diagrama 09 (p. 86-87)

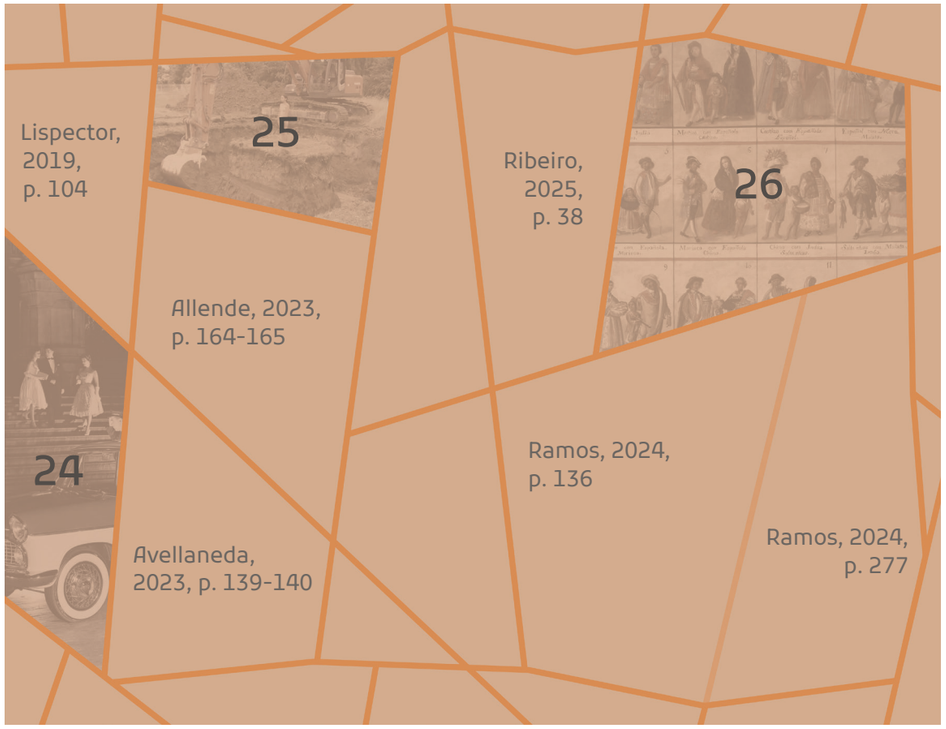





Imagem 24: Fotografia da elite em frente ao Teatro Municipal de São Paulo.

Autoria: Milan Alram, 1959.

Fonte: MASP, [S. D.].



Imagem 25: Videoperformance em que a artista cria uma oposição de uma força violentadora (escavadeira) contra uma condição vulnerável (o próprio corpo nu). Também refere-se às valas comuns da ditadura.

Autoria: Regina José Galindo, 2013

Fonte: SUBTE, 2019.




Imagem 26: Sistema de castas no México, séc. XVIII.

Autoria: Desconhecido.

Fonte: Wikimedia, 2011.

## Diagrama 10 (p. 96-97)

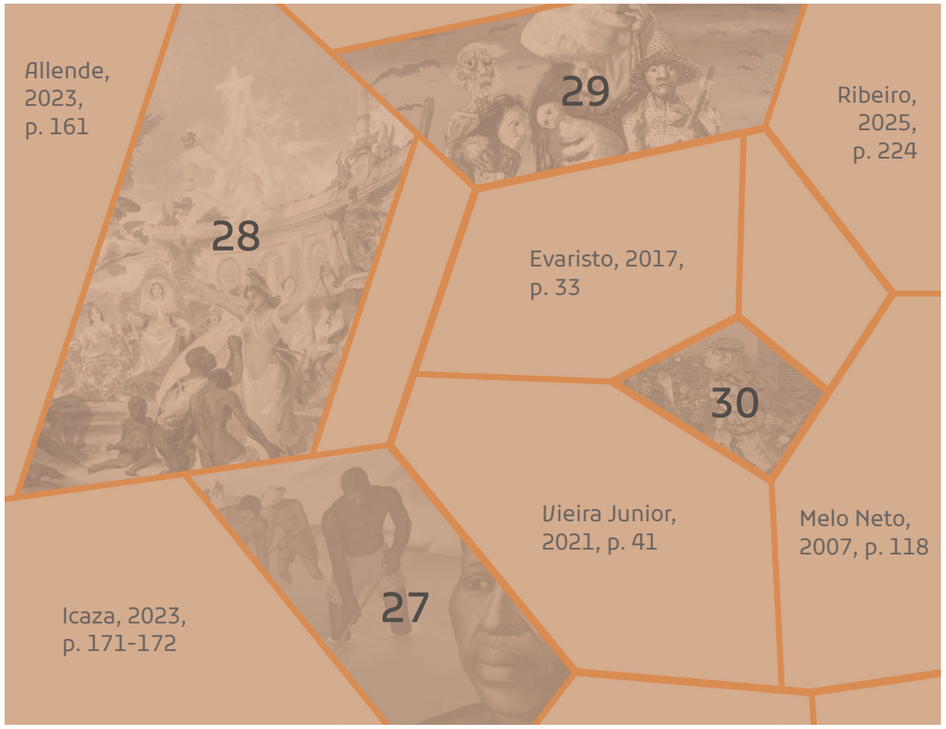





Imagem 27: Trabalhadores.

Autoria: Tarsila do Amaral, 1938.

Fonte: MASP, 2019.



Imagem 28: Pintura de alegoria sobre a Abolição da Escravidão no Brasil.

Autoria: Pedro Américo, 1889. Fonte: ABRA, 2023.



Imagem 29: Retirantes.

Autoria: Portinari, 1944.

Fonte: MASP, 2020.



Imagem 30: *Juanito va a la ciudad*.

Autoria: Antonio Berni, 1961.

Fonte: 3 minutos de arte, [S. D.].

## Diagrama 11 (p. 104-105)

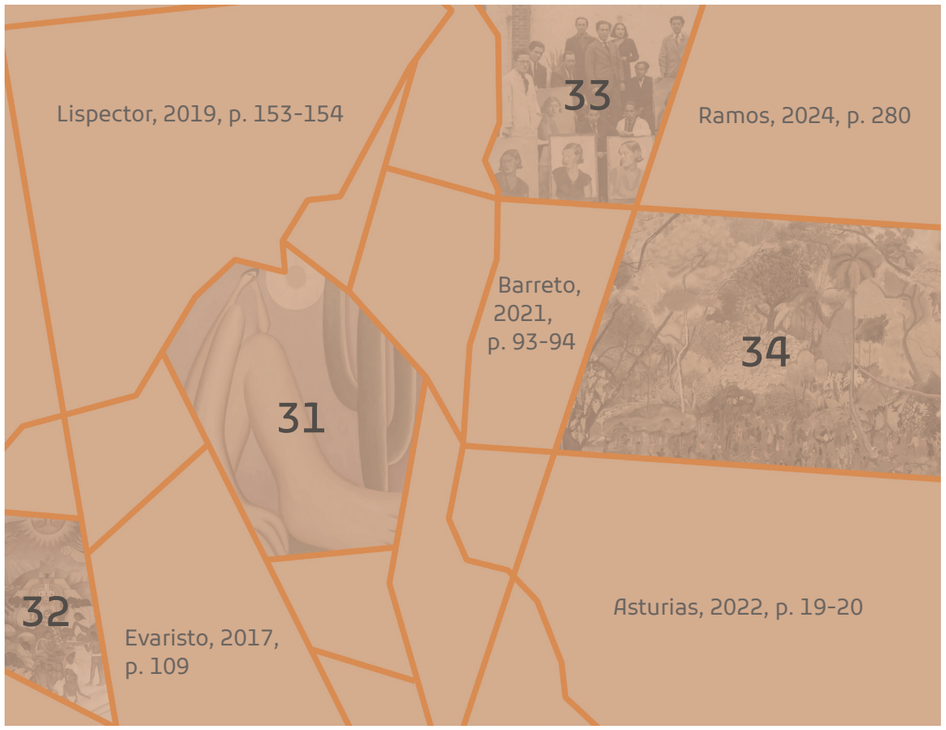





Imagem 31: Abaporu, obra símbolo do Manifesto Antropofágico, que propunha "comer" a cultura estrangeira para depois criar um mexido inédito com o conhecimento nacional.

Autoria: Tarsila do Amaral, 1928.

Fonte: Veja SP, 2019.







Imagem 32: Mural da parede norte do Palácio Nacional do México. Tematiza os Astecas.

Autoria: Diego Riviera, 1929.

Fonte: Smarthistory, 2020.



Imagem 33: Fotografia de José Sabogal e uma de suas turmas. Foi responsável por transformar o ensino artístico no Peru, defendendo o indigenismo e criticando os modelos europeus.

Autoria: Desconhecido.

Fonte: Viajes Machu Picchu, 2025.



Imagem 34: Pintura intitulada "Venha dançar — convidou a natureza gentilmente".

Autoria: Hulda Guzmán, 2019/2020. Fonte: MASP, 2025.

## Diagrama 12 (p. 116-117)

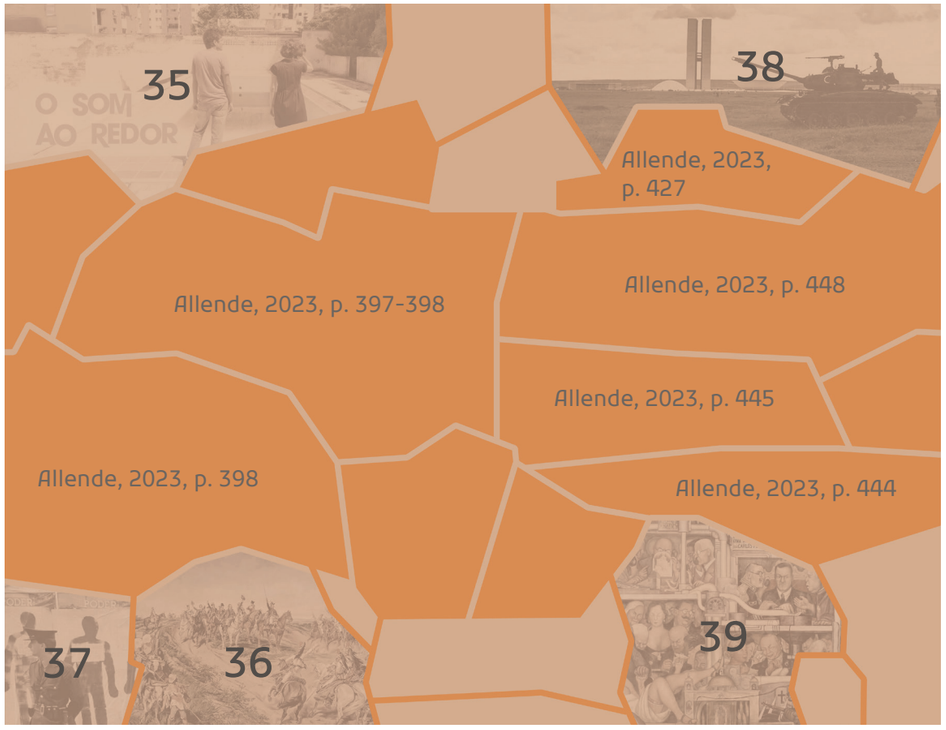






Imagem 35: Imagem do filme "O som ao redor". Um dos personagens é um latifundiário cuja propriedade rural decaiu e, por isso, encontra salvação no mercado imobiliário.

Direção: Kleber Mendonça Filho, 2013

Fonte: Prime Video, [S. D.].



Imagem 36: Pintura figurativa da Independência do Brasil.

Autoria: Pedro Américo, 1888.

Fonte: Museu do Ipiranga — USP, [S. D.].

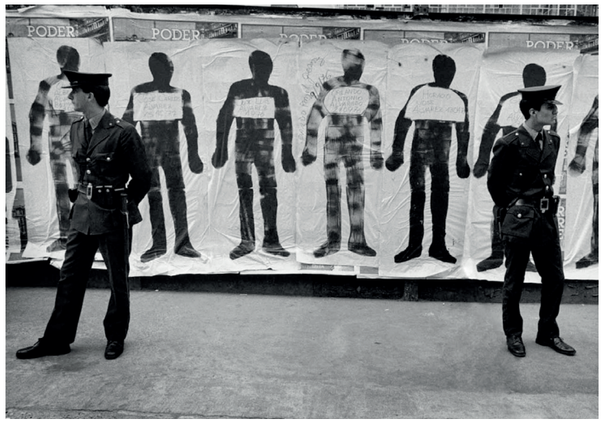



Imagem 37: Fotografia do "Silhuetaço", um protesto contra os desaparecidos da ditadura militar argentina.

Autoria: Eduardo Gil, 1983.

Fonte: MUAC, 2013.



Imagem 38: Tanque do Exército em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, no golpe de 1964.

Autoria: Desconhecido.

Fonte: Nexo, 2019.




Imagem 39: Mural da parede sul do Palácio Nacional do México. Representa trabalhadores rurais e urbanos, opressão contra as massas, os poderes sociais negativos e, acima destes, Karl Marx aponta o caminho.

Autoria: Diego Riviera, 1935.

Fonte: Smarthistory, 2020.

# REFERÊNCIAS

## Bibliografia


ACIOLI, Socorro. **A cabeça do santo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AIRES, André; LANNES, Paulo. Brutal modernidade em uma certa Venezuela. In: GALLEGOS, Rómulo. **Dona Bárbara**. São Paulo: Pinard, 2022.

ALLENDE, Isabel. **A Casa dos Espíritos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

ASTURIAS, Miguel Ángel. **Homens de milho**. São Paulo: Pinard, 2022.

AVELLANEDA, Gertrudis Gómez de. **Sab**. São Paulo: Pinard, 2023.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

BAUER, Arnold. A América Espanhola Rural, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2002. v. 4, Cap. 5. p. 209-246.

BENEDETTI, Mario. **O aniversário de Juan Ángel**. São Paulo: Pinard, 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, Jorge Guillermo. **O Caudilho**. São Paulo: Pinard, 2023.

BORGO, Karina Sainz. **Noite em Caracas**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de despedida do Senado Federal**: filosofia e diretrizes de governo. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal-1994. Acesso em: 13 nov. 2025.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 206–219, 2012. DOI: 10.35699/2238-2046.15454. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454. Acesso em: 15 jul. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019, edição ebook.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GALLEGOS, Rómulo. **Dona Bárbara**. São Paulo: Pinard, 2022.

GLADE, William. A América Latina e a Economia Internacional, 1870-1914. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2002. v. 4, Cap. 1. p. 21-82.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, edição ebook. Cap. 11. p. 404-437.

ICAZA, Jorge. **Huasipungo**. São Paulo: Pinard, 2023.

KUNTZ, Rolf. Locke, liberdade, igualdade e propriedade. In: QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Claudio; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). **Clássicos do pensamento político**. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 91-120.

LISPECTOR, Clarice. **A cidade sitiad**a. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. Cap. 1 e 2. p. 15-88.

MARICATO, Erminia. **A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades**. 2007. Disponível em: https://www.labhab.fau.usp.br/publicacoes/a-terra-e-um-no-na-sociedade-brasileira-tambem-nas-cidades/. Acesso em: 8 nov. 2025.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, edição ebook. Cap. 24. p. 896-947.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 89-134.

MICHAUD, Philippe-Alain. **Aby Warburg e a imagem em movimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: Museu de Arte do Rio, 2013. Mnemosyne I. p. 293-318.

MISTRAL, Gabriela. Paisagens da Patagônia. In: MISTRAL, Gabriela. **A mulher forte e outros poemas**. São Paulo: Pinard, 2021. p. 60-65.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, Manuel John (org.). **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996. p. 143-154.

MORI, Klára Kaiser. **Brasil**: urbanização e fronteiras. 1996. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Pós Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2015, edição ebook. 1548 posições.

PRIETO, Gustavo; VERDI, Elisa Favaro. Irmãos na Terra Prometida: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, n. 85, p. 55–73, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i85p55-73. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/article/view/215451. Acesso em: 8 nov. 2025.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2024.

RIBEIRO, Fernanda Teixeira. **Cantagalo**. São Paulo: Todavia, 2025.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2011, edição ebook. p. 42-63.

RULFO, Juan. Luvina. In: RULFO, Juan. **Chão em chamas**. Rio de Janeiro: José

Olympio, 2021.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A População da América Latina, 1850-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2002. v. 4, Cap. 4. p. 175-208.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin-Companhia, 2014, edição ebook. 2324 posições.

SOUZA, Susana Bleil de. Propriedade Rural na América Latina: A Fronteira Uruguaio-rio-grandense no Século XVIII. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, Manuel John (org.). **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996. p. 357-368.

TAVARES, Rodrigo. **Ainda que a terra se abra**. Porto Alegre: Taverna, 2020, edição ebook.

THORP, Rosemary. A América Latina e a Economia Internacional, da Primeira Guerra Mundial à Grande Depressão. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2002. v. 4, Cap. 2. p. 83-110.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2021.

## Iconografia

Imagem 1: RUGENDAS, Johann Moritz. *Rencontre d'indiens avec des voyageurs européens*. 1827. In: BRASILIANA ICONOGRÁFICA. **Encontro de índios com viajantes europeus**. 2017. Disponível em: https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19270/rencontre-d-indiens-avec-des-voyageurs-europeens. Acesso em: 12 nov. 2025.

Imagem 2: POST, Frans. Engenho de Itamaracá. 1647. In: DOMINGUES, Joelza Ester. **"Engenho de Itamaracá", de Frans Post**: para analisar e colorir. 2016. Disponível em: https://ensinarhistoria.com.br/para_colorir_engenho_frans_post. Acesso em: 12 nov. 2025.

Imagem 3: AMARAL, Miguel António do. Retrato de D. José I, Rei de Portugal. 1773. In: HERMITAGE MUSEUM. ***Portrait of* José I, *King of* Portugal**. [S. D.]. Disponível em: https://www.hermitagemuseum.org/digital-collection/30264?lng=en. Acesso em: 12 nov. 2025.

Imagem 4: MENGS, Antonio Rafael. Carlos III. 1767. In: MUSEO DEL PRADO. **Carlos III**. 2015. Disponível em: https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/carlos-iii/1e754324-0855-42b8-8430-732df3b54b5c. Acesso em: 12 nov. 2025.

Imagem 5: MAIOLINO, Anna Maria. O herói. 1966/2000. In: MASP. **O herói**. 2017. Disponível em: https://masp.org.br/acervo/obra/o-heroi. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 6: RUGENDAS, Johann Moritz. *Capitao do matto*. 1835. In: ITAÚ CULTURAL. **Capitão do Mato**. 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/97496-capitao-do-mato. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 7: MARTINS, Aldemir. O jagunço. 1967. In: MASP. **O jagunço**. 2017. Disponível em: https://masp.org.br/acervo/obra/o-jagunco. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 8: STORNI, Alfredo. As próximas eleições... "de cabresto". Careta, Rio de Janeiro, v. 1, n. 974, p. 14, 1927. In: DOMINGUES, Joelza Ester. **Eleições na Primeira República**: um outro olhar sobre o voto de cabresto. 2022. Disponível em: https://ensinarhistoria.com.br/eleicoes-na-primeira-republica-um-outro-olhar-sobre-o-voto-de-cabresto/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 9: *LOS Llanos Venezolanos: Exploring Venezuela Cinematic Series: Part One* [por] Reinaldo Diaz. [S. l.: S. N.], 2025. 1 vídeo (17:55 min). Publicado pelo canal de Reinaldo Diaz. Disponível em: https://youtu.be/cR2cJMUfwIs?si=0spmz50gcZWVauCU. Acesso em: 05 jun. 2025.

Imagem 10: O ECO. **O Pampa está ameaçado**: No Dia Nacional do Pampa, pesquisadores da Rede Campos Sulinos alertam para quadro dramático de perda de vegetação nativa no bioma. 2020. Disponível em: https://oeco.org.br/analises/o-pampa-esta-ameacado/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 11: JESUS, Benedito Calixto de. Ladeira do Colégio, 1860. Década de 1910. In: MUSEU DO IPIRANGA — USP. **Ladeira Do Colégio, 1860 (Ladeira do Palácio, Ladeira João Alfredo, Ladeira General Carneiro)**. [S. D.]. Disponível em: https://acervoonline.mp.usp.br/iconografia/ladeira-do-colegio-1860-ladeira-do-palacio-ladeira-joao-alfredo-ladeira-general-carneiro/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 12: TORRE, Macedonio de la. **Paisaje andino**. 1952. In: TORD, Luis Enrique (org.). Obras: Galería de imágenes del trabajo de Macedonio de la Torre. [S. D.]. Disponível em: https://www.macedoniodelatorre.com/paisajes.html. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 13: ITURBIDE, Graciela. *Mujer Ángel, Desierto de Sonora*. 1979 (impresso em 2014). In: NATIONAL MUSEUM OF WOMEN IN THE ARTS. ***Mujer Ángel, Desierto de Sonora (Angel Woman, Sonoran Desert)***. [S. D.]. Disponível em: https://nmwa.org/art/collection/mujer-angel-desierto-de-sonora/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 14: BARROS, Flávio de. Sobreviventes. 1897. In: SALVADORI FILHO, Fausto. Nomes de guerra: Em 1897, o conflito de Canudos, no sertão baiano, fez a Câmara mudar os nomes de seis ruas do centro de São Paulo. **Apartes**, São Paulo, n. 4, 2013. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/nomes-de-guerra/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 15: SÁ, Luiz Henrique Rodrigues de. [Sem título]. 2023. Acervo próprio.

Imagem 16: TAGLIABÚE, Calixto. *Expedición en los desiertos del Sud*. 1833. In: WIKIMEDIA. ***Primer Conquista del Desierto***. 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Primer_Conquista_del_Desierto.jpg. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 17: MATISSE, Henri. *La Odalisca con pantalón rojo*. 1925. In: ALBA CIUDAD. ***Inaugurada exposición "La otra en la colección: Caso la Odalisca con pantalón rojo"***. 2019. Disponível em: https://albaciudad.org/temas/odalisca/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 18: BROCOS, Modesto. A redenção de Cam. 1895. In: RONCOLATO, Murilo. **A tela "A Redenção de Cam" e a tese do branqueamento no Brasil**.

2018. Disponível em: https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 19: YOUTUBE MUSIC. **Como Nossos Pais (*Remastered* 2006)**. 2021. Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=pmY-TIOjQJ4. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 20: TAMANINI NETTO, Rodolpho. Enchente. 2008. In: METRÓPOLES. **Artista plástico que morreu em temporal pintou quadro sobre enchente**. 2025. Disponível em: https://www.metropoles.com/sao-paulo/artista-plastico-que-morreu-em-temporal-pintou-quadro-sobre-enchente. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 21: SESC SP. **Conheça a história do Rio Pinheiros visitando a exposição Rios DesCobertos – Dos Jerivás aos Pinheiros**. 2023. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/editorial/conheca-a-historia-do-rio-pinheiros-visitando-a-exposicao-rios-descobertos-dos-jerivas-aos-pinheiros/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 22: MENDIETA, Ana. *Imagen de Yagul*. 1973. In: SFMOMA. ***Imagen de Yagul, from the series Silueta Works in Mexico 1973-1977***. [S. D.]. Disponível em: https://www.sfmoma.org/artwork/93.220/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 23: GAZETA DO POVO. **Após recorde histórico, projeção aponta que Guaíba pode ter "cheia duradoura"**. 2024. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/nivel-guaiba-porto-alegre-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 24: ALRAM, Milan. *Simca Chambord* e Teatro Municipal. 1959. In: MASP. ***Simca Chambord* e Teatro Municipal**. [S. D.]. Disponível em: https://masp.org.br/acervo/obra/simca-chambord-e-teatro-municipal. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 25: GALINDO, Regina José. *Tierra*. 2013. In: SUBTE. ***El cuerpo como anomalía***. 2019. Disponível em: https://subte.montevideo.gub.uy/exposiciones/pasadas/2019/regina-jose-galindo-el-cuerpo-como-anomalia-guatemala. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 26: WIKIMEDIA. ***Cuadro de castas***. Século XVIII. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Casta_painting_all.jpg. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 27: AMARAL, Tarsila de. Trabalhadores. 1938. In: MASP. **Trabalhadores**. 2019. Disponível em: https://www.masp.org.br/acervo/obra/trabalhadores. Acesso em: 16 nov.

Imagem 28: AMÉRICO, Pedro. Libertação dos Escravos. 1889. In: ABRA. **Libertação dos Escravos**: a obra ambígua de Pedro Américo. 2023. Disponível em: https://abra.com.br/artigos/libertacao-dos-escravos-a-obra-ambigua-de-pedro-americo. Acesso em: 16 nov.

Imagem 29: PORTINARI, Candido. Retirantes. 1944. In: MASP. **Retirantes**. 2020. Disponível em: https://masp.org.br/acervo/obra/retirantes. Acesso em: 16 nov.

Imagem 30: BERNI, Antonio. *Juanito va a la ciudad*. 1961. In: 3 MINUTOS DE ARTE. ***Antonio Berni y* Juanito Laguna**. [S. D.]. Disponível em: https://www.3minutosdearte.com/seis-cuadros-un-concepto/antonio-berni-y-juanito-laguna/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 31: AMARAL, Tarsila de. Abaporu. 1928. In: VEJA SP. **"Abaporu", de Tarsila do Amaral, volta a casa em grande exposição no Masp**. 2019. Disponível em: https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/abaporu-tarsila-do-amaral-masp/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 32: RIVIERA, Diego. *De la Conquista a 1930*. 1929. In: SMARTHISTORY. ***The History of Mexico***: *Diego Rivera's Murals at the National Palace*. 2020. Disponível em: https://smarthistory.org/mexico-diego-rivera-murals-national-palace/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 33: VIAJES MACHU PICCHU. ***Descubre a* José Sabogal**: *El Pintor de Alma Andina*. 2025. Disponível em: https://blog.viajesmachupicchu.travel/descubre-a-jose-sabogal-el-pintor-de-alma-andina/. Acesso em: 16 nov. 2025.

Imagem 34: GUZMÁN, Hulda. Venha dançar — convidou a natureza gentilmente. 2019/2020. In: MASP. **Hulda Guzmán**: Frutas Milagrosas. 2025. Disponível em: https://masp.org.br/exposicoes/frutas-milagrosas-hulda-guzman. Acesso em: 16 nov.

Imagem 35: PRIME VIDEO. **O Som Ao Redor**. [S. D.]. Disponível em: https://www.primevideo.com/detail/O-Som-Ao-Redor/0LR1PLL5LBQO8URG34K3UOKTUV. Acesso em: 17 nov. 2025.

Imagem 36: AMÉRICO, Pedro. Independência ou morte. 1888. In: MUSEU DO IPIRANGA — USP. **Independência ou morte**. [S. D.]. Disponível em: https://acervoonline.mp.usp.br/iconografia/independencia-ou-morte-3/. Acesso em: 17 nov. 2025.

Imagem 37: GIL, Eduardo. [Sem título]. 1983. In: MUAC. ***El Siluetazo***. 2013. Disponível em: https://muac.unam.mx/exposicion/el-siluetazo?lang=en. Acesso em: 17 nov. 2025.

Imagem 38: NEXO. **O golpe de 1964 em 3 momentos, 9 personagens e 25 arquivos**. 2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/30/o-golpe-de-1964-em-3-momentos-9-personagens-e-25-arquivos. Acesso em: 17 nov. 2025.

Imagem 39: RIVIERA, Diego. *El Mundo de Hoy y Mañana*. 1935. In: SMARTHISTORY. ***The History of Mexico***: *Diego Rivera's Murals at the National Palace*. 2020. Disponível em: https://smarthistory.org/mexico-diego-rivera-murals-national-palace/. Acesso em: 17 nov. 2025.